

MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR

J. M. de Macedo



EDITORA
UnB

São poucos e raros os documentos para a história social brasileira, refletindo hábitos, costumes e peculiaridades das diferentes épocas, como o testemunho que se encerra nestas *Memórias da Rua do Ouvidor*. O interesse por documentários desta natureza se acentuou, significativamente, depois de Gilberto Freyre, um marco da sociologia brasileira contemporânea. Daí a acolhida que a coleção Temas Brasileiros deu à sugestão de incluir, entre as suas reedições, este livro, citado indiscriminadamente por quantos tiveram o prazer de ler a 1ª edição, hoje uma raridade bibliográfica que a Editora UnB coloca ao alcance de todos.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 1820, em Itaboraí, Rio de Janeiro, e faleceu em 1882.

Ao lado de uma intensa produção literária foi teatrólogo, estudioso de assuntos de história, jornalista e professor.

Tornou-se membro do Instituto Histórico, tendo sido seu orador de 1857 a 1881.

Exerceu grande atividade política, como deputado na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 1854. Representou sua província na Assembléia Geral Legislativa, de 1864 a 1866. Foi deputado na legislatura de 1867 a 1868 e na de 1878 a 1881.

Ao fundar-se a Academia Brasileira de Letras, quatorze anos depois de sua morte, foi o seu nome escolhido para patrono da cadeira nº 20.

Escreveu *A Moreninha* (ainda estudante), *O Moço Loiro* (1845), *Os Dois Arnores* (1848), *Rosa* (1849), *Vicentina* (1853), *O Culto do Dever* (1865), *As Últimas Algozes* (1869), etc...

MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque

Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro de Araújo Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR

J. M. de Macedo

COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS, 63
– DOCUMENTOS E ESTUDOS –

EDITORA

UnB
1988

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

A primeira edição deste livro foi publicada em 1878

Equipe Técnica

Editoração:

Antonio Carlos Ayres Maranhão
Thelma Rosane P. de Souza

Revisão de texto:

Alba Rosa de Farias Falcão
Elida Moraes de Oliveira Filho

Supervisão gráfica:

Antônio Batista Filho

Arte-final:

Valperino Andrade

Capa:

Luís Eduardo Resende

ISBN

85-230-0110-7

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

M141m	Macedo, Joaquim Manuel de Memórias da Rua do Ouvidor / Joaquim Manuel de Macedo. – Brasília: Editora Universi- dade de Brasília, c1988. 148 p. (Coleção Temas Brasileiros; 63)
	869.0(81)-94 M141m 39(815.31)
	t
	série

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
A Rua do Ouvidor: origens, Desvio do Mar, Rua de Aleixo Manoel	7
CAPÍTULO 2	
Fim da tradição da romanesca origem da denominação da Rua de Aleixo Manoel	13
CAPÍTULO 3	
Como a Rua de Aleixo Manoel estendeu-se para o interior até a dos Lateiros; como se aterrou o mar da Rua Direita; a de Aleixo Manoel já com a denominação de Rua do Padre Homem da Costa; o estabelecimento do primitivo mercado, Quitanda das Cabanas que posteriormente tomou o nome de Praia do Peixe; como se abriu a vala da Carioca	21
CAPÍTULO 4	
Como e por que o ajudante oficial do Vice-Rei Conde de Cunha meteu-se a jogar a banca na casa de João Fusco	27
CAPÍTULO 5	
A Praça de S. Francisco; a história da Sé Nova; transformação da cidade do Rio de Janeiro nos vice-reinados do Marquês de Lavradio e de Luiz de Vasconcelos; anúncio do primeiro centenário da Rua do Ouvidor	35
CAPÍTULO 6	
O primeiro herói da Rua do Ouvidor	43
CAPÍTULO 7	
O vice-reinado do Conde de Rezende obumbrou a cidade do Rio de Janeiro e nesta a Rua do Ouvidor com sinistras perseguições; a conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais; a paixão de Perpétua Mineira por Tiradentes	49
CAPÍTULO 8	
O curioso episódio da maçã: como a Rua do Ouvidor ainda entra na conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais	57
CAPÍTULO 9	
A passagem da família real portuguesa pela Rua do Ouvidor, quando desembarcou no Rio de Janeiro; os melhoramentos, abolição das rótulas e gelosias dos sobrados; a abertura de estabelecimentos de negociantes ingleses após a abertura dos portos do Brasil; a fundação da Academia de Belas-Artes	63

CAPÍTULO 10	
As modistas francesas na Rua do Ouvidor	71
CAPÍTULO 11	
Uma viagem pela Rua do Ouvidor; as casas das modistas, as charutarias, a confeitaria Carceller; a loja da América e da China; a casa nº 40, onde Evaristo Ferreira da Veiga aprendeu a ler	79
CAPÍTULO 12	
Continua a viagem pela Rua do Ouvidor; os ursos de Mr. Cassemajou, o Hotel da Europa, o clube dos Radicais e o berço do clube da Reforma; a casa do <i>Jornal do Commercio</i> ; o Grão-Turco	87
CAPÍTULO 13	
Continua a viagem pela Rua do Ouvidor; as perfumarias de Mr. Desmarais.	95
CAPÍTULO 14	
A suspensão da publicação do Diário do Rio de Janeiro, órgão do partido conservador; Mme Finot, a florista; as fundas de M. Vannet; a livraria e a buzina de Albino Jordão	103
CAPÍTULO 15	
Continua a viagem pela Rua do Ouvidor; observações sobre os bondes; o Teatro Lírico Francês, etc.	111
CAPÍTULO 16	
Continua a viagem pela Rua do Ouvidor; a casa da Chiquinha, de quem foi apaixonado em 1822 o benemérito patriota Joaquim Gonçalves Ledo; a casa onde em maio de 1869 se fundou a Reforma	119
CAPÍTULO 17	
A loja de modas Notre Dame de Paris; fim da viagem pela Rua do Ouvidor.	127
CAPÍTULO 18	
Anexos	135
CAPÍTULO 19	
Anexos	141

CAPÍTULO 1

Como a atual *Rua do Ouvidor*, tão soberba e vaidosa que é, teve a sua origem em um *desvio*, chamando-se primitivamente *Desvio do Mar*, e começando então (de 1568 a 1572) do ponto em que fazia ângulo com a *Rua Direita*, neste tempo com uma só linha de casas e à beira do mar. Como em 1590, pouco mais ou menos, o *Desvio do Mar* recebeu a denominação de *Rua de Aleixo Manoel*, sendo ignorada a origem dessa denominação; o autor destas *Memórias* recorre a uns velhos manuscritos que servem em casos de aperto, e acha neles a tradição de *Aleixo Manoel*, cirurgião de todos e barbeiro só de fidalgos; começa a referi-la, mas suspende-a no momento em que vai entrar em cena a herofna, que é mameluca, jovem e linda, e deixa os leitores a esperar por ele sete dias.

A Rua do Ouvidor, a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro, fala, ocupa-se de tudo; até hoje, porém, ainda não referiu a quem quer que fosse a sua própria história.

Se tão elegante, vaidosa, tafulona e rica no século atual, por ventura lhe apraz esquecer o passado, para não confessar a humildade de seu berço, pois que é do *Ouvidor*, cerre bem, os *ouvidos*; porque tomei a peito escrever-lhe a história, mas com tanta verdade e retidão que se lembrando-lhe seus tempos primitivos ela tiver de amuar-se pelo ressentimento de sua soberba de fidalga nova, há de sorrir depois a algumas saudosas e gratas recordações que avivarei em seu espírito perdidamente absorvido pela garridice e pelo governo da moda.

As *Memórias da Rua do Ouvidor* têm, em falta de outras, um incontestável, grande e precioso merecimento, pois começa já e imediatamente, sendo os seus hipotéticos leitores poupados aos tormentos do *prólogo*, *proêmio*, *introdução*, ou coisa que o valha, em que, de costume, o autor, abismado em dilúvios de modéstia, abusa da paciência do próximo com a exibição de sua própria pessoa afixada no frontispício do monumento.

Salvo o respeito devido à sua atual condição de rica, bela e ufanosa dama, tomo com a minha autoridade de memorista-historiador, e exponho ao público a Rua do *Ouvidor* em seus coeirinhos de menina recém-nascida e pobre.

A atual rainha da moda, da elegância e do luxo nasceu...

É indeclinável principiar por triste confissão de ignorância: não sei, não pude averiguar a data do nascimento da rua que desde 1780 se chama do *Ouvidor*, do que a ela disso não resulta prejuízo algum, e pelo contrário ganha muito em sua condição de *senhora*; porque, isenta de aniversário natalício conhecido, não há quem ao certo lhe possa marcar a idade, questão delicadíssima na vida do *belo sexo*. Que afortunada predestinação dessa *Rua do Ouvidor*!

São menos felizes que ela as próprias senhoras nascidas no último dia de fevereiro ano bissexto, as quais têm o condão de aniversário natalício só de quatro em quatro anos...

Mas memorista-historiador que sou, não hesito em atraiçoar o segredo da idade aproximada da Rua do Ouvidor, que tão louçã, namoradeira e galante conta com certeza mais de trezentos janeiros.

Sabem todos que a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, fundada por Mem de Sá em 1567, teve o seu assento sobre o monte de S. Januário (depois chamado de *Castelo*); mas, perdido o receio de ataques inopinados dos Tamoios, começaram, logo, os colonos a descer do monte e a estabelecer-se na planície.

Primeiramente levantaram à beira do mar casas e choupanas com uma só linha, formando o que alguns anos mais tarde recebeu o nome de Rua da *Misericórdia*; em seguida foram adiantando suas rudes construções pela praia de *Nossa Senhora do Ó*, que a mudar de denominação se foi chamando *Lugar do Ferreiro da Polé*, *Praça do Carmo*, *Terreiro do Paço*, *Largo do Paço*, e enfim *Praça D. Pedro II*.

Da praia de *Nossa Sennora do Ó* (onde logo depois de 1567 um devoto erguera pequena capela com essa santa invocação) as casas e palhoças continuaram a levantar-se mais ou menos separadas uma das outras e ainda à beira do mar, e também em uma só linha, que muito em breve formaram a primitiva Rua *Direita* que é desde 1870 Rua *Primeiro de Março*.

Tudo isso foi obra de 1568 a 1572, e não admira, porque as primeiras casas eram de construção muito ligeira e evidentemente provisória.

Mas em ano que correu entre o de 1568 e o de 1572 alguns colortos abriram à pouca distância do começo da rua que se denominou *Direita* uma entrada em ângulo reto com ela, e cada qual foi improvisando grosseiro *ubi* para si e para sua família aos lados dessa aberta feita sobre areias e por entre mesquinha vegetação denunciadora de antigo domínio do mar.

E, curiosa, interessante, notável, notabilíssima idéia ou inspiração daqueles colonos portugueses tão bisonhos e tão sem malícia!... como aquela *aberta* ainda não era rua, e eles precisavam designá-la por algum nome, chamaram-na *Desvio do Mar*. Desvio!...

Eis o berço da bonita, vaidosa e pimpona atual *Rua do Ouvidor*! Fica, pois, historiado que ela nasceu de um *desvio*, e desvio da Rua *Direita*, ou do *caminho direito*, o que, a falar a verdade, não era de bom agouro.

Todavia foi ali aumentando logo o número dos tetos abrigadores; como, porém, se já estivesse prevendo e prelibando seus destinos futuros, o *Desvio do Mar* ostentou desde os seus primitivos anos suas duas séries de cabanas de aspecto rústico, mas agradável, e perfeitamente alinhadas e paralelas.

O *Desvio* teve por primeiros moradores gente pobre, no trabalho, porém ativa; peões que exerciam misteres, operários, e um cirurgião que era barbeiro dos nobres.

Mas no ano de 1590 e sem intervenção nem audiência da Câmara Municipal, o *Desvio do Mar* por acordo geral dos colonos subiu ao grau honorífico de rua urbana com o nome de *Aleixo Manoel*.

Tal foi a primeira denominação que recebeu, deixando de chamar-se – Desvio – a rua, cujas Memórias escrevo, *Aleixo Manoel!* nome masculino, feio, ingrato, peão sem raiz de fidalguia, nem carta de nobreza.

Procurei nas crônicas do tempo, e nas obras de Monsenhor Pizarro e de Baltazar da Silva Lisboa algum *Aleixo Manoel* que tivesse deixado nome na história; mas foi trabalho baldado, não encontrei entre os fidalgos da nascente colônia esse positivo e irrecusável avô da atual *Rua do Ouvidor*; não há, porém, meio de dissimular o parentesco, porque em livros que escaparam ao incêndio do arquivo da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro em 1791 se acha escrita e mencionada a tal denominação de *Rua de Aleixo Manoel*.

Ah! que nem por isso se arrepie ressentida, e que não maldiga do seu memorista a Exma. *Rua do Ouvidor*.

Até aqui o pouco que deixo relatado é seriamente tradicional quanto ao *Desvio*, e em tudo mais positivamente histórico; quero, porém, em honra e glória da *Rua do Ouvidor* dar a todo transe, em falta de origem aristocrática impossível, origem romanesca a denominação de *Aleixo Manoel* que ela teve no outro tempo.

Para casos de aperto como este, o *memorista*, que se reserva direitos confessos de imaginação, deve ter sempre velhos manuscritos ricos de tradições que expliquem o que se ignora.

Não exijo dos meus leitores que tenham por incontestável a tradição que apanhei nos meus velhos manuscritos. Liberdade ampla de aceitá-la ou não.

Aleixo Manoel, colono português, era cirurgião e também barbeiro, mas barbeiro só de fidalgos; morava no monte de S. Januário perto do colégio dos padres jesuítas; como porém poucos doentes tivesse, e ainda menos fidalgos a barbear, lembrou-se um dia de procurar fortuna, explorando a guerra.

Neste ponto a minha tradição se aproveita de uma lúgubre página da história.

Como os Índios *Tamoios*, irreconciliáveis e odientos inimigos dos portugueses, hostilizassem a estes quase constantemente, atacando e destruindo seus estabelecimentos rurais na capitania de S. Vicente, e ainda mais na do Rio de Janeiro, o Governador Antônio Salema, resolvendo exterminar aquela tribo selvagem, fez partir contra ela duas colunas expedicionárias, uma de S. Vicente e outra da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, para nesta capitania levarem a ferro e fogo o extermínio a essa tribo funesta e indomável.

Aleixo Manoel alistou-se voluntário na coluna expedicionária fluminense, que foi comandada por Cristóvão de Barros.

A história guarda a lembrança da justificada, mas horrorosa, guerra: o incêndio devorou dezenas de aldeias de Índios, e destes mais de dez mil foram mortos, mais de sete mil prisioneiros e reduzidos à escravidão, e os *Tamoios* que puderam escapar meteram-se pelas florestas, emigrando para muito longe, e para sempre.

Mas o que a história não diz, e a minha tradição informa, é que a tremenda expedição rendeu a *Aleixo Manoel* dois escravos *tamoios*, a quem ele generoso e a custo salvara da medonha hecatombe de uma horda apanhada de surpresa em sua aldeia, nas proximidades de Cabo Frio.

Os dois escravos eram um índio quase sexagenário, e uma índia, sua neta, de três anos de idade; – um homem já a envelhecer, e uma menina a criar; mas para conseguir salvá-los da morte, Aleixo Manoel os tomou à sua conta.

A menina evidentemente não era de raça pura *tupi*; era uma linda mameluca: a aldeia selvagem estabelecida perto de Cabo Frio ocupado por franceses e as relações amigas e freqüentes destes com os *tamoios* das vizinhanças, seus aliados, explicavam o cruzamento das duas raças naquela bonita e interessante criança.

De volta à cidade, Aleixo Manoel não quis continuar a residir no monte de S. Januário, e, fazendo construir boa e espaçosa cabana no *Desvio do Mar*, nela se estabeleceu como cirurgião e ainda barbeiro, mas barbeiro só de fidalgos.

Os dois escravos receberam o batismo: o índio já meio velho chamou-se *Tomé*, e a menina ainda criança *Inês*.

Deus abençoa sempre as boas ações e sobre todas as virtudes, a caridade.

Aleixo Manoel colheu em breve proveitoso e merecido prêmio de seu nobre e generoso impulso de amor ao próximo para com os dois infelizes. Tomé, mandado por seu senhor a trazer-lhe do monte do Desterro (depois de Santa Tereza) a famosa e ótima água de Carioca, internava-se na floresta, e nela recolhia ervas, folhas, cortiças e raízes de árvores, cujas virtudes medicinais por experiência, embora rude, conhecia, e as levava ao cirurgião, a quem indicava as moléstias em cujo tratamento elas aproveitavam.

Com esses novos recursos terapêuticos, Aleixo Manoel começou, graças ao pobre escravo, a distinguir-se por admiradas vitórias médicas, ganhou fama; teve clínica extensa e rendosa, reconstruiu sua cabana que se tornou casa muito regular e de bonito aspecto exterior, bem que de um só pavimento, e adicionou-lhe a um lado uma cerca ou gradil de varas, fechando pela frente pequeno jardim e canteiros de legumes, seguindo-se para o fundo o quintal.

E com todo esse luxo o cirurgião não teve ânimo de privar-se da glória de barbear fidalgos.

No entanto, Inês ia crescendo a traquinar pela casa e pelo jardim, e o *senhor* de dia em dia cada vez se deixava enfeitiçar mais pela *escrava*.

Mas Aleixo Manoel já era notabilidade, cirurgião famoso, o mais considerado dos moradores do *Desvio do Mar*, e não havia quem pensasse em dar ao *Desvio* a denominação de Rua *Aleixo Manoel*.

Ao correr do ano de 1590 o cirurgião principiou a observar certa mudança de costumes em alguns fidalgos, que em vez de mandá-lo chamar a suas casas, como dantes, vinham barbear-se na dele.

Nos primeiros dias ufanou-se muito daquela alteração de costumes, atribuindo-a à honraria e consideração pessoal que lhe queriam prestar pelo crédito e pela estima que gozava.

Depois notou que os fidalgos que para barbear-se vinham a sua casa eram Gil Eanes, Lopo de Melo e mais quatro ou cinco, todos de nobres famílias mas também todos célebres na cidade por vida licenciosa e perversa.

Tendo notado isso, desconfiou logo de fregueses tais, pôs-se de observação dissimulada e cuidadosa, e bem depressa certificou-se de que os seus fidalgos,

quando chegavam para barbear-se, metiam os olhos pela porta do interior da casa, e que afora essa curiosidade impertinente faziam *ronda* diária e suspeita pelo *Desvio do Mar*.

Aleixo Manoel não levou muito tempo a procurar a explicação do fenômeno, mas caiu das nuvens, lembrando-se de Inês.

A mameluca fulgurava então entre os 17 e os 18 anos de idade, e com seus belos olhos negros, sua boca lindíssima, seu rosto encantador e seu corpo de contornos admiráveis maravilhava pela formosura. Era uma arrebatadora morena esperta, faceira, e – sem o pensar, voluptuosa.

Aleixo Manoel caiu das nuvens, porque só então refletiu do que já sabia, só então reconheceu muito séria e gravemente que a *menina* sua escrava já era *mulher*.

Ele adorava Inês com enlevos e cultos de amor inocente e santo: até esse dia, porém, da queda do alto das nuvens onde se iludia nos segredos ainda não manifestos da natureza da sua afeição, ou deveras só amava Inês com o ardor e a pureza de pai estremecido.

Os fidalgos libertinos lhe alvoroçavam o ânimo: sabia que seus escândalos e atentados ficavam sempre impunes, quando as vítimas eram gente do povo.

Gil Eanes, Lopo de Melo e os outros que o procuravam para barbear-se que intenções trariam?... Nenhum por certo pensava em casar com uma moça que, além de filha de índia, era escrava; que queriam então fazer dela?...

Nessa afitiva e revoltante conjuntura, Aleixo Manoel apenas escapou de ter sido o primeiro republicano da *Rua do Ouvidor*, e aí o mais antigo patriarca das idéias do meu bom amigo o Sr. Otaviano Hudson.

Mas que havia de fazer Aleixo Manoel?... era impossível, ou seria loucura meter-se em briga com fidalgos.

Fidalgos! a classe humana super-humanizada, privilegiada e purificada, a classe do seu culto e da sua paixão!... quem diria que o seu maior tormento lhe viria de fidalgos?

Aleixo Manoel velou uma noite inteira a meditar, e a imaginar; mas na manhã seguinte achou-se senão tranqüilo, ao menos, porém, esperançoso do bom resultado do plano que forjara.

Nesse plano a primeira e essencial condição era em casa a defesa e a segurança de Inês, quando ele estivesse ausente.

O cirurgião não procurou auxílio fora da família: tinha sob seu teto cão fiel, velho, mas robusto e forte; um índio, o avô de Inês.

Pôs de sobreaviso, mas em segredo absolutamente recomendando o já octogenário Tomé, que se endireitou garboso, como o jacatirão, e murmurou surda e ameaçadoramente:

– Deixa eles!

Além das instruções que deu ao velho índio, o que mais fez Aleixo Manoel, ele lá o soube e nós provavelmente o iremos sabendo; continuou, porém, respeitoso e humilde a receber em casa os tais fidalgos, e a barbeá-los, como dantes, salva a idéia sinistra e repulsada, que às vezes lhe vinha, de experimentar o corte da navalha nas gargantas dos privilegiados sedutores de donzelas pobres.

Entretanto, o cirurgião muitas vezes ficava cismando, e a lembrar-se e relembrar-se de que não era nem pai, nem tio, nem irmão, nem primo de Inês, e que por consequência não havia impedimentos...

É verdade que ele tinha cinquenta anos e a menina dezessete; mas por isso mesmo! velho que se apaixonou por menina perde logo com o coração a medida do tempo, principalmente futuro, para ela a florescer, e para ele a murchar.

Inês estava percebendo mil coisas, mas era uma *inocentinha* que não via coisa alguma; divertia-se muito assim; mimo e princesa de casa, a linda escrava era, desde pequenina, a *senhora de seu senhor*.

Uma tarde Inês...

Evidentemente é este o momento em que a linda mameluca entra, manifesta-se em cena, e pois que a minha tradição da *Rua de Aleixo Manoel* não pôde caber toda neste folhetim, eu seria o mais inexperiente e insensato dos folhetinistas, se não interrompesse a narração, deixando os meus leitores curiosos de contemplar a bela e voluptuosa Inês em sua primeira hora de travessa, viva e um pouco maliciosa revelação.

Esperar é o tormento do desejo, mas vale a pena esperar sete dias pela contemplação de uma jovem formosa.

CAPÍTULO 2

Continuação e fim da tradição achada nos velhos manuscritos. Como Inês, a mameluca depois de pentear e despentear a cabeleira do seu senhor de direito e seu escravo de fato e depois de rir e de zombar muito dele, vê e ouve, fingindo não ver nem ouvir os pervertidos fidalgos que a namoravam, fica cismando, deixa de cismar, apura-se em faceirice, e Aleixo Manoel põe-se de cabeleira nova. Conseqüências do apuro da faceirice, da cabeleira nova e das denúncias confidenciais de João de Pina e da mãe Sebastiana. Casamento e ceia com dois convidados em desapontamento e contra vontade à mesa, e outras coisas que saberá, quem ler este capítulo, e etc. Fim da tradição da romanesca origem da denominação de Rua de Aleixo Manoel que em 1590 recebeu a atual de *Rua do Ouvidor*.

Era uma tarde...

Convém não esquecer os costumes do tempo.

No século décimo sexto e ainda até quase o fim do décimo oitavo, os antigos colonos portugueses não tinham no Brasil *café* para tomá-lo com a aurora, mas almoçavam com o sol às seis ou sete horas da manhã, e jantavam com ele em pino ao meio-dia, salvo o direito de merendar (hoje se diz *fazer lunch*) às dez horas da manhã.

Atualmente a sociedade *civilizada* almoça à hora em que os velhos portugueses jantavam, e jantam de luzes à mesa à hora em que se levantavam da ceia aqueles nossos avós.

História de progresso e de civilização, que levam e estendem o sol de seus dias até depois da meia-noite com a iluminação a gás, e, ainda preguiçosos, saúdam o rompimento de suas auroras às 9 horas da manhã, quando abrem as cortinas dos seus macios leitos, e tomam, ainda bocejantes, o seu *café madrugador*.

Portanto, a *tarde* tem hoje horas novas, que se confundem com a noite, e eu começava este capítulo, indicando a *tarde* do outro tempo, que atualmente é a hora em que almoçam a começar o dia o progresso e a civilização.

Estamos entendidos.

Era uma tarde (em 1590), uma hora depois do meio-dia, meia hora depois de succulento jantar. Aleixo Manoel sentado em grande cadeira *de encosto* desejava, empenhava-se debalde em dormir sua sesta eminentemente portuguesa; mas com a cabeça levemente inclinada, com os olhos meio cerrados queria e não conseguia adormecer excitado pela lembrança dos fidalgos libertinos, e pelos cuidados ansiosos do objeto do seu amor já um pouco anacrônico; em erupções porém irresistíveis, embora ainda contidas pelos vexames do anacronismo sentimental.

E quando mais de olhos cerrados, e mais de alma em vigília ativa estava Aleixo Manoel, Inês, a linda mameluca, sua escrava de direito, e sua soberana de fato, Inês que sabia bem o que de fato era, entrou na sala pé por pé, bem de manso, e parando atrás da cadeira do velho em suposta sesta, travessa a brincar, e certa da impunida-

de do abuso traquinas, começou a pentear e a despentear, a arranjar e a desarranjar com seus dedos mimosos a cabeleira e o rabicho da cabeleira do seu senhor.

Aleixo Manoel sentia, gozava o contato das mãos ou de asas de anjo a traquinar suave e deliciosamente em sua cabeleira feliz, e após alguns minutos quase animado por aqueles afagos de mãos de cetim quase esquecido de que quinquagenário bem pudera ter sido avô da mameluca, menina de dezessete para dezoito anos, sem mover a cabeça que conservava meio curva, e abandonada às travessuras dos dedos da bela mameluca, perguntou com voz comovida, e um pouco hesitante por aquele vexame, que é a consciência do desmerecimento, e que poderia chamar-se o pudor da velhice:

– Inês, se eu te desse a liberdade, tu me deixarias?...

A mameluca puxou pelo rabicho da cabeleira do senhor seu escravo, como subitamente impulsada pela impressão de idéia insólita e súbita:

– A liberdade?... que história é essa?... de que liberdade é que eu preciso?...

– Tu és minha escrava, Inês.

– Pois não sou!... disse a mameluca rindo e dando com os dedinhos leve piparote no nariz do velho.

Aleixo Manoel riu-se também daquele sinal de reconhecimento da escrava, e logo depois tornou, dizendo:

– Falemos seriamente, é necessário.

Inês, curiosa, respondeu:

– Vamos!... seriamente...

– Dize a verdade: tens visto a rondar-nos a casa... certos fidalgotes vadios e insolentes...

– Tenho, tenho; às vezes, quando estou no jardim, vejo-os...

– E eles?... vêem o teu rosto... as formas de teu corpo?...

– É possível... provável... quase certo...

– Ah!... tu te mostras a eles, Inês?...

– Eu?... que aleve me levanta!... que pecados me quer pôr em cima do coração inocente!... está virado em rabugento padre confessor...

– Mas então como é que os perversos te vêem o rosto, e...

– Ah!... é o vento...

– A que vem aqui o vento?...

– Vem como o único pecador; o vento às vezes levanta o véu que esconde o rosto, desarranja a mantilha que esconde as formas do corpo.

– Inês, tu te confessas vaidosa; o vento é a tua vaidade.

A mameluca pechou pelos cabelos do senhor e disse-lhe:

– Que velho impertinente!... suponhamos que assim seja: então a gente há de ser bonita e viver e morrer sem amigo vento que levantando-lhe o véu e desarranjando-lhe a mantilha dê testemunho da sua boniteza?...

Ah! portanto gostas de algum daqueles fidalgos libertinos, sedutores malvados...

– Não, não! eu gosto somente de que eles e todos me achem bonita.

– Inês!

– Tal e qual; não nego, nem dissimulo.

– E eu?... eu te acho bonita, Inês?

– Sim! sim! e muito! e a escrava beijou docemente a fronte de seu senhor.

Aleixo Manoel estremeceu todo, e disse:

– Inês! tu és filha de índia, e minha escrava: aqueles fidalgos desmoralizados, embora elegantes mancebos e fingidos namorados, só pensam em seduzir-te e lançar-te depois no desprezo da ignomínia...

– Também eu desconfio disso...

– Ah! pois bem: Inês, tu precisas de protetor legítimo...

– E não o tenho já?

– Falta-lhe condição essencial!

– Qual é?... eu ainda não senti a falta.

– Inês, queres passar e subir de minha escrava à minha legítima esposa?...

A dominante e leviana mameluca desatou a rir.

– De que te ris, doida?

– De três tolices na sua proposta: primeira, a escrava, que é senhora, passar a senhora escrava; – segunda, uma menina casar com um velho; – terceira, filha da segunda, por ser menina casada com velho usar dois véus em lugar de um e de duas mantilhas em vez de uma.

– E se a escrava que é senhora se tornasse ainda mais soberana, sendo esposa?...

– Não é muito seguro.

– E se o velho esposo fosse a proteção salvadora e o amor mais extremoso?...

– Isso eu creio.

– E se perfeitamente confiado na virtude da esposa o velho esposo só lhe impusesse véu e mantilha quando ela saísse à rua?...

– Oh! duvido!...

Aleixo Manoel pôs-se em pé, voltou-se para a mameluca, e, vendo-lhe nos lábios zombeteiro riso, disse-lhe triste:

– Apesar do meu amor e da minha proteção, tu és filha da índia e escrava: pensa!

E, tendo ajustado a cabeleira, saiu.

Inês foi passear no jardim.

Gil Eanes e logo depois Lopo de Melo, que eram os mais assíduos, passaram e tornaram a passar por junto da cerca do jardim, olharam e sorriram para Inês, que não os olhou nem lhes sorriu.

Gil Eanes, demorando os passos, disse-lhe:

– Linda tamoia, se queres ser minha catecúmena, eu te ensinarei a cultivar as flores em lições de amor: queres?...

Lopo de Melo passou pouco depois e disse-lhe:

– Bela selvagem, resolve-te a fugir comigo para as florestas que eu juro tornar-me selvagem também.

A mameluca fingiu não os ter ouvido, como fingira não tê-los visto.

Era a primeira vez que eles lhe falavam.

Inês sentiu o desprezo da sua condição no modo por que lhe falaram os dois fi-dalgos que a namoravam.

E lembrou-se que Aleixo Manoel tinha acabado de dizer-lhe: – *pensa*.

E sem o pensar Inês *pensou*.

Nos seguintes dias quem mais *cismava* não era Aleixo Manoel, era Inês.

Quase logo famílias da amizade do cirurgião principiaram a visitá-lo a miúdo, vindo ceiar com ele, e, enquanto os homens conversavam com Aleixo Manoel, as senhoras, em círculo separado, tinham sempre a contar casos escandalosos de seduçõ-es e de raptos de meninas pobres, vítimas de Gil Eanes, de Lopo de Melo e de seus companheiros de libertinagem.

Inês escutava essas histórias sinistras, fingindo-se indiferente a elas, se bem que às vezes dissimulada sorrisse, adivinhando a encomenda, não menos se sentia impressionada.

Gil Eanes e Lopo de Melo fizeram mais e melhor do que as comadres de Aleixo Manoel.

Gil Eanes mandou propor a Inês que em noite aprazada fugisse da casa do cirurgião para doce retiro, onde ele lhe assegurava, além do seu amor, felicidade e riqueza. Lopo de Melo mandou oferecer-lhe a liberdade por dinheiro, prestando-se ela a ficar para sempre sob sua amorosa proteção.

Inês repeliu as proposições; mas desde que lhas trouxeram, deixou de cismar, voltou ao seu natural caráter alegre e travesso, e ainda mais faceira se mostrou.

E por isso ou por alguma outra razão Aleixo Manoel pôs-se de cabeleira nova.

Entretanto ele não perdia de vista os libertinos rondantes do *Desvio do Mar*.

Cirurgião caridoso e com numerosa clínica gratuita, Aleixo Manoel tinha coraçõ-es agradecidos entre a gente pobre e desgraçada de quem era benfeitor.

Uma noite veio um embuçado falar-lhe: entrou meio atarantado e descobriu o rosto.

– Oh! és tu João de Pina?... temos história?...

João de Pina era um degradado, vadio e desordeiro valentão, que muitas vezes servia a Gil Eanes em suas empresas mais arriscadas.

– Temos... respondeu João de Pina: amanhã é domingo de entrudo, não é?...

– É.

– Pois amanhã, às onze horas da noite, venho eu e mais meia dúzia, aqui com o Sr. Gil Eanes, e arrombada a suã porta com berraria de entrudo, havemos de rou-bar-lhe a menina sua escrava, a pesar seu e dela.

– Podes ter mais dez vezes ataques de fígado e de bofes, que eu te hei de curar, como já o fiz o ano passado, e neste: vai-te embora, bom tratante, e toma lá para molhar a garganta...

João de Pina recebeu uma moeda de prata, embuçou-se bem, cobrindo o rosto, e disse, saindo:

– Até amanhã às onze horas da noite...

Aleixo Manoel tomou o chapéu e a bengala, e pôs-se em marcha; mas ao dobrar pela Rua Direita, tomou-lhe o braço uma mulher de mantilha, que lhe disse:

– Sr. Aleixo, eu ia lá... à sua casa...

– Inútil; nem que fosse o Sr. Capitão-mor Governador; morra quem morrer, esta noite não vejo doentes...

– Mas não é caso de doença... é do seu crédito... eu sou a velha Sebastiana...

– Oh! mãe Sebastiana! então que há?

– Amanhã não é domingo de entrudo?...

– É, que diabo!...

– Foi meu filho que me mandou em segredo...

E a velha agarrou-se ao cirurgião, que lhe curava as erisipelas e ao filho tinha curado de uma vômica, e disse-lhe baixinho ao ouvido:

– Amanhã às onze horas da noite o senhor não estará em casa...

– Eu?... pode ser... mas... por quê?...

– Porque meia hora antes hão de bater-lhe à porta, e chamá-lo para acudir a um ataque de cabeça do Sr. Governador...

– E depois que eu sair a acudi-lo?

– Meu desgraçado filho e outros sequases do Sr. Lopo de Melo (que conta com o seu escravo Tomé), entrando pela porta que abre para o jardim de sua casa tomarão e à força levarão, não sei para onde, a menina Inês, sua escrava.

– Obrigado, mãe Sebastiana; eu lhe darei notícias minhas... agora tenho pressa..

E Aleixo Manoel foi dizendo consigo:

– Dois à mesma noite e à mesma hora!... Que canalha de fidalgos!... mas... Tomé... duvido.

Era quase meia-noite quando Aleixo Manoel, de volta do monte do Castelo, recolheu-se à sua casa. Estava tranqüilo e contente; mas, ao entrar, disse a Tomé, que lhe abrira e depois trancara a porta:

– Vem cá.

E na sala perguntou-lhe:

– Inês?...

– Dorme.

– E que há de novo?...

– Lopo hoje me pagou traição: amanhã onze horas da noite ele vem roubar a menina. Deixa ele!...

– Queres que deixe roubá-la?...

O velho índio riu-se horivelmente, saiu da sala, e quase logo voltou, trazendo na mão uma clava de gentio, a *tacape* pesada e terrível:

– Deixa! repetiu Tomé; eu mato!

– Vai dormir, disse Aleixo Manoel: amanhã te direi o que hás de fazer.

No dia seguinte, domingo de entrudo, e do entrudo selvagem e delirante daqueles tempos, era pouco antes das onze horas da noite, quando bateram fortemente à porta da casa do cirurgião, e o chamaram a alto bradar em socorro do governador, o venerado Salvador Correia de Sá, que se achava em perigo de morte.

O índio Tomé abrindo uma janela despediu os emissários, dizendo-lhes que seu senhor ia partir imediatamente, e com efeito, minutos depois, saiu apressado da casa um homem embuçado, que era sem dúvida o famoso cirurgião da cidade.

Às onze horas da noite gritaria infernal rompeu em frente à casa de Aleixo Manoel, cuja porta cedeu, quebrada a fechadura.

Mais minuto, menos minuto, a porta do jardim abriu-se a toque de sinal dado por gente que entrava pelos fundos do quintal.

E, penetrando no interior da casa, esbarraram-se em face um do outro, Gil Eanes e Lopo de Melo, cada qual seguido de seus cúmplices.

Aleixo Manoel e Inês estavam ausentes; na sala de jantar, porém, achava-se servida a mais profusa e rica ceia que então se podia dar na colônia.

O índio Tomé, arrimado à sua clava, disse aos dois fidalgos:

– Senhor tem ceia... e convida senhores... não tarda.

Gil Eanes e Lopo de Melo mediam-se furiosos: mas não tiveram tempo nem de trocar palavras e provocações, porque sentiu-se logo ruído de gente que entrava.

Os cúmplices saíram todos para o jardim, e dali fugiram, vendo quem chegava.

Os dois fidalgos libertinos ficaram como fulminados, quando lhes apareceram o Governador Salvador Correia, e o Prelado Simões Pereira, precedendo a Aleixo Manoel e Inês, de cujo casamento acabavam de ser testemunhas, e seguidos de alguns dos principais da nobreza da colônia, e entre eles dois respeitáveis parentes de Gil Eanes e de Lopo de Melo.

– Os Srs. Gil Eanes e Lopo de Melo serão também meus convidados, se o Sr. Governador o permitir, disse Aleixo Manoel.

O venerando Salvador Correia de Sá olhou para os dois com sobrolho carregado, como o traziam também os parentes deles.

– Ceemos! disse o governador.

Sentaram-se todos, ficando o prelado à direita, e Inês e Aleixo Manoel à esquerda de Salvador Correia.

Só Gil Eanes e Lopo de Melo, abatidos e trêmulos, tinham-se conservado em pé.

O Governador lhes disse com voz severa:

– A empenho de Aleixo concedo-vos perdão do crime desta noite; mas só deixais de servir-nos à mesa como baixos criados; porque devo poupar mais vergonhas a estes dois ilustres fidalgos, que bem quereriam não ter parentes como vós. Sentai-vos à mesa!...

A ceia começou: na ocasião do primeiro brinde Salvador Correia falou ainda a Gil Eanes e a Lopo de Melo.

– Enchei vossos copos!...

Os dois obedeceram.

– Agora de pé! e saudai e bebei à felicidade dos noivos!...

E cumprida a sua ordem, Salvador Correia pôs a mão espalmada sobre a cabeça de Inês, e disse aos dois:

– Lembrai-o bem!... é minha afilhada.

Logo depois expandiu o rosto, e acrescentou alegremente:

– Senhor Gil Eanes, senhor Lopo de Melo, tudo está esquecido. Não haja tristezas nem vexames a perturbar o júbilo dos noivos e o nosso!...

E a ceia continuou e acabou vivamente animada.

Desde o dia seguinte propalou-se a notícia das duas escandalosas tentativas de rapto de Inês, e da famosa logração que habilmente preparara aos indignos e pervertidos fidalgos Aleixo Manoel.

O povo aplaudiu muito o artilho do cirurgião, e o seu feliz casamento: nas noites da segunda e terça-feira foi numeroso bando de colonos cantar à porta da casa dos noivos, e creio que as serenatas teriam ainda continuado, se a quarta-feira de cinzas não fosse começo da quaresma, que era muito respeitada.

Aleixo Manoel, porém, subira ao galarim da fama e da moda; fizeram-lhe cantigas, e no fim de poucos dias o povo sem audiência da Câmara nem licença do Governador deu ao *Desvio do Mar* a denominação de *Rua de Aleixo Manoel*.

CAPÍTULO 3

Como a Rua de *Aleixo Manoel* estendeu-se para o interior até a dos *Latoeiros*, ficando por muitos anos, onde começara em *Desvio do Mar*, e viu ali nas tardes de verão moças a pescar no mar e em terra. Como se aterrou aquele mar da Rua *Direita*, a de *Aleixo Manoel* já com a denominação de Rua do *Padre Homem da Costa* avançou até a atual do *Mercado*, e aí na praia se estabeleceu o primitivo mercado com o nome de *Quitanda das Cabanas* que depois se trocou pelo de *Praia do Peixe*. Refere-se uma tradição duvidosa do *Padre Homem da Costa*, e diz-se, como se abriu a *vala da Carioca*, e a rua daquele feio nome, até à qual se alongou a do *Padre Homem da Costa*; fala-se dos inconvenientes da *vala* e dos aplausos que por mandar cobri-la de grossos lajedos recebeu o Vice-Rei Conde da Cunha, que aliás pouco influíra na obra, tendo sido esse melhoramento determinado por grotesco e infeliz caso, história romanesca que se contará no capítulo seguinte.

Adiantava-se o século XVII e a Rua de *Aleixo Manoel* que pelo lado de terra não se estendia além da dos *Latoeiros* que a corta em ângulos retos, e que hoje se denomina de *Gonçalves Dias*, pelo lado do mar ainda começava onde rompera em *Desvio*.

Na Rua *Direita* a praia era em pouco irregular: em alguns pontos o mar muito baixo sem a menor dúvida se mostrava retirante, e acumulava aqui e ali areias, formando ilhotas brancas e privadas de vegetação.

Mas entre esses pontos o mar ainda investia menos baixo sobre o continente, como teimoso a negar-se ao recuamento de suas águas.

E naqueles tempos a praia e o mar (onde ele era mais fundo ou menos entupido de areias) serviram de lugares de recreio, se o recreio não servia de pretexto para exhibições arditas.

Envolvidas em suas mantilhas, e cobrindo o rosto com seus véus, as senhoras da Rua *Direita*, e principalmente (dizem) as da de *Aleixo Manoel*, tinham por costume ir à tardinha nos meses de verão pescar de caniço sentadas ou em pé na praia. As mães ou as tias já velhas acompanhavam as filhas e sobrinhas moças, zelando sua punciência e o seu decoro.

Todavia as pescadoras jovens sabiam perfeitamente o segredo de Inês – a mameluca, e ao deitarem os anzóis ao mar, o amigo vento vinha sempre desarranjar suas mantilhas e levantar seus véus, de modo que os observadores curiosos podiam ver e admirar olhos formosos, bonitos semblantes e soberbos colos.

E muitas vezes as vaidosas arteiras eram tão felizes na pesca que chegavam a pescar duplamente – peixes no mar e corações em terra.

Vejam como se mudaram os costumes!...

Naquele tempo, as jovens da Rua de *Aleixo Manoel* iam pescar para se mostrar; e hoje freqüenta a *Rua do Ouvidor* certo bando de pescadoras que andam se mostrando para pescar.

Mas não há bem que sempre dure!...

Tratando-se de construir a fortaleza da Lage à custa do povo, e, achando-se este sobrecarregado de impostos, a Câmara Municipal (que ainda não era *ilustríssima*), como não bastassem para essa obra algumas rendas que propusera aplicar à fortaleza, deliberou vender alguns terrenos das *marinhas da cidade*, sendo o produto da venda destinado àquele fim.

Uma das *marinhas* vendidas foi a que fazia frente à primitiva linha de casas da Rua *Direita*.

E assim lá se foi a praia de exposição ardilosa de bonitas pescadoras.

Ganharam com isso as Ruas *Direita* e de Aleixo Manoel.

Em poucos anos aterrou-se o mar que ajudava o aterro, amontoando areias, e tão rapidamente que no fim do mesmo século décimo sétimo já era regular e contínua a edificação e série de casas fronteiras às da única linha antiga da Rua *Direita*. Em 1698 já estava construída a casa que por ordem régia então se comprou para residência dos governadores e que é aquela onde desde anos se achavam estabelecidos o *Correio Geral* e a *Caixa da Amortização*.

É casa histórica: em 1710 Carlos Duclerc atacando por terra a cidade do Rio de Janeiro entrou com a sua falange nesta casa, e em rígido combate foi dela expulso por Gurgel do Amaral com os seus estudantes e paisanos armados.

Agora a *casa dos governadores* vai ser demolida. Que haja ao menos quem lhe assista às últimas horas de existência e lhe escreva a necrologia.

(Prevenção ao Instituto Histórico).

Mas a Rua de *Aleixo Manoel*, vendo aterrado o mar do qual fora *Desvio*, atravessou a Rua *Direita*, ou foi além dela estender-se até ao lugar que ficou sendo então praia, e que era pouco mais ou menos onde hoje a Rua do *Mercado* corta em ângulo reto a do *Ouvidor*.

No fim do mesmo século décimo sétimo essa praia tornou-se lugar de mercado de *peixe*, de *verduras* e de *algumas frutas*, que se vendiam não debaixo de barracas de lona, mas sob pequenas palhoças, pelo que foi denominado e conhecido por – *Quitanda das Cabanas* – primeiro nome da actual *Praça do Mercado*.

Assim, pois, a rua que desde um século menos dois anos se chama do *Ouvidor* começava então em face da *Quitanda das Cabanas*.

Quitanda das Cabanas! Apesar de *Quitanda*, graças porém às *Cabanas*, era nome rústico, mas um pouco lírico o tinha laivos de poesia de civilização primitiva; a mais chata e infeliz das lembranças eivada de maresia mais tarde trocou essa denominação pela de *Praia do Peixe*.

Mil vezes antes *Quitanda das Cabanas!*

É certo que naquele mercado o que predominava era o peixe, e peixe ótimo e a faltar baratíssimo a cidade, e peixe miúdo que se vendia então a cinco réis por quantidade abundante.

As verduras eram poucas e limitadíssimas em variedades. As frutas estavam no mesmo caso. Flores ninguém vendia nem comprava, davam-se como davam-se e trocavam-se as mudas e sementes das que já se cultivavam; quais eram além das do país?... Não estudei a questão floriantiquária, mas que havia cultivo de flores juro-o, porque havia senhoras.

Mas, em todo caso, não há desculpa que aproveite a quem mandou rebaixar a *Quitanda das Cabanas para Praia do Peixe*.

Em *memórias históricas* o anacronismo é naufrágio, e eu estava deveras naufragando em anacronismo.

A rua chamada de *Aleixo Manoel* quando atravessou a Rua *Direita* e foi parar na *Quitanda das Cabanas* não tinha mais aquele nome, pois que desde o ano de 1659 se denominou *Rua do Padre Homem da Costa*.

Certamente o cirurgião *Aleixo Manoel* já tinha morrido sem deixar filhos ricos, e a linda mameluca Inês, se ainda vivia, era viúva maior de oitenta anos, e por isso desde muito esquecida do amigo vento, que outrora oportunamente lhe desarranjava a mantilha e lhe levantava o véu, e portanto um por morto sem herdeiros de seu nome com herança de áureo prestígio e a suposta viúva já por velha, ex-adorada mameluca, foram despojados da glória daquela denominação da rua.

Quem foi porém na ordem das coisas, e qual o merecimento do Padre *Homem da Costa* positivamente morador à rua que tomou o seu nome?... Não sei.

Naqueles tempos encontro um Padre Pedro *Homem* Albernaz que foi Vigário da freguesia da Candelária, e Prelado do Rio de Janeiro; mas, embora fosse *Homem*, não foi *da Costa*; além disso, descobri um Padre Pedro *Homem da Costa* que depois de paroquiar por alguns anos a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis entregou-a em 1636 ao Padre Roque Lopes de Queirós, e recolheu-se à cidade do Rio de Janeiro.

Seria esse o padre cujo nome passou à rua que se chamava de *Aleixo Manoel*?... ignoro-o, e não devo expor-me a falsos juízos.

Sei de uma tradição – que não se encontra nos meus velhos manuscritos, mas que me foi transmitida por um antigo fluminense honradíssimo, carpinteiro e mestre-de-obras, a quem devi curiosíssimas informações de coisas do fim do século passado e do princípio do atual; esta tradição, porém, que é a do Padre *Homem da Costa*, só a esse meu amigo ouvi, e portanto é apenas individual, e não popular, e, tratando-se de caso passado há duzentos anos, não a posso reproduzir sem previamente declará-la muito duvidosa.

Quando *imagino episódios* para suavizar a leitura destas *Memórias*, indico-os sempre com bastante clareza: Agora não *imagino*, não invento a tradição, mas refiro-a, porque *se não é verdadeira é bem achada*.

O Padre *Homem da Costa* (que só esses dois nomes tinha) era padre de letras gordas, mas passava por bom *cantoconista*, porque sabia um pouco de música: indulgente, agradável e de benigno coração, era geralmente estimado, e como gostasse de cantar modinhas e lundus, todos o queriam nos seus saraus; tinha ele porém uma fraqueza ou uma paixão predominante – a da gastronomia.

Padre e já velho, mas ainda rei da viola ou do cravo acompanhadores de suas cantigas nas sociedades, as senhoras o festejavam à porfia; e por fim de contas as moças solteiras e desejosas de casar descobriram nele a mais preciosa qualidade, um talento sublime.

O Padre *Homem da Costa* era maravilhoso a facilitar e promover casamentos.

Qual foi a primeira ardilosa que fez a descoberta de tão rico tesouro não se sabe e isso pouco importa: o certo é que conhecido o milagre do padre as moças o tomaram em devoção.

Mas a candidata a casamento e o padre firmavam a rir e brincar, contrato que aliás era cumprido sem falha.

A candidata abria seu coração ao Padre *Homem da Costa*, dizia-lhe o nome do seu namorado, e, expondo-lhe as dificuldades que se opunham ao seu casamento, pedia intervenção protetora.

O Padre *Homem da Costa* respondia rindo e como a gracejar:

– Bem, bem: mas eu quero uma *garopa de forno* no dia do ajuste do noivado e convite para o banquete do casamento.

Não havia nada mais barato!

E o padre a entender-se com os pais do namorado e depois com os pais da candidata era tão persuasivo e hábil que acabava sempre por ganhar a *garopa de forno*, e ir ao banquete do casamento.

E era sempre feliz nos empenhos tomados; porque, quando a pretensão lhe parecia inconveniente ou desajuizada, não hesitava em desenganar a candidata.

É claríssimo que se multiplicavam as candidatas a casamento e os contratos de aparência zombeteira e de realidade gastronoma.

As confidências e as expansões das candidatas eram pouco mais ou menos semelhantes, edições mais ou menos corretas e emendadas do mesmo romance de amor.

Nos contratos gastrônomos havia alguma variedade, mas sem importância para as candidatas: em vez de *garopa de forno*, vinha neste *peru recheado* –; naquele um prato de *chouriço*, etc.; mas em regra predominavam em primeiro lugar a *garopa de forno* e em segundo o *peru recheado*.

Em pouco tempo o Padre *Homem da Costa* promoveu e abençoou ou fez abençoar mais casamentos do que o prelado do Rio de Janeiro, e os vigários das freguesias da cidade.

E as noivas e casadas agradecidas e as novas candidatas em devoção, querendo honrar o milagroso casamenteiro, começaram a chamar a rua onde ele morava, que era a de *Aleixo Manoel*, Rua do Padre *Homem da Costa*.

Não houve nem Câmara Municipal, nem clero, nobreza e povo que pudessem resistir àquela proclamação do belo sexo.

A Rua de *Aleixo Manoel* passou a denominar-se – Rua do Padre *Homem da Costa*.

E o velho padre continuou a adotar e proteger candidatas a casamentos, até que no fim de alguns anos, em uma noite, morreu de apoplexia fulminante, depois de uma ceia em que devorara metade de uma *garopa de forno*, uma frita de camarões e ostras, e um patarraz de chouriço.

Não se pôde levantar da mesa, e expirou sem agonia, sentado, risonho e provavelmente a pensar no almoço do dia seguinte.

Se esta tradição pudesse correr com fundamentos de veracidade, o Padre *Homem da Costa*, pondo-se de lado a sua paixão gastronoma, que não foi nociva senão

a ele, deveria ser aplaudido pela sua influência benigna, moralizadora e social, e bem merecera a honra de passar seu nome à rua onde morava e onde enfim morreu.

Ah! se hoje em dia florescesse algum padre como aquele *Homem da Costa*, certamente o preço das garopas e dos perus seria já fabuloso na *Praça do Mercado*; porque o número das *devotas* do padre casamenteiro chegaria pelo menos a igualar ao dos candidatos a empregos públicos; mas também seria menor o número daquelas mártires, a quem chamam *solteironas*.

Mas enfim a Rua de *Aleixo Manoel* passou a chamar-se do *Padre Homem da Costa*, nome que conservou por cento e vinte anos, tendo trocado a casaca e a cabeleira do cirurgião pela batina e pelo solidéu do padre, e faz vontade de rir imaginar beata e clerical durante um século e anos esta *Rua do Ouvidor* filósofa sensualista, e até rua um pouco ou muito endemoninhada pela multiplicação das *tentações*.

Em meados do século XVIII a Rua do *Padre Homem da Costa* estendeu-se um pouco mais para o lado do continente, avançando até a rua que se chamou da *Vala*; deveras, porém, que não devia aplaudir-se desse prolongamento.

Construída a fonte ou chafariz da *Carioca* no *lugar*, depois *largo* e hoje Praça da Carioca, nome que tomou do das vertentes ótimas que recebeu canalizadas, sobravam tanto as águas que, para dar-lhes esgoto, abriu-se grande *vala* com leito e paredes de pedra desde a *Carioca* (chafariz) até o mar no sítio chamado *Prairinha*.

(*Entre parênteses: carioca quer dizer em língua tupi – casa do homem: – donde proveio semelhante denominação?... quem era o homem da casa?... pretendiam os selvagens tamoios que aquelas águas como as da fabulosa Cabalina tinham a virtude de inspirar estro poético: donde provinha essa falsa crença?... o homem da casa teria sido algum pajé poeta, algum tamoio solitário, homem notável pelo talento poético que os índios julgassem devido às águas que corriam perto da sua – oca –?... deixo aos meus ilustrados amigos os Srs. Drs. Brigadeiro Couto de Magalhães e Batista, os juízes mais competentes que conheço na matéria, o empenho de resolver este problema, e fecho o parênteses).*

A *vala* foi de considerável utilidade, porquanto serviu para dar vazão àquelas águas que caíam sobrepujantes da fonte e dos tanques de pedra, e também às das chuvas então muito freqüentes e algumas torrenciais, que tornavam como rios as ruas, e inundavam as casas da cidade.

Além disso a *vala* teve durante anos certa importância administrativa, porque foi considerada *muro da cidade*, ou linha extrema urbana.

Entretanto a *vala* ficou exposta, destapada, e como de tudo se abusa, abusaram da inocente e benfeitora os colonos moradores das vizinhanças que a fizeram servir, para o *despejo* de quanto de pior serviço de suas casas era preciso *despejar*.

Em breve e necessariamente a desvirtuada *vala* tornou-se imunda, repugnante, fétida e foco de miasmas, e a Rua do *Padre Homem da Costa* que avançou até ela devia ser nesse seu novo limite de habitação muito desagradável e anti-higiênica.

Mas apesar das ruins condições determinadas pelo abuso que ficou mencionado, casas se foram construindo aos lados da *vala* e principiou a formar-se a *rua* que tomou dela o nome e que hoje se chama de *Uruguaiana*.

Além da *vala*, o espaço que se estendia entre o monte de Santo Antônio e o mar, e dessa linha para o centro até a depois chamada *cidade nova* inclusive, tudo era *campo do Rosário*.

Em 1764 ou 1765 o Vice-Rei Conde da Cunha ordenou à Câmara Municipal da cidade que fizesse cobrir com lajes grossas a *vala* fétida e pestífera; a obra executou-se prontamente, e para que não fosse de todo prejudicado o esgoto das águas das chuvas, a *vala* recebeu ralos de pedra no encruzamento das ruas.

E todavia ainda houve abuso de ralos!

Em todo caso foi considerável o melhoramento olfativo e higiênico, sendo o Conde da Cunha muito aplaudido e louvado por isso nas *memórias* do tempo.

E eis aí como se escreve a história!

O Vice-Rei Conde da Cunha, doente e velho, que raro se mostrava, passeando pelas ruas da cidade, porventura nunca tinha recebido em seu vice-real nariz o gasoso testemunho das exalações da *vala aberta*, e entrou na obra melhoradora apenas com a sua indispensável assinatura na *ordem* expedida para que a *vala* fosse coberta com lajes grossas.

O que inspirou e determinou esse melhoramento foi noturno e ridículo caso, cuja história parece romance, e há de divertir os meus leitores no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

Como e por que o ajudante oficial da sala do Vice-Rei Conde da Cunha meteu-se a jogar a banca na casa de João Fusco; desenvolve-se a história que parece romance, e na qual são personagens João Fusco e a Sra. Helena, a menina Águeda, a mãe Jacoba, o cão Degola, o oficial da sala, o sacristão da Igreja de S. José e um *lobisomem* que uma noite põe em desordem a *banca*, e perseguido pelos jogadores escapa abismado na *vala*, enquanto o sacristão de S. José, aproveitando o ensejo, bate a linda plumagem com a menina Águeda, logo depois sua esposa: diz-se como o banho do *lobisomem* foi o motivo de se cobrir a *vala* com lajedos; o oficial da sala faz prender por falsas suspeitas de pasquineiro o sacristão, que é solto por intervenção do vigário, e transcreve-se um *pasquim* que apareceu em frente à Rua do *Padre Homem da Costa* junto da vala.

O Vice-Rei Conde da Cunha foi mas não foi quem mandou que a Câmara Municipal fizesse cobrir com lajedos a *vala* nauseabunda e pestífera. Este *foi mas não foi*, parece absurdo; é, porém, uma das verdades mais verdadeiras, que ainda às vezes se revelam em fatos. *Foi* – porque assinou a ordem, *mas não foi* – porque de outrem partiu a iniciativa e a determinação.

O Conde da Cunha, velho, achacado e sem atividade, era o Vice-Rei; via, porém, pelos olhos, e governava pela cabeça de seu ajudante oficial da sala, o Tenente-Coronel Alexandre Cardoso de Menezes, que por muito hábil, inteligente e insinuante ganhara sua inteira e cega confiança e se tornara o vice-rei de fato.

Infelizmente Alexandre Cardoso era de mau caráter, de costumes dissolutos, jogador, libertino, desenfreado em suas paixões, e tanto mais perigoso, que além de valente e corajoso, dobravam-lhe a ousadia, o poder de que dispunha e a certeza da impunidade.

No tempo do vice-reinado do Conde da Cunha jogava-se muito, jogava-se demasiadamente na cidade do Rio de Janeiro, muito e apenas um pouco menos do que atualmente. O jogo dominante era então a *banca*.

Alexandre Cardoso jogava quase todas as noites; mas só em rodas de gente rica e a mesas cobertas de ouro; uma vez, porém, fez exceção a essa regra.

Uma noite, em 1764 ou em 1765, passando ele pela Rua da *Vala*, entrou como por acaso na loja de *João Fusco* e pediu ao caixeiro biscoitos de carimã, balas, e mais ia pedir quando se interrompeu perguntando:

- Que fazem lá dentro?
- Jogam a banca; sim senhor.
- Chama João Fusco.

João Fusco correu logo ao chamado.

- Eu também quero jogar, disse Alexandre Cardoso.

E entrou sem-cerimônia, dizendo aos jogadores que respeitosa e surpresos se levantaram.

– Não há nada de novo, é apenas mais um parceiro.

Alexandre Cardoso mostrou-se agradável, desfez o acanhamento da companhia, jogou, perdeu duzentos cruzados, e alegre, e brincalhão levantou-se e disse:

– Basta por hoje, voltarei porém à desforra, João Fusco! na tua casa joga-se li-so. Adeus.

E saiu.

Agora breve explicação.

João Fusco, a quem tinham alcunhado *Fusco* pela cor muito trigueira, era ilhéu açoriano, e morava na Rua da *Vala*, logo além da Rua do *Cano* (hoje *Sete de Setembro*) em pequena casa de duas portas e com sótão, a qual abria portão do quintal para a Rua dos *Latoeiros*.

João Fusco tinha consigo uma irmã, a Sra. Helena, ilhoa como ele, e que no Brasil enviuvara, ficando-lhe do casamento uma filha, a menina *Águeda*, então com 18 anos, carioca lindíssima, mas previamente condenada a casar com o tio já quinquagenário, homem de bem, mas genioso, desconfiado, ciumento e terrível como um turco.

Aproveitando a habilidade e prática da irmã e da sobrinha, que eram *doceiras* magistras, João Fusco abriu na frente da casa loja de doces, espécie de confeitaria daquele tempo, e ali vendia excelentes biscoitos, bolos, amêndoas de castanhas de caju, balas e confeitos, e em vez de sorvetes, que somente setenta anos mais tarde se tomaram na cidade do Rio de Janeiro, o refrigerante e saboroso *aloá*.

Além de Helena e *Águeda*, João Fusco tinha em casa o caixeiro que o ajudava no serviço da loja, mas que era absolutamente privado de comunicação com a família, uma negra sexagenária escrava de *Águeda*, cuja ama-de-leite fora, e enfim um grande cão.

A mãe Jacoba (a escrava) e Degola (o cão) eram os guardas do quintal e do portão, do qual em todo o caso João Fusco à noite guardava a chave.

Helena e *Águeda* de dia trabalhavam na sala de jantar e na cozinha, e às oito horas da noite se recolhiam ao sótão, que constava de uma saleta na frente, e outra no fundo: a primeira era ocupada por Helena, a segunda pela menina. As janelas das saletas eram fechadas de cima a baixo por varões de ferro.

Águeda tinha em horror o tio, e a idéia de lhe pertencer como esposa fazia o tormento da sua vida; no entanto dissimulada e sonsa ela ria, e cantava de dia, e rezava muito de noite; mas Santo Antônio sabia o que a menina, sua devota, nas rezas e em promessas lhe pedia.

Coitadinha! todos contra ela: Helena, que era a ilhoa mais áspera e desalmada, querendo-a a todo o transe casada com o irmão, vigiava incessantemente a filha e não a deixava pôr pé em ramo verde.

As moças aproveitam ainda o mais fraco recurso para satisfazer sua vaidade de boniteza, e o único recurso de *Águeda* era, duas ou três vezes por dia, e quando a mãe se achava mais atarefada, correr por minutos à sua saleta do sótão, e pondo-se à grade da janela, mostrar seu rosto, seu colo e seus ombros aos que por acaso passavam pela Rua dos *Latoeiros*.

Quase sempre atrás da menina era mandada a escrava, que, ao vê-la à janela, benzia-se, dizendo:

– Ah, Nenê! você faz pecado! olha senhô João!

Águeda ria-se.

Oh! mas é claro, que Jacoba era mais vigilante e mais terrível do que o dragão das Hesperides, e tanto que João Fusco para experimentá-la já tinha pago falazes tentativas de sedução para recados à Águeda, e a negra se mostrava sempre incorruptível e ameaçadora de denunciar à mãe e ao tio da menina.

Que escrava modelo!... ela porém quase tanto como Helena criara em seu colo Águeda, e amava-a com idolatria de quase avó.

Ainda mesmo com os seus varões de ferro as duas janelas do fundo do sótão da casa de João Fusco tornaram célebre a beleza de Águeda, na cidade do Rio de Janeiro.

Fora daquelas janelas, e aí mesmo, através das grades, e só por breves minutos, ninguém conseguia ver a sabida noiva de João Fusco, que apenas aos domingos saía com a irmã e com a sobrinha para ouvir missa na Igreja de S. José; mas então irmã e sobrinha levavam mantilhas e véus impenetráveis.

E nem a simples hipótese de *amigo vento* em socorro de Águeda!

Ao entrar na igreja era sempre o sacristão (santo rapaz, sobrinho do vigário, e que não levantava os olhos do chão) quem apresentava às duas senhoras o hissope para que elas se persignassem com água-benta.

Foi num desses momentos rápidos de oferecimento e tomada de água-benta que o libertino Alexandre Cardoso, sem poder apreciar bem, adivinhou a beleza de Águeda.

Dias depois ele viu-lhe o rosto à janela do sótão, e, aceso em criminosas flamas, resolveu seduzi-la e apoderar-se dela.

Perdeu tempo, mandando tentar a todo o preço a convivência e o concurso da negra Jacoba.

Perdida a esperança de entrar pelo portão, determinou introduzir-se pela porta da frente.

E foi jogar na casa de João Fusco.

A roda dos jogadores não era indigna; toda, porém, de gente da classe média, e de *banca* modesta, estava longe de satisfazer o oficial da sala, freqüentador de sociedade aristocrática e jogador delirante.

Todavia, Alexandre Cardoso voltou a jogar em casa de João Fusco mais de dez vezes, perdendo quase sempre cem, duzentos e muitos mais cruzados.

O jogo durava ali até muito depois da meia-noite; mas de ordinário Alexandre Cardoso, quando perdia, retirava-se antes de terminada a *banca*.

Já se desenganara do esperançoso plano de chegar a introduzir-se, mercê do jogo, no interior da casa, porque a *banca* tinha por limite absoluto o fundo da saleta contígua à loja, e a porta de comunicação interna sempre estava trancada; já estava disposto a libertar-se do sacrifício daquele jogo plebeu, quando uma noite, saindo pouco antes da meia-noite da *banca* de João Fusco, ao tomar no Largo da *Carioca* a

Rua da *Cadeia* viu um vulto de homem embuçado ao portão do quintal da casa que era o seu objetivo.

Alexandre Cardoso recuou, e, pregando-se à quina da Rua dos *Latoeiros*, estendeu o pescoço, adiantou a cabeça até os olhos, e apurando a vista, e no silêncio geral aproveitando o ouvido, observou curioso...

O vulto bateu de leve e compassadamente três vezes no portão, que quase logo se abriu com abafado ruído da chave...

O vulto entrou, e o portão se trancou com o mesmo cuidado.

Alexandre Cardoso estava informado de que havia bravíssimo cão no quintal, mas não ouviu nem latido, nem enfezado rosnar de cão.

– É um amante feliz! disse entre si com ciúme e confusão o soberbo oficial da sala do vice-rei.

Havia explicável erro no pensamento íntimo de Alexandre Cardoso. Águeda não era vítima de um sedutor; mas, graças à segunda chave fabricada por artifícios de exaltado amor, e confiada à velha escrava protetora, a menina recebia algumas vezes em entrevistas o escolhido de seu coração, e seu desejado noivo.

Helena cansada dos trabalhos do dia inteiro, desde que dormia, era sono de pedra; João Fusco, desde que começava a jogar, e tinha no bolso a chave do portão, só ia aos fundos da casa, se o *Degola* rosnava, ou assanhava-se no quintal; a negra Jacoba velava protegendo o amor da menina: em noites ajustadas, ouvindo os três toques de sinal, abria o portão que outra vez trancava depois de dar entrada a um mancebo, e enquanto ia anunciá-lo a Águeda, o *Degola* festejava o seu já conhecido, que lhe trazia sempre algum regalo à gulodice canina.

No entanto, Águeda chegava, mas a sua entrevista com o namorado nunca se estendia além de um quarto de hora, nunca se passava livre da presença da escrava, nisso ao menos prudente.

O namorado de Águeda era o sacristão, sobrinho muito querido do Vigário da freguesia de S. José.

Mas Jacoba precavida a preparar defesa para si, ou fonte de astúcias para os seus protegidos amantes, andava a fingir-se assustada, dizendo a João Fusco e a Helena que havia *lobisomem* a correr de noite pelas vizinhanças.

A crença insensata nos *lobisomens* era muito comum então entre a gente rude; João Fusco deu a coisa por certa, e Helena chegou a assegurar que o *lobisomem* de que Jacoba falava devia necessariamente ser um meirinho que morava na Rua do *Cano* e que era muito *amarelo*.

Pelo medo que o *lobisomem* causava Jacoba se presumia de domínio mais seguro no quintal durante as noites.

Nem tudo, porém, havia de ir correndo à medida dos desejos da velha escrava que, ao amanhecer de um dia, achou morto no pé do portão o bravo *Degola*, que era tão amigo do sacristão. Debulhada em lágrimas correu ela a dar parte do caso, e João Fusco, tendo examinado o corpo do pobre animal e não encontrando nem ferimento, nem contusão, declarou o cão morto de peste e consolou a escrava, prometendo dar-lhe em breve um outro *Degola*, o que aliás era do seu interesse.

Quem sabia perfeitamente de que mal tinha morrido o *Degola* era Alexandre Cardoso.

O extravagante e dissoluto oficial da sala descobrira depois de algumas noites de espreita que o ama e suposto sedutor de Águeda era o sacristão e sobrinho do Vigário de S. José.

Alexandre Cardoso delineou então atrevido ou antes adoidado plano só explicável em quem muito contava com o respeito que impunha a sua posição oficial, além de confiar não menos na própria valentia.

Continuou a jogar na casa de João Fusco; mas às 11 horas da noite saía, indo encontrar-se no Largo da Carioca com um soldado do seu regimento, que ali o esperava.

Perdeu três noites assim; na quarta, porém, viu o embuçado, reconheceu o sacristão que dobrava da Rua da *Cadeia* para a dos *Latoeiros*.

– É aquele... murmurou.

O soldado avançou rápido e, chegando ao pé do embuçado, disse-lhe vivamente:

– Sr. Sacristão, o reverendíssimo Sr. Vigário o manda chamar já e já à igreja.

O sacristão atarantado por terem-no reconhecido, e não sabendo que pensar do que àquelas horas tinha de fazer na igreja, voltou apressadamente.

Alexandre Cardoso despediu o soldado, chegou-se ao portão da casa de João Fusco e bateu de leve três vezes.

O portão abriu-se, e ele que não se arreceava mais do *Degola* entrou imediatamente.

Jacoba trancou de novo o portão, e tão escura estava a noite, que ela não deu logo pela troca do namorado da menina.

Mas Alexandre Cardoso, sentindo-a tirar a chave do portão, e querendo ter saída livre, disse baixinho e disfarçando a voz:

– Dê-me a chave.

A negra recuou desconfiada, e perguntou:

– Você quem é?... fala!

Alexandre Cardoso, em vez de falar, avançou dois passos, e Jacoba recuou quatro, e um a avançar, e a outra a recuar chegaram, isto é, a negra meteu-se pela cozinha, e o tresloucado substituto do sacristão parou à porta, e à fraca luz de ruim candeia mostrou uma bolsa, sacudindo-a para assinalar que estava cheia de ouro.

Jacoba, verificando que não era o sacristão, soltou um grito, e, atirando-se para dentro da casa, começou a bradar:

– Tem *lobisomem* em casa!... *lobisomem* entrou!

Alexandre Cardoso sentiu alvoroço na sala de jogo, e não tendo retirada pelo quintal, perdida a cabeça, lançou-se além da cozinha pela sala de jantar, tomou por estreito corredor, e ao ouvir o ruído que faziam os jogadores, que acudiam aos gritos da negra, foi subindo uma escada que achou no fim do corredor sem saída...

Mas no tope da escada apareceram Helena e Águeda a bradar:

O *lobisomem* vem para o sótão!... o *lobisomem* está aqui!...

Alexandre Cardoso precipitou-se pela escada abaixo, tornou à sala de jantar, viu os jogadores que voltavam apressados do quintal, tomou por outro corredor, chegou à saleta do jogo, e enfim, orientado, saiu veloz pela porta ainda entreaberta da loja.

Estava livre do maior perigo; não querendo, porém, que o reconhecessem, e certo de ser perseguido, como de fato logo o foi, fugiu, correndo pela Rua da *Vala*, e aturdido pela vozeria dos jogadores já a seguiu-lo, ao chegar diante da extrema da Rua do *Padre Homem da Costa*, deu infeliz salto para vencer a *vala*, e caiu dentro dela.

Pior do que isso! João Fusco e os companheiros da *banca* aproximaram-se, e Alexandre Cardoso, furioso, sem medo, mas envergonhado do ridículo de sua situação, e para escapar à publicidade do seu escandaloso procedimento, abismou-se até o pescoço na *vala* nauseabunda e mal cheirosa.

Os perseguidores o procuravam... alguns diziam que ele se escondera dentro da *vala*, já falavam em mandar vir luzes e archotes, o poderoso oficial da sala do vice-rei estava em torturas, quando angustioso brado veio salvá-lo.

O *lobisomem* carregou com Águeda!... gritava Helena desesperada.

João Fusco e seus amigos acudiram ao clamor de Helena.

O caso era simples.

O sacristão achara a igreja fechada e a casa do vigário seu tio também de porta trancada, e amante apaixonado a imaginar traição, voltara à Rua dos *Latoeiros*, ouvira grande ruído na casa de João Fusco, e apreensivo se dirigira para a *Loja de Doces*.

Quando ali chegava, Helena safa como espavorida agarrando-se ao irmão que com os sócios da *banca* iam em perseguição do *lobisomem*.

À porta da loja ficaram somente Águeda e Jacoba que lhe contaram quanto se passara.

O sacristão, adivinhando pela ousadia da tentativa algum poderoso rival, disse com ansiedade a Águeda:

– Oh!... em tal caso, ou já ou nunca!

E ofereceu a mão à menina.

Águeda o compreendeu, e, tomando-lhe a mão, fugiu com ele.

Pouco depois Helena menos aterrada, lembrando-se da filha, voltou cuidadosa para casa; mas debalde procurou Águeda, encontrando apenas Jacoba caída no chão e em terríveis contorções.

Tudo obra do *lobisomem*!

João Fusco e os outros chegaram para reconhecer a triste verdade.

Águeda tinha desaparecido.

Alexandre Cardoso, aproveitando a súbita retirada dos perseguidores, saiu da *vala*, e desapontado e prestes recolheu-se à sua casa, onde, livre da roupa imunda, só depois de três sucessivos banhos, foi no leito pedir ao sono o esquecimento das suas extravagâncias e do seu desastre dessa noite.

O epílogo desta tradição tem o merecimento de dois bonitos quadros: um o da felicidade de dois jovens amantes; outro o de um benefício público.

O Vigário de S. José perdoou facilmente a travessura do sobrinho, casando-o com Águeda, a despeito dos impedimentos que João Fusco protestava que ia apresentar, mas que não ousou fazer.

Alexandre Cardoso, o ajudante oficial da sala do vice-rei, tomara em aversão a *vala*, e sem dúvida para obviar iguais e possíveis desastres futuros fez com que o Conde da Cunha ordenasse à Câmara Municipal que a mandasse cobrir com lajedos.

Precaução de useiro salteador amoroso noturno.

Veio *ex-fumo* a luz, do mal o bem; de um banho fétido na *vala* a pétreia coberta desta.

Meses depois de realizada a obra beneficiadora da cidade, e de quase de todo esquecida a famosa história do *lobisomem* na casa de João Fusco, *lobisomem* de que principalmente as velhas davam testemunho até jurado da aparição, da correria e do desaparecimento misterioso por arte diabólica, Alexandre Cardoso que era vingativo e mau, explorando a freqüência de *pasquins* injuriosos que amanheciam pregados nas esquinas das ruas contra ele próprio, e contra o Vice-Rei Conde de Cunha, um dia mandou prender o sacristão da Igreja de S. José como suspeito de *pasquineiro*.

Era suspeita imaginada, calúnia indigna e perversa, vingança de opressor cruel.

Mas, ainda bem que a vítima, o sacristão, era sobrinho de padre, e ainda mais e melhor, sobrinho de padre vigário.

O marido de Águeda tinha averiguado, ponto por ponto, a história toda do *lobisomem*; guardara-a, porém, consigo a medo do *oficial de sala*.

O tio vigário, sabendo da prisão do sobrinho, foi ter com ele à cadeia, e ouvindo-o então narrar o caso do *lobisomem*, que explicava a injusta prisão, correu logo a referi-lo ao Bispo D. Frei Antônio do Desterro, e o bispo deu conhecimento de tudo ao Conde da Cunha, que mandou soltar o sacristão, bem que não acreditasse no que diziam contra o seu ajudante oficial de sala.

Propalou-se logo a história do *lobisomem*, e dias depois amanheceu em frente da rua do *Padre Homem da Costa*, junto da *vala*, fincado um poste e nele pregado o seguinte pasquim:

Mude-se o nome da rua,
Tenha outro nome e mais gala;
Seja, em vez de *Homem da Costa*,
Do *Ajudante da sala*,
Que uma noite um *lobisomem*
Aqui se banhou na *vala*.

Horas depois vieram soldados arrancar o pasquim, e derrubar o poste; muitas pessoas, porém, já tinham lido e decorado o malicioso versinho, que a tradição popular conservou.

Graças ao medo das perseguições do terrível oficial de sala do Vice-Rei Conde da Cunha, a atual tafulona *Rua do Ouvidor* escapou ao vexame de passar então a denominar-se não – *Rua do Ajudante Oficial de Sala*, como propusera o pasquim, mas *Rua do Lobisomem*, conforme alguns mancebos *janotas* do tempo, e mais atrevidos

pela influência de suas famílias nobres ou ricas, durante semanas a chamaram por zombaria ao aborrecido Alexandre Cardoso.

A rua manteve a sua denominação de *Padre Homem da Costa*; mas parece que a proposição do *pasquim* e a alcunha sarcástica dada por aqueles mancebos destemidos já eram prenúncios da próxima deposição do *Padre Homem da Costa* no seu domínio denominativo da rua, que começava a ser anacrônica pela batina e o solidéu que ele usara.

A rua vai receber nome novo, e é de honra e de etiqueta que o receba em novo capítulo nestas *Memórias*.

CAPÍTULO 5

Como a Rua do *Padre Homem da Costa* chegou pelo lado de terra em seu – *plus ultra* – abrindo-se na atual Praça de S. *Francisco de Paula*: referem-se os tormentos do Cabido do Rio de Janeiro, e a história da *Sé Nova*, que nunca chegou a ser *Sé*. Transformação da cidade do Rio de Janeiro nos vice-reinados do Marquês de Lavradio e de Luís de Vasconcelos; diz-se como a Rua do *Padre Homem da Costa* andou, ou permaneceu pouco lembrada até que o Marquês de Lavradio que, como Henrique IV, era devoto do belo sexo, fez nela das suas costumadas proezas noturnas, amando a viuvinha Zezé, cunhada do *Amotinado* verdadeiro, que foi logrado pelo falso *Amotinado*. Como houve idéia e questão de mudança da denominação da rua, que acabou chamando-se do *Ouvidor*, em honra do Dr. Berquó. Anuncia-se a festa do primeiro centenário da Rua do *Ouvidor* e promete-se o programa da grandiosa solenidade.

Quando o Tenente-Coronel Alexandre Cardoso, oficial de sala, perseguido como *lobisomem* na noite desastrosa, caiu dentro da *vala* no encruzamento da rua deste nome com a do *Padre Homem da Costa*, já esta há dezessete ou dezoito anos tinha pelo lado de terra chegado à extrema, onde pudera escrever – *plus-ultra* –; pois que acabara em sua embocadura na atual Praça de S. *Francisco de Paula*.

Breves explicações me parecem necessárias.

A Rua do *Padre Homem da Costa* fora obrigada a fazer alto quando chegou a Rua da *Vala* (hoje *Uruguaiana*): porque, além desta, o campo era do logradouro público, e não se permitiu o prolongamento da rua, e nem ainda um pouco mais tarde, bem que perto do campo que lhe vedavam já estivesse edificada a Igreja de *Nossa Senhora do Rosário*, de particular devoção dos homens pretos livres, libertos e escravos.

Mas enfim veio o *Cabido* do Rio de Janeiro resolver o problema da revogação daquele logradouro público.

O *Cabido* do Rio de Janeiro desde muito que reclamava *Sé* própria e condigna.

Arruinada a *Sé* primitiva, a Igreja de S. Sebastião do Castelo, hospedou-se o *Cabido* na então simples *Capela de S. José*; mas, faltando-lhe af cômodos, invadiu quase à força a *Igreja da Santa Cruz dos Militares*.

É curiosa, mas triste, a história da campanha dos cônegos contra as irmandades donas da casa, estas a empurrar para fora os hóspedes, e os hóspedes a resistir, e opor-se à despedida; não cabe, porém, nestas *Memórias* a narração de quanto se passou nesse longo pleito.

Vencido na luta, e perdida a esperança de estabelecer-se na *Igreja da Candelária*, o *Cabido* acolheu-se a *pesar seu* na de *Nossa Senhora do Rosário*.

A prova do pesar do *Cabido* é dada pelo Monsenhor Pizarro, que em suas *Memórias* repete *sem caridade* a queixa do forçado e inevitável contato com os *pretinhos*, aliás seus e nossos irmãos em Deus.

Mas o governo da Metrópole (reinado de D. João V), aprovando o plano apresentado, mandou construir nova igreja para *Sé* do Rio de Janeiro, e o Governador Gomes Freire de Andrade, o bispo, e o engenheiro diretor das obras de acordo escolheram para o templo lugar no *Campo do Rosário* a curta distância da Rua da *Vala*, defronte da extrema imposta à Rua do *Padre Homem da Costa*.

No assinalado histórico dia aniversário, 20 de janeiro de 1749, foi lançada com aparatosa solenidade a primeira pedra da *Sé nova*, cujos alicerces e grossas paredes haviam de servir não para ela, *vic vos nos vobis*, mas para o edifício de que é última herdeira a *Escola Politécnica* do Rio de Janeiro.

Para o solene lançamento da primeira pedra limpou-se, aterrara-se em alguns pontos, e todo se igualara o terreno fronteiro à futura igreja, o qual, ou no mesmo dia 20 de janeiro, ou pouco depois, recebeu a denominação de *Largo da Sé Nova*.

E então a Rua do *Padre Homem da Costa*, vendo um *largo* aberto no campo do logradouro público, usou do seu bom direito, saltando a *vala*, e estendendo ou continuando suas duas filas de casas até abrir-se no *Largo da Sé Nova*.

As obras da *Sé*, que ficaram em provérbio popular perpetuadas, após ativo ardor dos primeiros meses, caíram em desalento, e ora interrompidas, por faltar azeite à lâmpada, ora continuadas muito preguiçosamente, chegaram por isso a excitar o ridículo que feriu a negligência e a desídia do governo com aquele provérbio fulminador das obras em que se consome o dinheiro público e nunca chegam ao fim.

Mais afortunada que a *Sé*, a Igreja de *S. Francisco de Paula*, começada a construir-se em 1759 (dez anos depois daquela) no mesmo *largo*, em 1801 já estava acabada pelos seus *Mínimos*, que assim deram quinau aos *máximos* do governo, e em prêmio do seu zelo o povo mudou o nome do *largo*, que ficou sendo chamado de *S. Francisco de Paula*.

A Rua do *Padre Homem da Costa* desde 1749 não teve mais prolongamento a aspirar; ainda, porém, era cedo para as glórias que a esperavam com outro nome.

De 1770 a 1791 a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro se transformou como por metamorfose rápida. Era feia lagarta, e o Vice-Rei Marquês de Lavradio fez sair do casulo a *borboleta*, asseando, calçando as ruas e praças, abrindo novas ruas, bandido as rudes *peneiras* das portas e janelas, e removendo para longe dos centros urbanos a aglomeração pestífera dos míseros negros trazidos da África para imundos recintos de mercado de escravos.

O Vice-Rei Luís de Vasconcelos, achando a *borboleta* fora do casulo e a ensaiar as asas de seda, deu-lhe água e flores em chafarizes, na Fonte das Marrecas, e no Jardim Público, e deu ainda à cidade novas ruas, uma das quais foi a das *Belas Noites*, então a romanesca das noites de luar crescente e pleno.

A Rua do *Padre Homem da Costa* não recebeu nesses vinte e um anos de florescimento na cidade melhoramento algum, à exceção do banimento das *peneiras* que a afeavam, como as outras; dois anos porém, depois do começo do vice-reinado de Luís de Vasconcelos, perdeu o nome que lhe tinham dado em 1659.

Escapara à denominação de Rua do *Lobisomem* no vice-reinado do Conde da Cunha, e como se vai ver, escapou de outras que lhe quiseram dar, para denominar-se *Rua do Ouvidor*.

O Marquês de Lavradio, o Vice-Rei estadista, era varão de alto saber, de grande experiência e de virtudes; tinha, porém, a *fraqueza* de Henrique IV, e pecou não pouco por apaixonado do belo sexo. No seu tempo o doido Romualdo dizia que o *vice-rei limpava as ruas e sujava as casas*.

O ilustre Marquês estava muito longe de ser ostentoso, delirante e corrompido perversor, como fora o ajudante da sala do Conde da Cunha; foi, porém, conquistador famoso, e teve ligações amorosas que o prenderam muito, e amores furtivos e pasageiros que autorizaram o mordaz epigrama do doido Romualdo.

A princípio, e a supor-se cauto, ele dissimulou *suas fraquezas* de um modo singular e espirituoso.

O Marquês adotara o costume de sair sob diversos disfarces depois das dez horas da noite em passeio pela cidade para zelar a polícia e ver com os seus olhos o que se passava, e ouvir com os seus ouvidos o que se dizia.

Em suas rondas ou passeios levava ele sempre por companheiro único um oficial de milícias, o Tenente João Moreira, conhecido pela alcunha de *Amotinado* pelos fáceis arrebatamentos de seu gênio ardente e desordeiro.

O Tenente *Amotinado* era de prodigiosa força, de ânimo inflamável e talvez o mais antigo *capoeira* do Rio de Janeiro, jogando perfeitamente a espada, a faca, o pau e ainda e até de preferência a cabeçada e os golpes com os pés.

Não se temia de dois ou de dez inimigos, multiplicava-se na defesa e ataque pela agilidade. Tinha medo somente do Vice-Rei e do Ouvidor da comarca.

Era delicadíssimo como ufanoso escravo do Marquês de Lavradio, a cujo serviço não punha limites.

O Marquês, quando tinha *de pescar* por devoção ao belo sexo, aproveitava para isso os seus disfarces e horas de passeio noturno, pondo em ridículo e abusivo tributo a baixa condescendência do Tenente.

À noite e a prazo dado, batendo de leve à porta que havia de se abrir a sinal de ajuste, se fraca voz perguntava:

– Quem é?...

– Tenente *Amotinado*, respondia sempre o Marquês.

E o Tenente não protestava.

Durante alguns meses por isso, e pelos falsos boatos que se faziam espalhar para explicação de amorosas travessuras, cujo mistério era malguardado, ou por acaso descoberto, o Tenente *Amotinado* gozou na cidade do Rio de Janeiro imerecida celebridade de feliz conquistador de invejados amores e de traquinas beija-flores inconstantes em jardins pouco vedados.

Em breve, porém, o ardil foi conhecido e o Tenente *Amotinado* caiu no ridículo, que devia ser o seu primeiro castigo.

O povo que amava o seu bom e sábio vice-rei era indulgente, repetindo a rir as notícias indiscretas de suas travessuras amorosas, e, a zombar do cúmplice desbrioso, continuava já então malicioso a nomear como autor das noturnas traquinadas o Tenente *Amotinado*.

Mas todos sabiam bem que nome e que título se escondiam na pobre alcunha do *Amotinado*.

Mas acontecem coisas neste mundo!...

O Tenente João Moreira, o *Amotinado*, o companheiro ou caudatário do Marquês de Lavradio em seus passeios noturnos, era casado e tinha em sua companhia uma cunhada, Josefa, chamada em família Zezé, viúva há um ano.

A esposa do *Amotinado* era bonita e jovem; mas a Zezé, dois anos mais moça, mais bonita ainda.

O Tenente morava à Rua do *Padre Homem da Costa*, um pouco acima da dos *Ourives*, e sua casa de um só pavimento tinha além da porta da entrada uma outra em curto muro contíguo, a qual só se abria para o serviço dos escravos.

Ora, no último ano do seu vice-reinado o Marquês, apanhado uma noite na Rua do *Padre Homem da Costa* por súbita e grossa chuva, aceitou o oferecimento do Tenente, recolheu-se à casa deste, e viu Leonor, ou *Lolora*, como o marido e parentes a chamavam, e a Zezé, sua irmã.

O Marquês ficou encantado, e creio que só em lembrança dos serviços que devia ao *Amotinado* não pensou em apaixonar-se por ambas.

Enamorado da Zezé, e castigando assim e sem idéia de castigo as vis complacências do Tenente, fez chegar seus recados e proposições amorosas à linda viúvina, conseguindo comovê-la com a ternura prestigiosa e com a sua singular beleza de Vice-Rei.

Não sei como o *Amotinado* descobriu o namoro e os projetos do Marquês, e pôs-se alerta para impedir que o vice-real namorado penetrasse em sua casa.

O cem vezes baixo e aviltado cúmplice de entradas noturnas em casas alheias não queria graças pesadas na sua: com outro qualquer teria logo posto fim à história, rompendo em escandaloso conflito do seu costume; com o vice-rei, porém, o caso era outro, e o Tenente sabia que a mais pequena cabeçada levá-lo-ia à força ou pelo menos ao desterro, ficando não só Zezé mas também *Lolora* indefesas e à mercê do Marquês, e de outros depois dele.

O *Amotinado* não fez bulha na família, guardou o seu segredo, e esperou, zelando vigilante e desconfiado a casa.

O Marquês tinha, no entanto, chegado a sorrir a mais tenra esperança.

Uma noite o Tenente achou o Vice-Rei de cama em consequência de um resfriamento e em uso de sudoríficos.

– Tenente, disse o Vice-Rei com voz trêmula, eu hoje não posso sair; vai rondar até à meia-noite, e vigia bem o *Jogo da Bola* e a cadeia. Amanhã às oito horas vem dar-me parte do que houver.

O *Amotinado* saiu.

Às onze horas da noite em ponto, o Marquês, disfarçado em oficial de marinha, parou na *Rua do Padre Homem da Costa* junto à porta do muro contíguo à casa do Tenente e bateu de leve cinco vezes.

Uma voz comprimida e como ansiosa perguntou de dentro.

– Quem é?...

O Marquês respondeu sorrindo:

– Sou o Tenente *Amotinado*.

O portão abriu-se, e o Marquês recuou um passo, vendo o Tenente que trazia na mão uma lanterna, e disse logo:

– Perdão, Sr. Vice-Rei! eu sei que há dois *Amotinados* na cidade, mas nessa casa só entra sem pedir licença o *Amotinado* verdadeiro.

E trancou a porta.

O Marquês quase que se encolerizou, mas faltou-lhe o quase; porque imediatamente desatando a rir voltou sobre seus passos e foi dormir e sonhar com a linda viuvinha *Zezé*.

No outro dia recebeu às oito horas da manhã o Tenente, tratou-o com a maior bondade, riu-se, lembrando-lhe o desapontamento por que passara no portão, louvou-lhe o zelo pela honra da *Zezé*, e, a rir ainda mais, recomendou-lhe que tivesse cuidado com o falso *Amotinado*.

Continuaram como dantes em noites determinadas os passeios noturnos do Marquês e do Tenente; este, porém, velava sempre em desconfiança daquele.

Algumas semanas depois, em noite de falha de ronda, o *Amotinado*, ouvindo o toque das dez horas no sino de S. Bento, correu para casa, porque era a essa hora que o Marquês costumava sair. Chegou, bateu à porta que *Lolora* veio abrir-lhe um pouco morosa; quando, porém, ia entrando, o Tenente sentiu leve ruído... voltou a chave, fingindo ter trancado a porta e esperou...

Quase logo a porta do muro abriu-se, e por ela saiu um embuçado.

O Tenente deu um salto em fúria de tigre, mas estacou, murmurando com os dentes cerrados:

– Sr. Vice-Rei!...

– Aqui não há Vice-Rei, disse-lhe em voz baixa o Marquês; há dois homens; mas, se o achas melhor, há o falso *Amotinado* a sair pela porta do muro, quando o verdadeiro entra pela porta da casa. E vê lá! não ofendas aquela que protejo!...

O embuçado afastou-se, deixando o Tenente em convulsão de raiva estéril.

Um vice-rei deveras fazia medo.

Mas às dez horas da noite ainda havia gente acordada na Rua do *Padre Homem da Costa*, e no dia seguinte toda a cidade sabia do caso das duas portas e dos dois *Amotinados*. Apareceram pasquins, compuseram-se cantigas e lundus, que eram as armas da censura popular do tempo, e alguns malévolos propuseram que a rua deixasse o antigo nome pelo do *Amotinado*.

O tenente celebrizou-se por brigas, em que ele só espalhou e espancou grupo de dez ou doze maldizentes.

E chegou então o novo Vice-Rei Luís de Vasconcelos.

O Marquês, despedindo-se do *Amotinado* a quem pagara sempre liberalmente a exagerada e servil dedicação, deu-lhe larga bolsa cheia de ouro; este, porém, pediu-lhe com a dor a patente de capitão.

O Marquês respondeu-lhe:

– Pobre *Amotinado*!... os postos do exército são do rei, que os confere a quem presta serviços a seu governo; os teus serviços foram prestados só à minha pessoa, e eu não posso pagá-lo senão com o meu dinheiro. Vejo que uma bolsa foi pouco, e dou-te outra.

E foi buscá-la, e deu-lha, e o miserável aceitou-a.

O povo chorou, vendo partir para Lisboa o Marquês de Lavradio, a quem todos perdoavam as travessuras amorosas pelo bom, sábio, justo e benemérito governo.

A linda viuvinha Zezé ficou com seu dote que lhe aumentou bastante a boniteza para achar, como achou, marido de seu gosto e escolha.

Mas a Rua do *Padre Homem da Costa* não podia mais conservar a denominação envejecida.

Continuava a teima dos zombeteiros e dos inimigos do tenente valentão e espalha-brasas em querer chamá-la *Rua do Amotinado*.

Acresceu logo depois a pretensão de alguns cônegos e de gente devota, que propunham a denominação de *Rua do Cabido* ou *Rua da Sé Nova*, em honra da *Sé Nova* que então, embora já desanimadamente, se construía no *largo* ainda desse nome, e onde se abria a Rua do *Padre Homem da Costa*.

E quando mais fervente se achava esta contenda, chegou de Lisboa nomeado *ouvidor da comarca* para o Rio de Janeiro o Dr. Francisco *Berquó* da Silveira (da família *Berquó* da qual foi membro ulteriormente o Marquês de Cantagalo, amigo dedicadíssimo e estimado de D. Pedro I), e logo ou pouco depois de sua chegada à capital do Brasil colônia foi morar em 1780 à Rua do *Padre Homem da Costa*, na casa de sobrado, que é hoje de nº 62-A, e ocupada pela loja de papéis pintados do Sr. Anacoreta.

Um *ouvidor de comarca* era naquele tempo muito mais do que um simples mortal, era um potestade, que o povo respeitava mais do que hoje respeita ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e não havia quem deixasse de pôr-se de chapéu na mão quando ele passava.

Desde que o Dr. *Berquó* estabeleceu sua residência à Rua do *Padre Homem da Costa*, desfizeram-se as pretensões denominativas de Rua do *Amotinado* e do *Cabido*, e todos de acordo a chamaram *Rua do Ouvidor*.

E, portanto, o defunto *Padre Homem da Costa*, muito depois de morto, deu em 1780 à *costa*, não nos baixios, mas nas alturas do *ouvidor da comarca*.

1780!... não esqueçam a data, que marca o começo da época que tinha de ser tão gloriosa para a rua por excelência poliglota e enciclopédica, labirinto, vulcão, mina de ouro e abismo de fortunas, rainha dos postiços e das artes arteiras, fonte de belos sonhos, armadilha de enganos, *et cætera, et cætera, et cætera*, somando tudo – *Torre de Babel*.

Principiara sendo – *Desvio* – desvio do caminho reto, e essa origem não foi li-sonjeira.

Passara de *Desvio* à Rua de *Aleixo Manoel*, plebeu raso, que, embora só de fidalgos, era barbeiro, segundo os meus velhos manuscritos.

Subiu, tomou solidéu e batina, entrou para a categoria do clero, elevando-se à *Rua do Padre Homem da Costa*.

E enfim exaltou-se, mostrando-se com a toga da magistratura em sua nova e última denominação de *Rua do Ouvidor*.

E notem: o *ouvidor* chamava-se *Berquó*, nome cujas letras combinadas de outro modo formam o presente do indicativo do verbo quebrar, isto é – *quebro*, o que quer dizer: *não resisto, rendo-me*.

O *Berquó*, o tal *ouvidor*, tinha pois nas letras do seu nome cabalisticamente encerrado o segredo dos encantos da rua, a que ninguém *resiste*, a que todos se *rendem*; porque todos *quebram*, e até se *requebram* escravos do seu poder.

Mas não o esqueçam, a rua começou a denominar-se do Ouvidor em 1780.

Mais dois anos passados, e fulgirá esplendíssimo e supermemorável o primeiro centenário da brilhante e famosa *Rua do Ouvidor*.

Que festa! quem viver em 1880 verá o que há de haver.

Em 1880 – o centenário!...

Preparai-vos, ó modistas, floristas, fotografistas, dentistas, quinquilharistas, confeitarias, charutarias, livrarias, perfumarias, sapatarias, rouparias, alfaiates, hotéis, espelheiros, ourivesarias, fábricas de instrumentos óticos, acústicos, cirúrgicos, elétricos e as de luvas, e as de postigos, e de fundas, de indústria, comércio e artes, e as de lamparinas, luminárias, faróis, e os focos de luz e de civilização, e vulcões de idéias que são as gazetas diárias, e os armazéns de secos e molhados representantes legítimos da filosofia materialista, e a democrata, popularíssima e abençoada *carne-seca* no princípio da rua, e no fim Notre Dame de Paris, a fada misteriosa de três entradas e saídas e com labirintos, tentações e magias no vasto seio – preparai-vos todos para a festa deslumbrante do centenário da Rua do Ouvidor!...

A festa é de nosso dever e de nossa honra!...

Preparai-vos!

O centenário é em 1880!...

Se eu tiver paciência, animação e confiança, proporei no fim destas *Memórias*, que ainda têm muito que dar de si, o programa da grande festa do primeiro centenário da *Rua do Ouvidor*.

Vejam lá se me deixam ficar mal.

CAPÍTULO 6

Como se revela em burlesca proeza o primeiro ou mais antigo herói da Rua do Ouvidor, conta-se a história de duas ceias no fundo da taberna de Manoel Gago e como pela sua singular habilidade pregou famosa logração a três amigos o Belo Senhor, interessante celebridade do Rio de Janeiro, rematando-se esta tradição com o conselho um pouco profético dado por Agostinho Fuas, um dos logrados, ao Belo Senhor.

A rua que em 1780 recebeu a denominação do *Ouvidor* teve por seu primeiro herói em burlesca proeza o *Belo Senhor*.

Talvez que bem poucos dos meus leitores saibam quem foi o *Belo Senhor*, aliás a mais famosa personagem travessa e infelizmente muito pior do que travessa da cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século passado e que acabou ignorado morrendo não sei em que ano do princípio do atual.

O *Belo Senhor* chamava-se José Joaquim de...(*) ; nascera na cidade do Rio de Janeiro, onde seus pais (creio que pelo menos o pai era de Portugal) o fizeram receber limitada instrução acima da primária, mostrando-se ele, porém, muito inteligente, e sobretudo maravilhoso em caligrafia.

Era de tanta beleza varonil no rosto como bem talhado de corpo; de espírito sutil, de gênio alegre e folgazão, dançando com o maior primor, cantando agradavelmente, merecera por tudo isso a desvanecedora alcunha de *Belo Senhor*, que por certo não foram os homens que lhe puseram.

Em sua juventude gozou o *Belo Senhor* a vida, esbanjando o tempo, e só ocupado de folguedos e de prazeres; ao menos, porém, isento de abusos e de atos criminosos que mancham o homem.

É nessa idade louçã, de alegrias e de devaneios, que se apresenta o mais antigo herói de travessura curiosa passada na *Rua do Ouvidor*.

O que passo a referir é tradição que ouvi não só a um, mas a alguns velhos que conheceram o *Belo Senhor*, e entre esses há um respeitável e estimadíssimo cirurgião que em idade muito avançada faleceu em 1877.

Nesta tradição pertencem-me *os nomes dos tafuis* amigos do *Belo Senhor*, a *data* precisa da segunda ceia, e os *diálogos*; porque não fui informado daqueles *nomes*, e nem da *data* que marquei para dar certa vida à tradição.

Tudo mais, isto é, a primeira e a segunda ceia, as fivelas e a casaca novas, e a surpresa causada pela presença da Rosinha, atriz da casa da ópera, devem considerar-se, e pelo menos eu reputo de tradição verdadeira.

E agora conto a proeza do *Belo Senhor*, sem mais prelúdios, nem cerimônias.

(*) Terei ocasião de completar o nome do *Belo Senhor*: tenho por inteiro o seu nome em apontamentos que não encontrei agora.

Companheiro assíduo dos mais elegantes e ricos tafuis do seu tempo, o *Belo Senhor*, que, muitas vezes, por seus dotes naturais, pelo seu espírito e por suas prendas ganhava, mais do que eles, agrados das senhoras nas reuniões e saraus, quase sempre *baldo ao trunfo* não os podia igualar no luxo dos vestidos sempre novos, e na magia do ouro, com que era posto em derrota na disputa de certos amores.

Uma noite, em 1783, ou pouco depois, em companhia de alguns desses tafuis, todos de boas e ricas famílias, o que não os impedia de render vassalagem à *extravagância*, que também é rainha da mocidade, ceava o *Belo Senhor* peixe frito com pimentões, chouriço de porco e rim de vaca assado e bebia vinho do Porto, em saleta reservada do fundo da famosa taberna de Manoel Gago, sita à Rua do *Ouvidor*, esquina da Rua dos *Latoeiros*.

Ninguém se admire da escolha de uma taberna para uma ceia desses tafuis.

Ainda depois de estabelecidos os hotéis e em anos que chegavam ao termo da primeira metade do nosso estupendo século, não faltavam hóspedes *muito sérios* às saletas dos fundos de certas tabernas para cear sardinhas fritas com pimentões, e rim assado com o indispensável molho de pimenta de cheiro.

Era costume do século passado, que se conservava no atual, e as tabernas preferidas só admitiam nas saletas fregueses conhecidos e de boa companhia.

Trata-se, porém, da ceia dos tafuis.

Em ajuntamento de mancebos que só pensam em divertir-se e rir, há de ordinário uma vítima de escolha ocasional.

Nesta noite a vítima era o *Belo Senhor*.

Afonso Martinho tinha dito que ele trazia nos sapatos o testemunho de impostura e falsidade; porque as fivelas que tinham passado por ser de ouro já estavam por velhas perdendo o dissímulo e denunciando a prata que nem era de lei.

O *Belo Senhor* comia então uma posta de pescada, e não respondeu.

– As fivelas dos sapatos do *Belo Senhor* estão em harmonia com a sua casaca de uso ordinário, como hoje, e que, como todos vêem, já está perdendo o pêlo! exclamou Domingos Lopo.

– É avareza desse demônio: devemos castigá-lo; proponho que de hoje a oito dias o *Belo Senhor* seja obrigado a pagar-nos aqui mesmo ceia dez vezes melhor do que esta, que eu hoje pago; disse a zombar Antônio Pereira.

Mas quando Domingos Lopo falava, o *Belo Senhor* estava-se regalando de chouriço com farinha de mandioca; e quando Antônio Pereira o emprazou para a ceia que havia de pagar, ele saboreava o rim assado, temperando-o no molho de pimenta de cheiro, e não deu resposta nem a um, nem a outro, e menos ainda pareceu ressentir-se.

Não havia maligna intenção nos gracejos dos três amigos; mas realmente era pouco generoso, e de mau gosto em mancebos ricos zombar do que era manifesta prova dos poucos recursos pecuniários da vítima do ridículo.

Risadas acompanhavam, no entanto, os remoques provocadores de reação que o *Belo Senhor* não costumava conter.

Mas então ele comia, e não falava.

Agostinho Fuas tomou por sua vez a palavra e disse:

– O *Belo Senhor* está hoje triste, silencioso e abatido: querem saber por quê? Há um mês que apaixonado, perdido de amor pela *Rosinha Feitiço*, a mais bela dama da *Casa da Ópera*, cantava-lhe de noite *modinhas* à porta e de dia mandava-lhe ramaletes de rosas, e de *não-me-deixes*; mas coitado! soube ontem que eu sem *modinhas* nem flores, e só com uma chave, que tirei da minha bolsa, abri a porta que não lhe abriam, e tomei-lhe a namorada!... Tem paciência, *Belo Senhor!* espera dois ou três meses pelo termo do meu capricho: eu te pus no purgatório, mas não te condenei ao inferno.

Gargalhadas gerais agravaram a zombaria de Agostinho Fuas, tanto mais cruel, quanto era absolutamente expresso de verdade.

O *Belo Senhor* por acaso ou por abafado ímpeto de ira cobriu de pimentas de cheiro uma garfada de rim e comeu, parecendo regalar-se.

Agostinho Fuas, um pouco picado da indiferença da vítima, tirou do bolso uma carta e mostrou-a aos companheiros.

– Aí está um bilhete que a Rosinha me escreveu hoje...

– Mas que diabo! ela escreve *Gostinho* em vez de *Agostinho*? disse Afonso Martinho.

– É assim que me trata: vê agora a assinatura...

– *Feitiço*...

É como eu a chamo. E tu, *Belo Senhor*, não queres ver a carta da *Rosinha Feitiço*?

Era demais.

O *Belo Senhor* que inalterável não tinha levantado os olhos do prato saboreou o último pedaço de rim assado, encheu de vinho o copo, bebeu vagarosa e deliciosamente, depôs o copo na mesa e disse com perfeita serenidade:

– Agora eu.

Todos os olhos se fitaram no *Belo Senhor* que, voltando-se primeiro para Antônio Pereira, disse-lhe:

– Antônio Pereira! de hoje a oito dias cearemos nesta taberna profusa e grandiosamente!... convide a todos os presentes e a mais alguns amigos, mas eu juro que tu, Antônio Pereira, hás de pagar a ceia.

– Eu?... aposto que não!...

– E nessa noite de ceia, de hoje a oito dias, eu me apresentarei de ricas fivelas de ouro nos sapatos, e tu, Afonso Martinho, hás de pagar as fivelas.

– Eu?... também aposto que não!

– E tu, Domingos Lopo, hás de pagar a casaca nova com que me apresentarei a honrar a ceia!

– Terceira aposta!... juro que não.

– Quanto a Agostinho Fuas, não pretendo que ele me pague coisa alguma; pelo contrário, serei eu quem o há de felicitar com a mais agradável surpresa.

– Explica-te, *Belo Senhor!*

– Impossível! será o encantamento da ceia; mas é segredo que guardarei comigo até de hoje a oito dias.

São, portanto, quatro apostas, disse Antônio Pereira; vê em que te metes, *Belo Senhor!*

– Não faço aposta alguma; respondeu este: contento-me com a ceia profusa, com as fivelas de ouro, com a casaca nova e com o surpreendente efeito do meu segredo.

Levantaram-se todos para sair.

– A propósito! exclamou o *Belo Senhor*; quero saber a hora precisa da ceia: Antônio Pereira é quem deve marcar a hora, porque as despesas correrão por sua conta.

– O *Belo Senhor* paga-nos aqui boa ceia, de hoje a oito dias, às nove horas da noite precisas, disse Antônio Pereira.

– Muito bem! de hoje a oito dias, 20 de julho de 1783, às nove horas da noite em ponto, disse o *Belo Senhor*.

E logo acrescentou:

– Daqui até lá nem mais meia palavra sobre este assunto.

E todos se retiraram da taberna a rir e a gracejar, como amigos que eram.

Passaram-se os oito dias do prazo marcado, chegou a noite de 20 de julho, e ainda antes das nove horas já se achavam reunidos na saleta do fundo da taberna de Manoel Gago, além de alguns outros todos os mancebos que ali tinham ceado oito dias antes.

Faltava somente o *Belo Senhor*.

Havia curiosidade como que ansiosa.

Nenhum dos convidados ousava supor que ele faltasse ao prazo e à ceia.

A questão do pagamento da ceia, das fivelas de ouro, da casaca nova, e enfim a surpresa prometida a Agostinho Fuas preocupavam a todos.

A ceia já estava servida e era na verdade profusa para a habilidade culinária de Manoel Gago, o dono da taberna, que até então se limitara a dar aos seus fregueses peixe frito, camarão, chouriço e rim de vaca.

Os nossos leitores dispensam a descrição da ceia.

Ao toque de nove horas entrou pela taberna o *Belo Senhor* trajando fina casaca nova e trazendo nos sapatos ricas fivelas de ouro.

Os amigos nem tiveram tempo de aplaudi-lo, porque logo em seguida dois robustos negros se mostraram conduzindo elegante cadeirinha que depuseram à entrada da saleta.

– Agostinho Fuas, disse o *Belo Senhor*, sem dúvida que eu devia começar pela agradável surpresa que te prometi.

E, abrindo as cortinas da cadeirinha, ofereceu a mão e ajudou a sair dela uma bonita moça morena.

– Apresento-lhes a linda e mimosa *Rosinha Feitiço*, que nos dará a glória de ceiar conosco, se Agostinho Fuas o permitir.

A surpresa foi realmente grande, e até a bela Rosinha também a partilhou, vendo Agostinho Fuas confundido e amuado.

– Antônio Pereira! podemos sentar-nos à mesa?

– Eu não me sentarei à mesa com a *senhora* Rosinha sem que ela me explique como se apresenta aqui!... disse Agostinho Fuas.

– Camarada! que ciúmes de mau gosto!... observou o *Belo Senhor* a sorrir.

– Então isso é Opera do Judeu?... perguntou a bonita morena.

E tirou do bolso e entregou a Agostinho uma carta.

O amante ciumento leu alto com admiração e ainda com maior surpresa:

“*Feitiço*: – Quero que venhas ceiar comigo em boa companhia; como porém não me é possível ir buscar-te, entendi-me com o meu amigo *Belo Senhor*, que vai receber-te às oito e meia horas da noite, levando cadeirinha para te conduzir. Podes confiar-te a ele, e vem sem falta; eu o exijo: é questão de honra! até logo, *Feitiço*.

– *Teu Gostinho*.”

– E então? perguntou a atriz da casa da ópera.

– O mesmo tratamento que me dás, e que te dou!... e a minha letra!... porque é a minha letra... a minha assinatura.. é, juro que é; mas juro também que não escrevi esta carta! exclamou Agostinho Fuas.

– Oh! ceemos, Agostinho Fuas! disse o *Belo Senhor*.

Sentaram-se todos; mas imediatamente Manoel Gago chegou-se a Antônio Pereira, e entregou-lhe a conta da ceia.

– Que diabo é isso?... que tenho eu com o rol e com a conta da ceia? disse Antônio Pereira.

Manoel Gago nem pôde falar; mas, correndo a taberna, tirou da gaveta um papel e veio apresentá-lo a Antônio Pereira.

O papel dizia assim:

“Sr. Manoel Gago, a 20 de julho de 1783 quero que às 9 horas da noite precisas tenha pronta e servida à mesa para 20 pessoas ceia constante dos pratos e vinhos seguintes... (*estendia-se o rol*): não olhe as despesas; quero, porém, que, logo ao começar a ceia, me apresente a conta diante de todos, é caso de aposta. – Seu freguês, *Antônio Pereira*.”

O papel correu pela mão de todos, e todos deram testemunho de que a letra e a assinatura eram de Antônio Pereira, que puxou pela bolsa e pagou a ceia a rir alegremente, dizendo aos amigos:

– Tal e qual como Agostinho Fuas!... reconheço por minhas a letra e assinatura... não há questão... mas leve-me o demo, se eu escrevi e assinei isso!...

O *Belo Senhor* ceava gulosamente e sem falar.

Mas antes das dez horas entraram na saleta um alfaiate e um ourives, que, desfazendo-se em desculpas, e protestando que se mostravam ali só por obediência às ordens escritas e positivas, entregaram o primeiro a Domingos Lopo a conta de uma casaca do mais fino pano e o segundo a Afonso Martinho a de primorosas fivelas de ouro, que também por ordem escrita e assinada um tinha feito e o outro entregueado ao *Belo Senhor*, sob a condição de cobrança realizada naquela noite e àquela hora na taberna de Manoel Gago, e durante a ceia que ali se daria.

· O ourives e o alfaiate, fregueses dos dois ricos tafuis, tinham obedecido ao extravagante capricho de mancebos notáveis por devaneios e originalidades travessas

de juventude, e, além disso, seus fregueses de maiores despesas e do mais pronto pagamento.

Afonso Martinho e Domingos Lopo riram-se ainda mais do que Antônio Pereira, e todos com eles verificaram, depois de acurado exame, que era impossível negar a letra das ordens e as assinaturas dos dois pagantes da casaca de pano fino e das fivelas de ouro do *Belo Senhor*.

E Domingos Lopo e Afonso Martinho pagaram ao som dos aplausos da companhia ao alfaiate e ao ourives.

Tanto eles como Antônio Pereira podiam negar-se aos pagamentos que fizeram; eram porém cavalheiros amigos do *Belo Senhor*, e julgaram de bom-gosto dar-se por vencidos pela habilidade caligráfica daquele, a quem aliás tinham provocado com as suas zombarias.

O *Belo Senhor* foi o herói da ceia que se prolongou até a meia-noite.

A essa hora, e ao dissolver-se a reunião, o *Belo Senhor* ainda zombeteiro perguntou a Agostinho Fuas:

– Queres que eu me encarregue de acompanhar a tua bela Rosa ao seu jardim?...

Rosinha Feitiço fez um momo a indicar negativa.

– Não, respondeu Agostinho Fuas, quero porém que saíamos juntos.

E saíram.

A pequena distância da taberna de Manoel Gago, e vendo-se livre de ouvidos indiscretos, Agostinho Fuas deixou o braço de Rosinha, a quem conduzia, e, afastando-se dela alguns passos com o *Belo Senhor*, apertou as mãos deste e disse-lhe em voz muito baixa:

– *Belo Senhor!* gosto de ti e vou dar-te boa prova disso.

– Que é?...

– Lembra-te sempre do conselho de Fuas, na Rua do Ouvidor!...

– Mas... enfim!.. falas tão sério!...

– Desdenha e perde a tua admirável e extraordinária perfeição imitativa da escrita e da assinatura alheias.

– Ah!... o que fiz hoje...

– O que fizeste hoje foi simples, mas lamentável brinquedo com amigos, e mais tarde o que poderás fazer será crime. Lembra-te!

E Agostinho Fuas voltou a tomar o braço da bonita atriz da casa da ópera.

O *Belo Senhor* ficou parado e quase triste.

E *mais tarde* lembrou-se muito, e lembrou-se em dias sinistros – *do conselho de Fuas na Rua do Ouvidor*.

Provavelmente hei de ter ocasião de lembrar também a sabedoria do conselho de Agostinho Fuas, dando, embora de passagem, notícia de lamentável crime, e de adversa fortuna à que a maravilhosa habilidade caligráfica levou o *Belo Senhor*, já infelizmente corrompido.

CAPÍTULO 7

Como o vice-reinado do Conde de Rezende obumbrou a cidade do Rio de Janeiro e nesta a *Rua do Ouvidor* com sinistras perseguições, e com o terror que espalhou, fala-se da conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais, e refere-se a uma tradição que não saiu toda dos *velhos manuscritos* suspeitos de tradições imaginárias. Como e por que *Perpétua Mineira* veio em 1784 morar à *Rua do Ouvidor* e aí, não ganhando bastante a costurar, abriu em sua casa *saleta de pasto à mineira*, acontecendo que depois de certo tempo ela começou a rir fora de propósito, cultivou *perpétuas roxas*, teve muitos amores, até que se apaixonou pelo *Tiradentes*, e, enfim, desapareceu na noite de 21 de abril de 1792, depois de ter andado à roda da forca, onde fora morto o seu amante, a procurar uma *perpétua*, achando somente ensanguentado um pedaço de lenço que reconheceu e guardou.

O último decênio do século passado e os primeiros dez meses do ano de 1801 marcaram obumbrado e sinistro período na história da cidade do Rio de Janeiro, e deixaram triste episódio às *Memórias da Rua do Ouvidor*.

Em 1789 tinha sido denunciada a conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais, estes presos e a *devassa* posta em andamento.

Em 1790 (a 4 de junho) começou o vice-reinado do Conde de Rezende para tormento do Rio de Janeiro. Suspeitoso, aterrador, desapiedado, o Conde de Rezende, ainda depois de enforcado o *Tiradentes*, e de saídos em desterro os principais chefes da conspiração, isto é, ainda depois de abril de 1792 até o fim do seu vice-reinado, foi cruel opressor do povo, e implacável perseguidor de poetas e de literatos, a alguns dos quais encerrou por longo tempo em negras prisões pelo crime de se reunirem em palestras literárias e científicas, às quais ele atribuía injustamente dissímulos de clubes revolucionários e reincidências em tramas republicanas.

A *Rua do Ouvidor* sofreu, como toda a cidade, a influência sinistra do governo do Conde de Rezende, obumbrando-se pela desconfiança e pelo terror, e para dar idéia dessa triste situação, preciso lembrar a famosa conspiração chamada do *Tiradentes*, as perseguições e abusos do vice-rei, e vou fazê-lo, vestindo com as roupas, isto é, com as cores e com os costumes do tempo, uma *tradição* que colhi nos *meus velhos manuscritos*.

É a *tradição-romance de Perpétua Mineira*, que aliás não saiu toda desses *manuscritos* já suspeitos de fonte imaginária.

Dois amigos meus que tinham sido jovens no primeiro quartel do século atual, e que se presumiam de sabedores de coisas dos fins do último século, informaram-me em anos que me viram atarefado recolhedor de notícias do nosso passado na cidade do Rio de Janeiro, informaram-me, repito, da seguinte historieta:

– Uma mulher moça e bonita, a quem chamavam *Perpétua Mineira*, vivera durante anos dos vice-reinados de Luís de Vasconcelos e do Conde de Rezende mo-

rando na *Rua do Ouvidor* entre as ruas *Direita e Detrás do Carmo (hoje do Carmo)*, e que em sua casa abria *saleta de pasto*, ou de jantar e ceias de *cozinha à mineira*.

Perpétua, a princípio de costumes irrepreensíveis, tornara-se depois fácil em amar e inconstante em amores, contando entre os seus felizes apaixonados o *Tiradentes*, e enfim subitamente desaparecera, sem que houvesse dela mais notícia alguma, no mesmo dia em que subiu à forca, seu capitólio da história, aquele impávido conjurado, de quem ela fora amante.

Atiçado e impelido pelo interesse romanesco de tais informações, procurei então com ardor no processo dos *inconfidentes* de Minas, em publicações, em documentos arquivados, em conversações com amigos fluminenses e mineiros distintos, e curiosos investigadores destas coisas da pátria, alguns vestígios da existência ao menos daquela *Perpétua Mineira*, que floresceu ou murchara na *Rua do Ouvidor*.

Perdi o meu tempo.

Os meus dois informantes continuavam a asseverar o que me diziam sobre a interessante *Perpétua Mineira*; mas em falta de testemunho mais seguro, limitei-me a tomar notas das informações sem poder aceitá-las como incontestáveis.

Agora, escrevendo as *Memórias da Rua do Ouvidor* e chegando nelas à época da conjuração dos *inconfidentes* de Minas Gerais, das perseguições e do terror do vice-reinado do Conde de Rezende, lembrei-me daquelas informações, e tomando-as por base, recorri sem cerimônia aos meus *velhos manuscritos* e achei logo neles a *tradição* completa, a *tradição-romance* de *Perpétua Mineira*, que passo a contar.

Não asseguro, mas inclino-me a crer, a admitir ao menos o fato da existência de *Perpétua Mineira* com a saleta de pasto, ou de jantar e ceias, na sua casa da *Rua do Ouvidor*; admito a probabilidade dos amores de *Perpétua* e do *Tiradentes*. O mais vai sair dos meus *velhos manuscritos* por conta e risco exclusivamente deles e sem responsabilidade do memorista consciencioso.

É *tradição-romance* de *Perpétua Mineira* para diante.

Em pequena casa térrea de porta e janela que em princípio do século atual ainda se via, na *Rua do Ouvidor* ao lado direito e pouco antes da quina da *Rua Detrás do Carmo*, como triste amostra das acanhadas e rudes construções dos primeiros tempos da cidade, morava uma mulher a quem chamavam *Perpétua Mineira*.

Perpétua era com efeito o seu nome de batismo; o de família ninguém o conhecia, porque ela não o tinha e a alcunha de *mineira* lha puseram no Rio de Janeiro pela sua naturalidade da capitania de Minas Gerais.

Era ainda mais infeliz do que se fora *órfã*, era ou fora *enjeitada*, e nunca a procuraram os pais. No seio da família caridosa que a recolhera, aprendera ao menos a trabalhar; aos dezoito anos de idade, porém, fora segunda vez *enjeitada*, expulsa da casa beneficente pelo *crime* de ter sido seduzida pelo filho mais velho dos seus protetores.

O sedutor apaixonado amante da *enjeitada* quis, a despeito da oposição de seus pais ricos e presunçosos de nobre sangue, desposá-la, e dar-lhe, como devia, o seu nome; *Perpétua*, porém, a chorar e a maldizer de sua fraqueza, lembrou quanto por ela tinham feito os caridosos adotadores da inocente e mísera recém-nascida exposta, abandonada à porta de estranhos, e agradecida até ao sacrifício de sua honra,

impôs ao filho revoltado obediência aos pais, deu-lhe em despedida um, o último beijo, e, fugindo à capitania do seu berço, veio para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1784, e quase logo foi ocupar a casa da *Rua do Ouvidor*, que ficou mencionada, e que houve a preço de *seis cruzados* de aluguel por mês.

Perpétua pôs-se a *costurar*, foi ela a primeira, não modista, mas *costureira* da *Rua do Ouvidor*; tão pouco, porém, rendiam-lhe as costuras, que para viver começou a explorar outro recurso, abrindo ao concurso do público na pequena saleta de sua casa mesa muito asseada, na qual vendia lombo de porco em vários guisados primorosamente preparados, lingüiças e bolos, e diversos acepipes culinários de farinha de milho.

Em linguagem moderna combinada com a antiga, inglesa abrasileirada, a pobre e infeliz Perpétua abriu casa de *lunch – à mineira*.

Foi daí que começou a sua alcunha *Perpétua Mineira*.

E sem o pensar ela foi ali na *Rua do Ouvidor* a precursora de Mme Joséphine, costurando, e do Sr. Guimarães, fazendo *lunch à mineira*.

De estatura alta, e bem talhada de corpo, Perpétua tinha negros e belos os cabelos e os olhos, o rosto branco e de encantador oval, trazendo nas faces as pulcras rosas de além das serranias do Ocidente.

Apenas lhe amesquinhavam as graças físicas, as mãos trigueiras e ásperas pela rudeza do trabalho e os modos e falas agrestes que denunciavam a sertaneja, pouco afeita aos costumes e aos labores da sociedade urbana.

Bonita como era, Perpétua adquiriu logo boa freguesia freqüentadora da sua *saleta de pasto*, onde muitos dos mineiros que vinham à cidade do Rio de Janeiro também e de preferência iam para jantar ou cear à moda da capitania.

Tão jovem que ainda se poderia dizer menina, Perpétua, vivendo só, manteve durante um ano procedimento irrepreensível, foi casta depois de seduzida, bem que não lhe faltassem namoradores e apaixonados entre os fregueses da *saleta de pasto*.

Mas um dia alguns mineiros chegados da capitania deram à pobre enjeitada a notícia do casamento do seu querido sedutor. Por explicável contradição de sentimentos em alma exaltada, ela, que generosa impusera ao amante obediência à vontade dos pais, ao saber que a *obediência* se cumprira, sentiu o peso da morte no coração, adoeceu gravemente, foi levada para a Santa Casa da Misericórdia, donde no fim de dois meses saiu restabelecida da moléstia cerebral que lhe ameaçara a vida, mas trazendo alteração lamentável em seu caráter.

Restaurando a sua *saleta de pasto*, *Perpétua Mineira* não zelou mais e como dantes o seu proceder honesto, e ainda o repetirei – *casto* – depois do erro: fingida ou realmente alegre, faceira e garrida escapou apenas às abjeções do vício venal, mas desceu às baixezas da impudícia por amores, cuja duração era marcada pela sua inconstância e pelo seu capricho.

A jovem mineira parecia feliz; era tão fácil e freqüente o riso em seus lábios, que às vezes até ria fora de propósito; além disso, notava-se que ela, tendo mandado preparar no quintalzinho de sua casa canteiros de jardim, só cultivava nesses canteiros *perpétuas*, a flor do seu nome; exclusivamente, porém, *perpétuas roxas*, a flor das sepulturas ou da morte.

Entretanto, *Perpétua Mineira* adquiriu celebridade imodesta na cidade do Rio de Janeiro, e entre os seus sucessivos amantes contou o *Belo Senhor*, e dizem que (muito às escondidas e com imposição de segredo) o Vice-Rei Luís de Vasconcelos, que foi sempre muito mais cauto do que o Marquês de Lavradio.

Por fim, em 1787, apareceu-lhe em casa José Joaquim da Silva Xavier, o *Tiradentes*, que já não era moço, nem distinto por beleza varonil, mas que impressionava a quase todos por arrebatamentos apaixonados, pelas expansões francas e ardentes do sentimento, pela coragem, pelo entusiasmo fácil, e até pelas leviandades e estouvamentos de seu ânimo imprudente, e a que faltava sobretudo o bom-senso.

O *Tiradentes* inflamou-se de amor pela bela *Perpétua*, e esta perdidamente se apaixonou por ele.

Capricho ou predileção de *mineira*?...

É quase ou de todo insensato pretender arrasar segredos de sentimento.

Perpétua amou o *Tiradentes*, amou-o terna e fiel, e desde então ria-se ainda; mas só a propósito: nenhum outro homem pôde mais passar além da *saleta de pasto* para o interior da casa, nem mesmo (dizem) aquele que a horas mortas de noite às vezes entrava misterioso.

Pode-se amar deveras mais de uma vez na vida?... pode haver outro depois do primeiro amor que enche e perfuma completa e perfeitamente o coração?...

Perpétua não ousaria responder, porque depois do seu primeiro amor amava ternamente o *Tiradentes*; mas, cumpre dizê-lo, amante estremeçada e fiel do *Tiradentes*, ela continuou sempre a cultivar no seu quintalzinho *perpétuas* e exclusivamente *perpétuas roxas*.

As ligações de *Perpétua* e do *Tiradentes* duravam com interrupções longas pelas ausências deste, mas com exemplar fidelidade respeitadas por ela já há dois anos, quando em 1789 aquele conspirador indiscreto chegou à cidade do Rio de Janeiro e no fim de alguns dias, na véspera de sua volta para *Vila Rica*, revelando à amante o segredo da conspiração mineira, em terna despedida, pediu-lhe que colhesse e lhe desse uma *perpétua*, a flor do seu nome, como lembrança de amor.

A bela jovem cortou um basto anel de seus cabelos, e, dando-o ao *Tiradentes*, disse-lhe:

– Dou-te melhor lembrança: a *perpétua* não, não! olha: só tenho *perpétuas roxas*, as flores da morte.

O *Tiradentes* beijou e guardou o anel de cabelos, mas exigiu com tanta insistência a flor, que a amante colheu e entregou-lhe uma *perpétua*, dizendo:

– Leva-a, é porém de mau agouro. Sê feliz! Adeus! Qualquer que seja o teu destino, eu te amarei *perpétua*. Lembra-o bem: *perpétua*!...

No mesmo ano o *Tiradentes* tornando ao Rio de Janeiro, mas já perseguido para ser preso, como em Minas o tinham sido os outros conspiradores, não ousou ir à casa de *Perpétua Mineira*, mas ainda assim caiu em poder dos agentes do governo.

A generosa e exaltada amante, a pobre *Perpétua Mineira*, sonhou, imaginou planos doidos para salvar o *Tiradentes*, facilitando-lhe a fuga dos cárceres subterrâneos da *ilha das Cobras*, para onde o tinham levado, e, desatinada e vaidosa, começava a calcular com repugnantes traições ao seu amor, com sublimes sacrifícios já

para ela horríveis, contando com o poder dos seus encantos a fazer milagres no coração de Luís de Vasconcelos, aliás severo e inflexível no cumprimento do seu dever, quando a 4 de junho de 1790 o vice-reinado passou ao Conde de Rezende.

Adeus, embora ilusórias, vaidosas esperanças de *Perpétua Mineira!*...

O Conde de Rezende chegava carrancudo, ameaçador, e temendo conspirações a tramar-se em toda a cidade, e para mais se agravarem suas turvas suspeitas, e as sinistras prevenções do seu ânimo, logo na noite de 20 de junho, incêndio violento devorou a casa onde a Câmara Municipal celebrava suas sessões e tinha o seu arquivo (casa do Teles na *Praça de Pedro II*, até à quina da *Rua do Mercado*).

O Vice-Rei passou a noite em ânsias, vendo no incêndio ensejo preparado para pronunciamento revolucionário, ao mesmo tempo que o povo só via na horrível fogueira *mau agouro do novo governo*.

Não foi possível ao Conde de Rezende descobrir a origem do incêndio; mas por isso mesmo o atribuiu aos revolucionários, e multiplicou precauções aterradoras.

Perpétua por ter sido amante do *Tiradentes*, e porque recebia *mineiros* a jantar e a cear em sua *saleta de pasto*, foi objeto de incessante espionagem, e teve a casa por vezes varejada, de modo que em breve temerosos e espantados quase todos os freqüentadores da *saleta de pasto* dela desertaram, e a *Rua do Ouvidor* cobriu-se com o véu da tristeza e anuviou-se pelo medo.

Mas a corajosa Perpétua deixou-se ficar em sua casa à espera...

À espera de que?... ela nem podia ter notícias do *Tiradentes*, considerava como os seus companheiros do infortúnio *em segredo* nas masmorras da *ilha das Cobras*.

E todavia ela esperou quase dois anos... esperou até abril de 1792.

A 19 deste mês, o *Belo Senhor*, que nunca a abandonara, embora Perpétua desde que amara o *Tiradentes* só lhe permitisse inocentes relações, foi triste anunciar-lhe a horrível sentença proferida pela alçada no dia antecedente.

A pobre moça nem pôde chorar nos primeiros momentos, e convulsa e como atônita, murmurou estupidamente:

Eu lho disse: *foi a perpétua roxa!*...

– Que perpétua roxa?... perguntou o *Belo Senhor* a temer que a infeliz moça começasse a delirar.

– Eu o sei... e ele o sabe: respondeu a amante do *Tiradentes*.

Horas depois *Perpétua Mineira*, que não pudera chorar, pálida e abalada por estremecimentos nervosos, tornou-se muda e ficou de novo à *espera*... ficou alerta.

Não se alimentou, nem dormiu, ficou à *espera*...

Às onze horas da noite de 20 de abril *Perpétua Mineira* ouviu sinistro ruído de gente aliás silenciosa que descia pela *Rua Direita*, e saiu para ver o que era.

Todas as casas estavam fechadas.

Perpétua Mineira chegando à *Rua Direita* apoiou-se à parede da quina da *Rua do Ouvidor*.

E viu... e ouviu...

Viu quase na sombra... viu mal distinto lúgrube préstito de soldados e de presos, e ouviu o tinir das correntes...

Viu pelos ouvidos os soldados em sua marcha compassada e regular, e os presos no gemer das cadeias...

Quando presos e soldados foram em fúnebre silêncio passando diante dela, a mísera e exaltada mulher, adivinhando entre aqueles o amante, que não podia distinguir na escuridão, disse alto, bastante alto para ser ouvida, mas com voz pungente:

– *Perpétua!*...

As cadeias de um dos condenados retiniram, agitadas por forte tremor, aliás apenas momentâneo.

O *Tiradentes* tinha reconhecido a voz de *Perpétua*.

No outro dia, 21 de abril, José Joaquim da Silva Xavier, o *Tiradentes*, subiu à história subindo à forca no campo do Rosário.

Quando o seu corpo caiu no patíbulo sob os pés do carrasco, os repiques *festivos* dos sinos das igrejas e as aclamações oficiais obrigadas abafaram profundíssimo gemido de dor, e a comoção geral não deixou ver, ou o instinto generoso do povo escondeu o *crime* de um corpo de mulher que tombara como sem vida.

Essa mulher, porém, não estava morta; levaram-na, ou ela tornou a si, e pôde retirar-se... fugir...

A cidade obedeceu à imposição de manifestações de festa e de exultação até as *luminárias* que se apagaram às dez horas da noite.

Depois reinou na cidade silêncio sepulcral.

Pouco depois da meia-noite uma mulher alta e envolta em negra mantilha avançou misteriosa pelo campo do Rosário até chegar à forca ainda em pé.

O campo estava solitário, era profunda a escuridão... e na escuridão a forca se escondia, como o remorso que se abisma no fundo enegrecido do seio em torturas...

Chegada junto da forca, a mulher tirou das amplas e protetoras dobras de sua mantilha uma lanterna furta-fogo e curvando-se, com os olhos abaixados para o chão, pôs-se a andar em torno do patíbulo e como a procurar algum objeto... sonhado...

A mísera sonhara achar... mas não achou uma – *perpétua roxa*...

Achou... vestígios de sangue que a terra absorvera...; finalmente, porém, achou... quase um trapo... um pedaço de lenço branco e ensangüentado.

Perpétua, porque era ela, recolheu o pedaço de lenço e, examinando-o à luz da lanterna, descobriu em um dos ângulos as letras J.J.S.X. bordadas à seda...

Ela tinha bordado essas mesmas letras em um lenço do *Tiradentes*.

Perpétua Mineira beijou dez vezes o pedaço de lenço ainda úmido de sangue, depois guardou-o no seio e sobre o coração.

Quase logo apagou a lanterna, largou-a no chão e pôs-se a caminhar em retirada do campo do Rosário.

Mas então *Perpétua Mineira* vacilava em sua marcha, e sentia-se extenuada de forças. É que ela não se alimentava nem dormia desde 19 de abril, e já há uma hora tinha começado o dia 22.

A *saleta de pasto da Rua do Ouvidor* não se tornou a abrir.

Desde a noite de 21 de abril *Perpétua Mineira* desaparecera e não se soube o destino que levava.

Houve quem dissesse que se encontrara na estrada de Minas Gerais e junto de poste, onde se deixara exposto um dos quartos do corpo de *Tiradentes*, o cadáver de uma mulher.

CAPITULO 8

Como a *Rua do Ouvidor* ainda entra na história da conspiração dos inconfidentes de Minas Gerais por curioso episódio que se refere sob a denominação de episódio ou de *tradição da maçã*, que, plenamente provada, seria preciosa luz histórica. Conta-se a viagem da maçã que o Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade por triste e aborrido não quis comer, e mandou-a ao Vigário Padre Toledo, que, ao saboreá-la, achou-lhe miolo muito melhor do que poderia ter imaginado. Terminada a tradição da maçã, diz-se enfim como o *Belo Senhor* teve de lembrar-se do conselho que Agostinho Fuas lhe dera na *Rua do Ouvidor*, depois da segunda ceia na saleta do fundo da taberna de Manoel Gago, e como escapando do degredo o *Belo Senhor* morreu pobre e ignorado na cidade do Rio de Janeiro.

Referindo no capítulo antecedente a tradição de *Perpétua Mineira*, declarei positivamente que eu a encontrara completada nos meus *velhos manuscritos*; como estes, porém, não trazem nome de autor, nem baseiam em documentos suas informações, é claro que só me aproveitam para enfeitar estas *Memórias*; porque fora abuso condenável expor-me a falsificar a história, dando por fatos averiguados alguns devaneios de imaginação.

Podem severos críticos achar de mau gosto o meu repetido recurso aos velhos manuscritos, mas hei de teimar nele: escrevo as *Memórias da Rua do Ouvidor*, que em seu caráter de rua das modas, da elegância e do luxo merece e deve ser adornada e adereçada condignamente.

Não vendo gato por lebre, desde que previamente declaro a origem e a natureza das tradições, que vou contando a salvar sempre a verdade histórica.

Este cavaco serve de preâmbulo a uma outra e bem curiosa tradição, que pertence um pouco à *Rua do Ouvidor*, e que seria, na hipótese de chegar por algum modo a averiguar-se, interessante episódio da história da conspiração mineira, que ficou sendo chamada do *Tiradentes*. É um episódio que eu chamarei da – maçã.

A tradição que passo ao conhecimento dos meus leitores não é das tais dos velhos manuscritos: há sete ou oito anos passados eu a ouvi (como diversas informações sobre alguns inconfidentes) a um bondoso e inteligente fazendeiro de Minas Gerais, com o qual entretive passageiras, mas saudosas, relações aqui no Rio de Janeiro.

O episódio me sorri, me agrada muito, porque vem apoiar o meu juízo sobre os motivos determinantes da *Carta Régia* de comutação da pena de morte em degredo para os verdadeiros e principais chefes da conspiração mineira em 1789.

Não o mais ilustrado, o principal chefe, porém da famosa conspiração foi por mais rico e mais prestigioso e influente na capitania o Coronel *Francisco de Paula Freire de Andrade*, o qual era filho natural de *Gomes Freire de Andrade*, Conde de Bobadela e de *D. Maria Correia de Sá e Benevides*.

Em outro também, como este, mesquinho trabalho literário, dissimulei o nome da família dessa senhora, chamando-a simplesmente *Maria de...*: eu podia proceder assim, porque o meu trabalho era e é *romance*, embora *histórico*; mas o meu ilustrado e excelente amigo o Sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva, escrevendo a sua obra *O Tiradentes*, declinou os nomes de batismo e de família da mãe do Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade com o seu indisputável direito o severo dever de historiador; posso, portanto, fazer o mesmo nestas *Memórias*, sem inconveniência alguma.

O Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, cabeça da conspiração, perrencia, pois, embora filho natural, pelo lado materno, à família *Correia de Sá e Benevides*, e pelo paterno à dos *Freire de Andrade*, ambas nobres e de influência na corte de Lisboa, e que não se submetiam à horrível idéia de que *um dos seus* morresse na forca.

Principalmente os *Freire de Andrade*, cujo nome de família o principal chefe da conspiração trazia de seu pai, ardiam por salvá-lo da morte infamante.

Ora, diz a tradição, que ouvi, e é muito verossímil, que as duas famílias, e mais forte e ativamente os *Freire de Andrade*, se empenhavam com insistente esforço por conseguir, *ao menos*, comutação da pena de morte para o *seu Freire de Andrade*.

D. Maria Correia de Sá, diz ainda a tradição, e é muito possível, teve do Conde de Bobadela *uma filha*, cujo nome não pude guardar, se o meu digno informante me revelou, do que não tenho certeza.

Essa senhora, a quem chamarei simplesmente *irmã do Coronel Francisco de Paula*, era casada com um rico negociante português estabelecido à *Rua do Ouvidor*, perto da Igreja da *Santa Cruz dos Militares*, e, apesar ou com ignorância do marido, que *absolutista intransigente*, ou talvez temeroso do parentesco fraternal da esposa, maldizia por toda a parte dos perversos *inconfidentes*, e do *cunhado* ainda mais que dos outros, ela entretinha correspondência cautelosa, mas solícita, com os *Freire de Andrade* de Lisboa, interessados em favor de seu irmão.

Em 1791 a amorosa irmã do Coronel Francisco de Paula recebeu, em carta vinda de Lisboa, a comunicação *confidencialíssima* da Carta Régia de 15 de outubro de 1790, comutadora da pena de morte; mas *carta régia* que ficaria guardada em absoluto segredo, até que a *alçada* lavrasse no Rio de Janeiro a sentença de morte dos réus.

A excelente irmã radiou jubilosa; mas o júbilo nunca é perfeito no coração humano.

Francisco de Paula, em seu cárcere subterrâneo da *ilha das Cobras*, vivia atormentado pelas sinistras apreensões da forca.

A forca era o pesadelo horrível que o ansiava no sono de suas noites lúgubres.

Mas o segredo da Carta Régia era condição que, desrespeitada, podia anular a *graça* a tanto custo obtida.

A piedosa irmã não teve força bastante de ânimo para guardar a notícia *confidencialíssima* com tão apurado zelo que resistisse ao empenho ardente de consolar o Coronel Francisco de Paula, varrendo-lhe do espírito as horríveis idéias apreensivas, não da morte, mas da ignomínia da forca.

Como, porém, transmitir ao irmão aquele segredo melindroso, e cuja quebra e arriscada propalação seriam crime, e crime fatal?...

A mulher, que tem às vezes artes do diabo, também às vezes admira por travessuras e inspirações de anjo.

O Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade estava preso e incomunicável em um dos cárceres subterrâneos da *ilha das Cobras*, assim como os outros réus da conspiração mineira; mas cada qual deles em prisão separada e sem comunicação com os outros. Sabiam todos eles que mais ou menos vizinhos se achavam; mas só algum mais alto gemido por ventura alguma vez chegava ao ouvido da irmã-vítima em masmorra mais próxima. Estavam juntos, e mais do que nunca separados.

À exceção dos agentes da justiça e dos carcereiros muito observados, só penetrava até cada um dos inconfidentes um padre incumbido de exortá-los religiosamente e de ouvi-los em confissão.

Mas o governo do vice-rei tinha errado na escolha do padre, porque o padre escolhido era bom e piedoso.

Ou por feliz acaso ou por amoroso artifício, a irmã do Coronel Francisco de Paula tomara esse mesmo padre por seu confessor e diretor de consciência, e aos poucos o foi comovendo tanto com as suas lágrimas pela desgraça do irmão, que acabou tendo nele inocente e apiedado intermediário, que lhe trazia notícias do estado de saúde e das esperanças e temores do ânimo do triste encarcerado.

A proteção do padre limitava-se exclusivamente a essas pobres consolações: além delas nunca uma carta, nem informações sobre a devassa, nem sobre o cárcere, onde Freire de Andrade estava preso.

O padre zelava à risca o segredo imposto relativamente aos infelizes inconfidentes guardados nas prisões subterrâneas da *ilha das Cobras*.

A irmã do Coronel Francisco de Paula, que recebera de Lisboa um pequeno caixote de lindas maçãs, escolheu dentre elas uma, e com finíssimo canivete, e com a mais apurada delicadeza abriu no fundo da parte mais côncava da fruta sutil entalha, sacando pequenino batoque piramidal; pela abertura feita assim escavou um pouco a fruta, e nesse vão escondeu uma tirazinha de papel, na qual escrevera: "Com certeza comutação da pena de morte na última hora", e com a mesma delicadeza e finura adaptou o batoquezinho perfeitamente seguro e de modo a iludir o homem mais ladino.

Sem dúvida aquela doce e extremosa irmã talhou dez ou vinte maçãs antes de chegar à última, em que se aplaudiu da perfeição da sua obra.

No outro dia a comovida e comovente senhora pediu chorando ao padre seu confessor o caridoso e inocentíssimo favor de levar uma maçã, que lhe apresentou, a seu infeliz irmão.

O padre, coitado, chorou também, recebendo a maçã, e no mesmo dia entregou-a ao Coronel Francisco de Paula a quem fora consolar e exortar no sombrio cárcere.

– Obrigado mil vezes, meu padre!... disse-lhe o preso beijando-lhe as mãos; obrigado!... rogo-lhe que agradeça por mim à minha triste e amada irmã... e que lhe deite a sua bênção... ah! meu padre!... abençoe minha irmã... abençoe-a!...

Mas quase logo acrescentou:

– Ah!... outros a quem arrastei para a desgraça merecem mais do que eu consolações e doces lembranças de amizade. Meu padre! complete a sua obra de comi-

seração e de piedade católica; leve e dê esta maçã ao meu infortunado amigo e companheiro de adversidade, o Sr. Vigário Toledo.

O pedido do Coronel Francisco de Paula foi satisfeito, e horas depois o Vigário Padre Toledo, que recebera e guardara a maçã, ao parti-la, achou dentro da fruta a preciosa tirazinha de papel anunciadora de muito consolador *mal menor*.

A maçã não produziu os efeitos com que calculara a senhora sagaz.

O Padre Toledo incomunicável, como os outros inconfidentes presos, não pôde transmitir nem a Freire de Andrade, nem a algum dos outros réus e amigos a notícia que por acaso lhe chegara.

Ele e outros padres inconfidentes, graças a seu caráter sacerdotal, foram poupados à pena de morte na sentença da alçada, e, portanto, não entrando para o *oratório* na noite de 20 de abril, o Padre Toledo também não pôde aí passar aos companheiros de infortúnio a alentadora *certeza*, que lhe levara a maçã.

O Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade passou no *oratório* a noite de 20 para 21 de abril com um frade franciscano ao lado a prepará-lo para morrer contrito e resignado na forca algumas horas depois, e somente na manhã de 21 de abril (o que é histórico e incontestável) foi-lhe intimada ou declarada a comutação da pena de morte em degredo para os *Pedras de Ancoche*.

A tradição, que acabo de reproduzir tão fielmente como a ouvi ao fazendeiro de Minas Gerais, não é inverossímil, e nem foi comunicada com pretensões de que real e positivamente se dera o *episódio da maçã*.

Mas, verdadeira ou imaginária, a tradição pertence um pouco à *Rua do Ouvidor*, pois que de uma de suas casas se diz ter saído a *maçã*.

E para mim, se fosse verdadeiro o episódio, seria base sólida, e ainda não o sendo a crença popular que lhe deu origem, o faz argumento conjetural para meu julzo sobre os motivos que determinaram a Carta Régia de 15 de outubro de 1790.

Grças à sua influência e aos seus empenhos, as famílias Freire de Andrade e Correia de Sá e Benevides conseguiram em Lisboa que não tivesse de morrer na forca o inconfidente que era um dos seus; esse, porém, o Coronel Francisco de Paula, era o chefe principal da conspiração, e para que lhe fosse comutada em degredo a sua pena de morte, tornou-se moralmente indispensável estender a graça a todos os outros chefes e cúmplices, *exceto o caso* (diz a Carta Régia) de ser isso inadmissível (a pena de morte) *pela atrocidade do crime*.

Por esse triste *exceto o caso*, foi enforcado e esquartejado o *Tiradentes*, que era apenas *inconfidente* cúmplice de segunda ordem, e até pouco recebido nas reuniões e conselhos secretos dos chefes principais; a alçada, porém, quis dar *lição e exemplo ao povo* e portanto mandou enforcar o *Tiradentes*, o qual por isso mesmo, de pequeno que era, ficou sendo gigante.

Eu peço perdão deste deslocado intrometimento de apreciação de um ponto de história pátria, que é desculpável por costume de ofício.

Agora dou nó de emenda na linha destas *Memórias*.

Em 1801 o Conde de Rezende chegou ao termo do seu atrabiliário e aborrecido vice-reinado, entregando o governo a D. Fernando José de Portugal, mais tarde Conde de Aguiar.

O povo saudou o novo vice-rei com a esperança e alegria de quem respirava livre de violenta opressão, e de povo que não era velho de Siracusa.

D. Fernando José de Portugal, que esteve longe de merecer comparar-se com o Marquês de Lavradio e com Luís de Vasconcelos e Souza, foi, todavia, muito considerado e aplaudido em seu governo suave pelo contraste com o abominável do seu sucessor.

Mas no vice-reinado de D. Fernando José de Portugal a *Rua do Ouvidor* teve de lamentar a dura e amargurada, porém merecida, sorte do seu herói da tradição do fundo da taberna à quina da Rua dos Latoeiros.

O *Belo Senhor*, abusando de sua extraordinária mestria caligráfica, depois de cem falsificações travessas e que passaram impunes, dobrando de ousadia, escreveu e formulara falso testamento de homem rico e finado na capitania de Minas Gerais, onde aliás ele (o falsificador) nunca tinha ido, e nunca em vida conhecera o suposto e mentido testador.

Com as letras a imitar à vista, o *Belo Senhor* vendido a aspirantes herdeiros de grande parte da fortuna do rico mineiro, que não deixara testamento, arranjou um falso, imitando perfeita e admiravelmente a letra do tabelião de Minas, a do testador, e as das diversas testemunhas!...

O crime foi denunciado e provaído, e o *Belo Senhor* preso, processado e condenado a degredo para Angola, ou algum outro ponto da África, e, episódio célebre, quase que escapou da cadeia um dia com agravação do seu crime, apresentando ordem de soltura escrita e assinada pelo vice-rei, cuja letra falsificara!...

O *Belo Senhor* sofreu então muito, e por certo que teria maiores e infelizmente justificados rigores no degredo que merecera pelo seu crime; e também por certo que muitas vezes teve de lembrar-se do conselho que lhe dera Fuas na *Rua do Ouvidor*, depois da ceia e das apostas que ganhara.

De que modo, com que arte, mercê de que alta proteção escapou o *Belo Senhor* ao degredo, e ficou vivendo solto e livre na cidade do Rio de Janeiro, não o posso dizer; com certeza, porém, esse homem de notável inteligência desaproveitada e corrompida, e de surpreendente habilidade caligráfica, esse homem tradicional acabou morrendo na cidade onde tanto bem e mal se celebrizara na mais completa pobreza, e, por castigo da má celebridade, esquecido de todos.

Tão esquecido realmente que tendo sido um dos heróis da *Rua do Ouvidor*, e celebridade caligráfica (infelizmente manchada pelo crime), ainda não achei quem me informasse sobre o dia ou ano de seu nascimento, nem quem se lembre do ano em que ele morreu.

E todavia o *Belo Senhor* foi curiosa personagem de *ontem!*...

O capítulo oitavo destas *Memórias* deve precisa e forçosamente findar aqui; porque eu imagino que a *Rua do Ouvidor* está se vestindo e se enfeitando para assistir à chegada da família real portuguesa, que de Lisboa embarcara para o Rio de Janeiro, fugindo às águias de Napoleão Bonaparte.

CAPÍTULO 9

Como a 8 de março de 1808 a *Rua do Ouvidor* assistiu metida nos cantos à passagem da família real portuguesa que nesse dia desembarcou na cidade do Rio de Janeiro: lembra-se o edital do Intendente Geral da Polícia o Conselheiro Paulo Fernandes, mandando acabar com *rótulas e gelosias* dos sobrados. Trata-se da Carta Régia que abriu os portos do Brasil ao comércio das nações amigas, e diz-se como os ingleses foram os primeiros a aproveitar-se dela, e alguns se restabeleceram na *Rua do Ouvidor*, e refere-se a um episódio da vida do *irmão Joaquim*, que indica bem o medo que se tinha de Napoleão. Como a *Rua do Ouvidor* ainda vivia tão modesta, que de 1808 a 1818, período riquíssimo de festas e iluminações, só uma vez foi lembrada; mas sendo ainda festeira de pouca despesa, e nos pomposos espetáculos de 1818, em que se ostentaram soberbíssimos carros de triunfo, ela não se representou nem mesmo em sege de aluguel. Como firmada a paz geral em 1815, e elevado o Brasil a Reino em 1816, entraram neste os franceses com o pé direito, vindo engajada para o Rio de Janeiro uma colônia de artistas, aos quais deveu seu berço a nossa *Academia das Belas-Artes*. Mostra-se que a *Rua do Ouvidor* não ganhou com a colônia artística, porque não era de *franceses*, era de *francesas* que o seu esplendor tinha de prover, e enfim remata-se este capítulo maçante com a tradição veracíssima da primeira francesa que teve *nomeada* e residência, aliás *efêmeras*, no Rio de Janeiro.

Vestida de festa e toda adereçada na tarde de 8 de março de 1808 para assistir à entrada da família real portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, a *Rua do Ouvidor* ficou todavia no *canto* ou nos *cantos*.

O Príncipe Regente D. João e a família real desembarcaram no cais do *Largo do Paço*, atravessaram esta praça, seguiram pela Rua Direita, e tomaram pela do Rosário para ir na igreja desta santa invocação, que era ainda então a da Sé apesar de ser a dos *pretinhos*, render graças a Deus.

Numerosíssimo concurso oficial e popular precedia e acompanhava ao príncipe regente e à família real transmigrantes de Lisboa; multidão imensa estacionava, movia-se, ou precipitava-se curiosa e entusiasmada, e a *Rua do Ouvidor* antemurada por enchentes de povo nas duas entradas que abre para a Rua Direita teve de ficar nesses *dois cantos* durante a festiva passagem, e tão no *canto* se achou, que nenhum dos príncipes indiciou ter idéia da sua existência, voltando para ela os olhos. Todos eles imitando D. João somente demoraram os passos, contemplando a bela igreja da Santa Cruz dos Militares.

É que a *Rua do Ouvidor* ainda não recebia cartas pelo correio, e só uns três lustros mais tarde começou a fazer bulha na cidade, cabendo-lhe apenas sua partilha no progresso e melhoramentos gerais que a nova capital da monarquia portuguesa recebeu em casta escala nessa época transcendente que, sem o calcular, Napoleão Bonaparte abriu para o Brasil, mandando invadir Portugal.

Assim, logo em 1809 a *Rua do Ouvidor*, como todas as outras da cidade, melhorou muito o aspecto de suas casas, obedecendo ao *edital* de 11 de junho, mandado

afixar pelo Intendente Geral da Polfícia o Conselheiro Paulo Fernandes Viana, ordenando a abolição das *rótulas e gelosias dos sobrados*.

O Marquês de Lavradio tinha, como já ficou dito, acabado com os *peneiros* das portas das casas, costume grosseiro, quase selvagem; o Conselheiro Paulo Fernandes, Intendente Geral da Polfícia, fulminou as *rótulas e gelosias* dos sobrados, costume quase bárbaro e de raiz mourisca; nem todos, porém, temeram-se do raio policial; muitas casas resistiram à reforma decretada pela civilização, somente aos poucos foram despedaçando suas *rótulas e gelosias*, e ainda hoje se conservam, anacrônicos, mas agora curiosíssimos exemplares daquelas casas antigas, por exemplo, em frente à porta principal da alfândega.

Não é perder tempo dar ligeira idéia das tais *rótulas e gelosias*, sob os pontos de vista material e moral.

Em vez de verdadeiros balcões tinham os sobrados engradamentos de madeira de maior ou menor altura, e com *gelosias* abrindo para a rua; nos mais severos, porém, ou de mais *pureza de costumes*, as grades de madeira eram completas, estendendo-se além da frente pelos dois extremos laterais e pela parte superior, onde atingiam a altura dos próprios sobrados, que assim tomavam feição de cadeias. Também nessas grandes *rótulas* ou engradamentos se observavam as *gelosias*, e rentes com o assoalho pequenos postigos, pelos quais as senhoras e escravas, debruçando-se, podiam ver, sem que fossem facilmente vistas, o que se passava nas ruas.

As *rótulas e gelosias* não eram *cadeias* confessas, positivas, mas eram pelo aspecto e pelo seu destino grandes *gaiolas*, onde os pais e maridos zelavam sonegadas à sociedade as filhas e as esposas.

A higiene, a arquitetura, o embelezamento da cidade exigiam a destruição das malignas e feias *gaiolas*.

E a *Rua do Ouvidor* devia ser pronta, como foi, em dar cumprimento ao edital de Paulo Fernandes, porque *rótulas e gelosias* destinadas a esconder à força o belo sexo deviam ser imediatamente banidas da *rua* que não tarde tinha de tornar-se por excelência de exposição diária de elegantes e honestíssimas senhoras, e infelizmente também de andorinhas que por ali fazem verão.

Em 1808 a *Rua do Ouvidor* já tinha entrada na ordem das comerciais; mas o comércio apenas a conquistara até pouco além da Rua da Quitanda, e daí para o Largo de S. Francisco de Paula, à exceção das tavernas em algumas das quinas da rua, e de uma ou outra modestíssima oficina, todas as casas eram de morada de famílias alheias ao mister mercantil e industrial.

A Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 lavrada em cidade de S. Salvador da Bahia, onde arribara entre outros navios, a capitania, na qual vinha o Príncipe Regente D. João, franqueou os portos do Brasil ao comércio da Inglaterra, e das potências em paz com a coroa de Portugal, sob a imposição única de vinte e quatro por cento de direito de importação.

Essa grandiosa providência que pôs termo à condição colonial do Brasil foi enérgica e impiedosamente combatida no Rio de Janeiro, pelo explicável egoísmo de alguns ricos comerciantes portugueses, e por fidalgos influentes na corte, que os apoiaram; fulminou-os, porém, na imprensa régia em magistral opúsculo o sábio eco-

nomista brasileiro José da Silva Lisboa (ulteriormente Visconde de Cairu) e ainda mais nos conselhos do príncipe regente, o célebre ministro e estadista Conde de Linhares.

A Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 vingou, e necessariamente havia de vir, e quem *logo* e *logo* se aproveitou da *abertura dos portos do Brasil ex-colônia* foi, nem era preciso dizê-lo, foi a Inglaterra.

E imediatamente... que dúvida!... abriu-se a porta, ela entrou célere; porque, depois da entrada, não havia mais despedida possível.

No mesmo ano de 1808 negociantes da Inglaterra organizaram companhia, interessando-se na exportação de mercadorias para a cidade do Rio de Janeiro, e outras principais do Brasil, e além de seus sócios, alguns outros ingleses, independentes da companhia, vieram desde o mesmo ano de 1808 estabelecer casas de comércio nessas cidades.

No Rio de Janeiro, a *Rua do Ouvidor* foi uma das primeiras a ter *casas* ou estabelecimentos de negociantes ingleses, lojas de louça, de *fazendas* ou panos tecidos, e enfim de comércio de importação e de exportação de gêneros recebidos da Inglaterra e mandados do Brasil, e portanto antes de ouvir dizer *monsieur* e *sacre nom de Dieu* ouviu repetir *mister* e *gooderni* e comeu batatas inglesas antes de comer *petit-pois*.

Ainda era cedo para a vinda de franceses então internacionalmente excomungados por terem invadido o reino de Portugal.

Os franceses eram odiados como demônios, e a despeito do espaço imenso do Atlântico se impunha tão aterrador lá de longe na Europa o vulto homérico de Napoleão, que (conforme o diz em suas Memórias o Padre Luís Gonçalves dos Santos) um dos motivos da criação do lugar de *Intendente Geral da Polícia* foi a necessidade de elevado e ativo chefe policial que obstasse e punisse (no Brasil!!!) a ação perigosa de *espiões* e de agentes franceses.

Era medo pueril!... mas ninguém ignora que o famoso Bonaparte chegou a passar por feiticeiro, e por ter pacto com o diabo na opinião da gente rude, que o teve por inimigo em guerras horríveis.

Certo é que no Brasil houve recomendações insensatas contra a sonhada espionagem francesa, e a melhor prova disso está no seguinte fato passado com o célebre *irmão Joaquim*, o S. Francisco de Assis brasileiro.

O *irmão Joaquim*, que a pedir esmolas já tinha fundado importante *hospital* em Santa Catarina, e grande *seminário* dos órfãos pobres na Bahia, andava esmolando pelas capitânicas do Rio de Janeiro e de S. Paulo para fundar instituições semelhantes à que deixara na Bahia para socorro dos órfãos e meninos desvalidos.

Tendo feito boa colheita de esmolas em São Paulo, achava-se um dia o *irmão Joaquim* à beira da estrada em sítio deserto dessa capitania, descansando sentado à sombra de frondosa árvore, e de lápis e papel nas mãos traçava, improvisado arquiteto, grosseiro desenho de seminário, que ia em breve criar, quando alguns soldados e caipiras que passavam foram a ele, julgaram-no suspeito, reputaram o *desenho do seminário* talvez plano de marcha de algum exército invasor em *riscos topográficos*, e em suma prenderam e amarrado conduziram para o Rio de Janeiro o venerando *irmão Joaquim*, como espião e agente de Bonaparte!...

No Rio de Janeiro, Paulo Fernandes, o Intendente Geral da Polícia, ou ficou surpreendido, ou nadou em alegria ao anunciarem-lhe a prisão e chegada do espião francês, e ordenando logo que lhe apresentassem, ao ver entrar na sala o esperado criminoso, saltou da cadeira, exclamando:

– O irmão Joaquim!...

E com suas mãos ajudou a desatar as cordas que arrocavam os pulsos da inocente vítima, e sem perder tempo em interrogatórios inúteis chamou a esposa e a família e entregou aos seus cuidados amigos, aos bons officios da veneração mais justificada o mártir do erro mais grosseiro, o *irmão Joaquim*, o homem santo, o S. Francisco de Assis brasileiro.

Assim pois de 1808 até o fim da guerra geral da Europa, ou até ser encadeado aos rochedos de Santa Helena o novo Prometeu que se chamou Napoleão Bonaparte, falar em franceses no Brasil era o mesmo que hoje em dia anunciar febre amarela.

Mas estava escrito que a *Rua do Ouvidor*, que aliás já contava boas casas comerciais portuguesas e inglesas, somente havia de florescer e primar na cidade do Rio de Janeiro depois de tornar-se rua francesa.

Sabem todos que de 1808 a 1818 correu decênio quase todo de festas oficiais e populares: chegada da família real, aniversários natalícios da rainha e do príncipe regente, nascimentos e casamentos de príncipes, notícias de vitórias alcançadas na Europa sobre os franceses, tudo era motivo para festas mais ou menos brilhantes.

Nas *Memórias* do Padre Luís Gonçalves dos Santos, a paciência do leitor é posta em longa prova nas descrições, circunstanciadas e miúdas dos festejos e iluminações, sendo indicadas as ruas e ainda mesmo as *casas*, que mais distintas se mostravam em festiva ostentação, e a *Rua do Ouvidor* apenas uma vez é lembrada, mas como se vai ver, foi festeira de pouca despesa.

No dia 16 de dezembro de 1815 (aniversário natalício da Rainha D. Maria I) foi por carta de lei erigido o *Principado do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve*.

O povo entusiasmou-se no Rio de Janeiro com o grau de nobreza a que fora elevado o Brasil, e o Senado da Câmara em janeiro de 1816 fez celebrar em ação de graças na Igreja de S. Francisco de Paula solene *Te-Deum*, ao qual, convidados, foram com aparatoso estado o Príncipe Regente D. João e os Príncipes seus filhos D. Pedro e D. Miguel.

O Padre Luís Gonçalves dá conta dessa festa com as minúcias do seu costume em tais assuntos; mas o que importa para a *Rua do Ouvidor* é que depois de dizer como o *príncipe regente e seus filhos, o príncipe da Beira D. Pedro de Alcântara e o infante D. Miguel, precedidos por etc., e seguidos por etc.*, (nos et coetera fica toda a descrição de grandioso estado) *saíram do paço da cidade no magnífico coche real e pelas ruas Direita e do Ouvidor se fizeram levar para a Igreja de S. Francisco de Paula, em trânsito que foi triunfal, ostentando as portas e janelas de todas as casas uma muito brilhante decoração e encantadora vista: tudo estava coberto de sedas de diferentes e matizadas cores, e as senhoras vestidas e tocadas com riqueza e gosto realçavam das janelas esta bela perspectiva!... De todas as janelas, especialmente da*

Rua do Ouvidor, caíam sobre o real coche inumeráveis flores que o cobriram e junca-ram a rua, etc.

Nesta informação eu noto (mas sem malícia alguma) o zeloso cuidado com que observou os vestidos, os toucados e o realce das senhoras o reverendo Padre Lufs Gonçalves, que tão severo, rabujento e furente preconizador do celibato clerical se pronunciou anos depois, atacando o Padre Feijó.

Em todo caso al ficou em janeiro de 1816 a *Rua do Ouvidor* dignamente representada *por senhoras e por flores* na festa popular em honra da elevação do *Brasil a Reino Unido aos de Portugal e Algarve*.

Senhoras e flores!... que representantes legítimas de predestinado fulgor!... mas a representação *por senhoras* que se vestiam e toucavam sem vestidos nem toucados procedentes da *Rua do Ouvidor* e *por flores* que ainda então se obtinham gratuitamente, porque não havia jardins de exploração industrial, deu à *rua* hoje tão rica e famosa apenas brilho emprestado que bem poucas meias-moedas lhe custou.

Dois anos depois, em 1818, a *Rua do Ouvidor* fez muda, mas patente a confissão de exiguidade de recursos, não se tornando distinta, nem mencionada nos extraordinários espetáculos e festejos dados em honra da coroação do Rei D. João VI e de propósito demorados para o ensejo do casamento do Príncipe D. Pedro no mesmo ano celebrado.

As festas duraram três dias, e além do mais que houve, e que foi muito, produziu singular efeito, o espetáculo dos *imensos e estupendos carros* que se ostentaram no circo preparado no *Campo de Santana*, atual *Praça da Aclamação*.

O *corpo do comércio* apresentou o soberbo carro de *Triunfo à Romana*.

Os *latoeiros e caldeireiros* disputaram primazia com o seu pomposo carro da *América*.

Os *ourives* celebraram-se com o carro *Triunfo do Rio de Janeiro*.

Os *marceneiros, carpinteiros e pedreiros* distinguiram-se com seu muito aplaudido carro *Emblemático*.

Os *alfaiates e sapateiros* excederam a expectativa geral com o seu descomunal carro da *Barra do Rio de Janeiro*.

Ora, esses carros assinalavam (pelo menos alguns) ruas distintas; por exemplo: o *dos ourives* a rua do mesmo nome: o *dos latoeiros e caldeireiros* as *dos Latoeiros, da Alfândega, etc.*

E a *Rua do Ouvidor* ainda era tão pobre ou tão bisonha, que não fez farofa nas festas de 1818, e nem mesmo consta que fosse a elas em sege de aluguel!..

Mas era tempo!..

A carta de lei de 16 de dezembro de 1816, elevando o Brasil a reino, foi considerada de tanta importância política, que o príncipe regente D. João a fez solenemente comunicar aos governos das grandes potências da Europa, recebendo em resposta felicitações e aplausos.

Na cidade do Rio de Janeiro o corpo do comércio lembrou-se, bem inspiradamente, de festejar a elevação do Brasil a reino, oferecendo ao príncipe regente o produto de espontânea e avultada subscrição pecuniária para se fundar um *instituto de artes e ciências* na capital do novo reino e então da monarquia portuguesa.

O príncipe regente aceitou o oferecimento e determinou a fundação de uma *escola real de ciências, artes e ofícios* na cidade do Rio de Janeiro.

Escola de ciências, artes e ofícios era universo a criar, mas ainda bem que, embora as *ciências* e os *ofícios* ficassem de lado, vingaram as *artes*, pois que a subscrição do comércio e a deliberação do príncipe regente teceram o abençoado berço da nossa já gloriosa *Academia das Belas-Artes*, mãe de Porto Alegre, de Vitor Meireles, de Pedro Américo e de outras justificadíssimas ufanias do Brasil.

Mas em 1815 firmara-se no congresso diplomático de Viena a paz geral da Europa, e a França de Luís XVIII, tornada *potência amiga*, teve também abertos os portos do Brasil para o seu comércio.

Entretanto os franceses ainda abatidos pela guerra, pela opressão dos vitoriosos invasores do seu opulento e arruinado país, e pelos trabalhos de sua regeneração econômica, nem se lembravam talvez do Brasil.

Todavia tratando-se no Rio de Janeiro do Instituto das Artes, como a França gozasse fama de florescente em Belas-Artes, o Príncipe Regente, e logo Rei D. João VI, mandou engajar escolhidos mestres franceses, pequena que foi grande colônia de artistas pelo merecimento real e provado de alguns deles.

A 26 de março de 1816 chegaram esses artistas ao Rio de Janeiro, sendo os primeiros franceses que vieram estabelecer-se no Brasil depois da paz geral da Europa e dos tratados de Viena d'Áustria em 1815.

Os franceses entraram pois com o pé direito e três vezes com o pé direito no Rio de Janeiro.

Entraram pelas portas da paz.

Entraram trazendo por vanguarda célebre colônia dos artistas enobrecidos pelo seu merecimento.

Entraram amigos quando ainda fervia o entusiasmo pela elevação do Principado do Brasil à categoria de Reino.

Entraram, portanto, em regra, e três vezes com o pé direito.

Todavia a *Rua do Ouvidor* ainda teve de esperar cerca de cinco ou seis anos o começo de sua época de florescimento e de glória, e para mim a razão é muito simples.

Não foi de *francesas*, foi de *franceses* a colônia artística que chegou ao Rio de Janeiro a 26 de março de 1816, e não era a palheta do pintor, nem o buril do estatuário, era somente a tesoura das modistas que havia de levantar o monumento da *Rua do Ouvidor*.

Também não me consta que algum daqueles artistas fosse morar à *Rua do Ouvidor*, e que nela se estabelecessem alguns franceses negociantes que quase logo os seguiram, e que abriram de preferência na *Rua Direita* lojas de louça fina, de ornamentos de salas e de objetos de fantasia.

Eu ia fazer ponto final, quando lembrei que escrevi todo histórico e positivo este capítulo IX das *Memórias da Rua do Ouvidor*, e tão positivo e tão sério que me parece que ficou medonho.

Pois bem, vou pôr-lhe um ligeiro apêndice embora estranho à *Rua do Ouvidor*, dando, porém, notícia (hoje de poucos sabidas) da *primeira francesa* que teve certa nomeada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1818, calculando talvez com as festas da coroação do rei e do casamento do príncipe, e precisando afastar-se da França, onde se arreceava das disposições menos benignas do governo de Luís XVIII, aportou à cidade do Rio de Janeiro e nela estabeleceu-se, vendendo ricos vasos ornamentais de salões e de mesas de banquete, porcelanas finíssimas e outros objetos de luxo, Mr. F. B. que acompanhara o Imperador Napoleão em suas últimas campanhas como oficial não sei de que patente, mas de *confiança privada*.

Mr. F. B. trouxe consigo para a capital do Brasil Mlle ou Mme Aran... a qual pretendia com inconfessável orgulho que o *grande homem* (então cativo em S. Helena) a achava encantadora, quando em campanha andava longe dos olhos da Imperatriz Maria Luíza; e também Mr. F. B. com *orgulho igual* dava testemunho do *glorioso* encantamento durante as campanhas.

Dizem-me septuagenários e octogenários informantes que Mlle ou Mme Aran... era realmente linda, e que atestava o bom-gosto de Napoleão.

Mr. F. B. morava com a sua bela tutelada ou protegida não na casa de comércio, mas em chácara fora da cidade, e zelava-a menos como sultão, do que como eunuco especulador.

Correram meses, e passou mais de um, quase dois anos...

Mr. F. B. empenhava-se em vender todos os seus ricos vasos ornamentais e finas porcelanas...

Mas... o Rei D. João VI era velho, e só amava o luxo, e os ornamentos na igreja...

O Príncipe D. Pedro era noivo, morava no palácio do rei, e ainda não comprava *objetos de luxo*.

Mr. F. B. desapontou com o caso, desesperou, e um dia disse em bom francês à Mme ou Mlle Aran...

– Não há Napoleão no Brasil! Voltemos para a nossa Paris.

Mme ou Mlle Aran... sorriu-se maliciosa e respondeu:

– Oh! Napoleão só um... mas Bonapartes encontram-se...

E como sonhadora parisiense acrescentou:

– Voltemos para a nossa bela Paris.

E o casal de andorinhas que não fizera na capital do Brasil e da monarquia portuguesa o verão calculado bateu as asas... e foi-se.

Mas, Mme ou Mlle Aran... a *primeira francesa* que teve nomeada na cidade do Rio de Janeiro não morou, nem deixou penas de suas asas de graciosa andorinha na *Rua do Ouvidor*.

O apêndice *extramuros* termina aqui.

CAPÍTULO 10

Como depois de se provar com a história a antiga predileção dos franceses pelo Rio de Janeiro, vem a reconhecer-se que somente entrando à sombra das *francesas* podiam firmar-se aí. Como, desde 1817, havia no Rio de Janeiro franceses negociantes, e *francesas* modistas, e nenhum e nenhuma *na Rua do Ouvidor*, para a qual de súbito e com aparente, mas não verdadeiro acordo, fogem todas as *modistas*, e à *sombra* das francesas logo negociantes franceses. Como a época de florescimento e de glória da *Rua do Ouvidor* é marcada pela *hégira* das modistas *francesas*, que espantaram e fizeram mudar-se da mesma rua os negociantes ingleses; refere-se a tradição (não bem averiguada) de Mr. (mister!..) Williams e de Mlle Lucy. Como, enfim, a rainha – *moda de Paris* – entroniza-se na *Rua do Ouvidor*, que se alinda e resplende e encanta a sociedade fluminense com o prestígio das *vidraças*, cuja importância se demonstra. A *Rua do Ouvidor* entra nos grandiosos horizontes do seu império da *moda*.

Os franceses tiveram sempre manifesta predileção pelo Rio de Janeiro.

Em 1555 ocuparam a grandiosa bala de Niterói, fundaram colônia, projetaram a *Henry-ville*; sonharam com a sua *França Antártica*; mas depois de muito brigar foram em 1567 lançados pela *barra afora* pelos portugueses.

Em 1710, capitaneados por Duclerc em atrevida expedição, desembarcaram na Guaratiba e avançaram por terra a conquistar a cidade; mas, combatidos e atropelados por estudantes e populares (porque o Governador Francisco de Castro Moraes se conservava no quartel da saúde) meteram-se, enfim, no *trapiche da cidade*, onde se entregaram todos prisioneiros, ou foram todos *apreendidos*, como fazenda de contrabando.

Em 1711, comandados por Duguay-Trouin, forçaram com poderosa esquadra a barra do Rio de Janeiro, e graças à incapacidade e covardia daquele mesmo governador ocuparam no fim de poucos dias a cidade, que as tropas, e atrás delas todos os habitantes, em uma noite abandonaram; mas, depois de saque geral dos conventos, das igrejas e das casas, desconfiando, com razão, de subsequente fortuna contrária, restituíram a Sebastianópolis a preço de contado por desbriosa (não para eles) transação que se chamou *resgate*, e puseram-se ao fresco, antes que os despedissem a fogo.

Um século e cinco anos mais tarde, em 1816, vieram os artistas franceses; creio, porém, que M. Le Breton com eles nunca chegaria a plantar predominante influência francesa no Rio de Janeiro, como não conseguiram Willegaignon e Bois-le-Conte de 1555 a 1557, nem Duclerc em 1710, nem Duguay-Trouin em 1711.

O fato veio demonstrar que os *franceses* só podiam firmar-se na cidade do Rio de Janeiro entrando nela à sombra das *francesas*.

E as *francesas* começaram a chegar e a estabelecer-se com a dominação de *modistas* nas Ruas *Direita, dos Ourives, do Cano* (hoje *Sete de Setembro*) em 1818, 1819 e 1820.

Caso célebre!... nenhuma na *Rua do Ouvidor!*... e com certeza nenhum francês nessa mesma rua, que aliás já tinha casas inglesas.

As francesas eram *modistas*; falava-se com louvor de uma ou de outra; elas, porém, viviam separadas, não tinham *autonomia*, eram elementos dispersos, emigrantes de Paris, sem colônia organizada, parisienses sem Paris, enfim.

De súbito, e como de plano, mas sem que o tivessem concertado, pronunciou-se, de 1821 a 1822, a *hégira das modistas francesas* para a *Rua do Ouvidor*. Quem foi a primeira a ir tomar ali seu posto?... Não sei ao certo; creio, porém, que foi *Mlle Joséphine*, de quem me ocuparei oportunamente.

O fato é que no fim de três ou quatro anos quem queria entender-se com alguma *modista francesa* ia à *Rua do Ouvidor*, que entrou em sua época de florescimento, de encantamento, de espanto e de esbanjamento, marcada pela *hégira*, como a era de Maomé, o inventor das *houris* e do *paraiso* endemoninhado por todas as tentações imagináveis.

Que razão levou as modistas francesas a desertar, a fugir (*hégira*) da *Rua Direita*, então a principal e mais rica do comércio, e da dos *Ouvides*, nesse tempo e ainda muitos anos além toda de prata, de ouro, de esmeraldas e de brilhantes, para a *Rua do Ouvidor* ainda relativamente obscura?...

Que o expliquem os sábios da escritura: eu não o sei, e apenas tenho para mim que foi mesmo – *predestinação*.

E após as modistas, à sombra das francesas vieram quase logo franceses abrir, na mesma *Rua do Ouvidor*, lojas de fazendas e de objetos de modas, para senhoras e homens, de perfumarias, de cabeleireiros, etc.

Fato curioso, observação positiva, e que faz vontade de rir: os negociantes portugueses que havia na *Rua do Ouvidor* não se incomodavam com a invasão francesa; os ingleses, porém (aliás muito poucos), foram desertando, de modo que, no fim de seis anos, a poderosa Albion não teve mais ali um único representante.

Asseveram que o antagonismo internacional fora a causa principal da retirada dos ingleses.

Falando-me sobre esta pelo menos aparente ou suspeitosa repugnância inglesa à vizinhança dos franceses, um amigo, crônica viva daqueles tempos, contou-me o seguinte caso, que eu não dou por averiguado, e que somente reproduzo para mitigar a monotonia deste capítulo.

Diz o meu informante que o primeiro súdito de S. M. Britânica que se mudou ou fugiu da *Rua do Ouvidor* fora um negociante que ali tinha loja ou depósito de calçado exclusivamente inglês.

O verdadeiro nome deste homem não ficou lembrado. Chama-lo-ei *Williams*.

Mr. (*mister*) Williams já quinquagenário era alto, magro, ossudo, de rosto branco e um pouco pálido, de cabelos ruivos usados muito curtos, e de barba sempre diária, total e perfeitamente feita: e, o que mais importa, era honrado, muito grave, celibatário, de costumes severos, inglês antifrancês até à medula dos ossos, e original.

Desde que se pronunciou a invasão francesa, Williams fez sentir aos *patricios* o seu aborrecimento àquela gente vil e insolente; vil, porque comia mais verduras do

que batatas, e insolente, porque multiplicava em suas lojas retratos e bustos de Napoleão, sem apresentar um só busto, nem um só retrato do Duque de Wellington.

A zanga britânica de Williams aumentou com o estabelecimento de uma loja de modista francesa defronte da sua, causando-lhe, sobretudo, horripilações e revoltas do ânimo honestíssimo Mlle Lucy, jovem parisiense e costureira da loja, de procedimento leviano, travesso, e provocador de namoradas liberdades.

Williams detestava Mlle Lucy, e Mlle Lucy, que o percebeu, vingava-se, sorrindo marotinha para ele, de cada vez que podia encontrar-lhe os olhos.

E era certo um sobrolho cerrado, ou algum gesto de reprovação e de desprezo, em resposta ao sorriso da jovem costureira, a quem isso mesmo divertia.

Um dia entrou na loja de calçado um homem de sério exterior, e disse a Williams com o mais simples e inocente modo:

– *Monsieur*, quero escolher *sapatos*.

Eram de uso os sapatos abotinados ingleses; mas o irrefletido comprador, entrando em loja de rua já afrancesada, tratara Williams por *monsieur*.

Williams impertigou-se e respondeu de mau modo:

– *Monsieur* é tratamento de francês; eu ser inglês, que se trata *mister*; tu vem enganada... sapato francês não entra nesta casa. Vai adiante.

E voltou as costas ao homem que viera comprar calçado e saiu ressentido da injusta descalçadeira.

Infelizmente para Williams, Mlle Lucy, que então passava, observou a cena, e em parte por vingança de francesa, em parte por gosto de zombaria, determinou atormentar o inglês.

E logo no mesmo dia e nos cinco ou seis seguintes Mlle Lucy, sempre que safa da loja onde trabalhava ou para ela vinha, passava pela frente da loja do inglês, e dizia alto com sua voz argentina, e sorrindo com agrado malicioso:

– Bon jour, Mr. Williams!

– Bon soir, Mr. Williams!

E isso, mas só isso repetidas vezes em cada dia.

Williams encolerizava-se; franzia as sobrelhas; mas, grave inglês que era, não podendo maltratar com palavras uma mulher, não respondia nunca à jovem costureira francesa.

Mlle Lucy, encorajada pela paciência do inglês, entrou na loja de calçado, sentou-se sem-cerimônia em uma cadeira baixa, e disse, como costumava:

– Bon jour, monsieur Williams!

O inglês, severo e pudico, respondeu pela primeira vez, corando fortemente, e com voz trêmula pela ira:

– Non compreende *nada francês*...

Mlle Lucy, fingindo não perceber a indignação do inglês, avançou um dos pés, mostrou-o todo, e continuou dizendo, ou antes, perguntou em português malpronunciado:

– *Monsieur* Williams, tem na sua loja sapatinho para meu pé?

O inglês, instintivamente, ou por hábito de ofício, fitou os olhos no pé que estava exposto; mas imediatamente voltou-se e exclamou, retirando-se para o fundo da loja:

– Non! procura calçado francês! deixa minha casa!

Mlle Lucy saiu a rir, dizendo somente ao retirar-se:

– Bon jour, *monsieur* Williams!...

O inglês estava furioso; mas apesar da fúria, na lembrança lhe ficara o pé de Mlle. Lucy.

Não era pé verdadeiramente francês, era-o antes de espanhola, ou melhor, de brasileira; pé delgado, pequenino e de suaves proporções.

Realmente Williams não tinha sapatinhos para aquele pé mimoso na sua loja de calçado inglês.

E a convicção de que não havia *miss*, nem *lady*, que não havia, enfim, inglesa que tivesse pés como aquele que Mlle Lucy mostrara, exacerbava a cólera de Williams.

Mas o lindo pé da costureira francesa ficara perfeitamente medido na memória, e encantadora e infelizmente representado nu, branco, delgado, pequenino e delicadíssimo na imaginação do severo e pudico inglês, que aborreceu muito mais Mlle Lucy por ser possuidora daquele tesouro, que nenhuma inglesa poderia ostentar.

E a travessa francesa continuou a entreter-se, repetindo por vezes cada dia as suas doces e zombeteiras saudações – *Bon jour e Bon soir, monsieur Williams!*

Na tarde de um domingo, em que saíra a passear, Mlle Lucy, achando Williams a meditar, sentado em um dos bancos da bela varanda do *Passeio Público*, tomou, sem que fosse sentida, assento junto dele, e arrancou-o à meditação, murmurando-lhe ao ouvido:

– Monsieur Williams sonha com Mlle Lucy...

Williams levantou-se rápido, como a um choque elétrico, e retirou-se logo, e gravemente, sem voltar os olhos para a zombeteira francesa.

Mlle Lucy tinha quase adivinhado.

O severo inglês estava, com efeito, pensando, não nela, mas no lindo pé que ela tinha mostrado a pedir um sapatinho.

A costureira era bonitinha de rosto e graciosa de figura; Williams, porém, não lhe achava nem boniteza nem graça, tinha-a em reprovação por leviana, em aborrecimento pela insistente zombaria das saudações em francês, e todavia a lembrança do *pezinho* ia aos poucos atordoando-o.

Mlle Lucy, esperta e hábil, percebeu alguma alteração nos modos do inglês, e, ou por cálculo, ou em requinte de abusiva mofa, desfez-se em requebros, fingindo-se amorosa; mas perdeu uma semana sem conseguir o mais leve sinal de afeição.

A francesa empregava em vão o seu francês e não compreendia o inglês.

Veio-lhe a luz em um dia de chuva.

Durante a noite e madrugada chovera a cântaros: a *Rua do Ouvidor*, intransitável até às sete horas da manhã, ainda estava mais ou menos encharcada às oito horas, em que Mlle Lucy pôde incomodamente acudir ao seu trabalho na loja da modista.

A costureira vinha andando cuidadosa, e para poupar o mais possível os vestidos, arregaçava-os um pouco, deixando completamente expostos os pés, e, vendo Williams à porta de sua loja de calçado, disse-lhe, como já de costume o fazia:

– Bon jour, *monsieur* Williams!...

O enfezado inglês não respondeu, e voltou o rosto carrancudo; Mlle Lucy, porém, notou que, ainda voltando o rosto, Williams cravara, embebera olhos ardentes, cobiçosos, atônitos em seus pés *mignons*.

– *Eureka!*... disse consigo a maliciosa e endemoninhadinha francesa.

E desde então, de cada vez que vinha para a loja, ou sala, Mlle Lucy, dizendo – *Bon jour ou bon soir, monsieur Williams!*..., com suas mãos brancas e pequeninas arregaçava os vestidos tanto quanto era preciso para deixar ver os pés.

Williams perdeu de todo a cabeça.

Paixão original, excêntrica, desassisada embora, Williams ardeu em paixão pelos pés de Mlle Lucy, a quem aborrecia, e julgava leviana e até feia, principalmente por ser francesa.

Uma noite o severo inglês chegou a carregar uma pistola para suicidar-se, mas não se matou, porque não achava então meio prático de cair e expirar abraçando os pés de Mlle Lucy.

No outro dia, obedecendo a melhor conselho, alugou casa em rua muito apartada da do *Ouvidor* e na manhã seguinte achava-se mudado.

Foi este o primeiro *negociante inglês* que desertou da *Rua do Ouvidor*, invadida por franceses.

Mas o meu informante completa esta tradição, que mais me parece romance, dizendo que, dois meses depois, Mlle Lucy foi surpreendida uma manhã recebendo um par de sapatinhos perfeitamente adaptados a seus pés, e com esta simples indicação de procedência: "*Depósito de calçados inglês de... Williams, rua de... n...*"

E, informação final, no fim de mais um mês passado além da remessa e do recebimento do par de sapatinhos, Mlle Lucy chamava-se Mme Williams, pois que, *firmada em seus pés*, exigente e déspota francesa, impusera ao seu acalcanhado inglês antifrancês ser tratada e conhecida por *madame* e não por *miss* Williams.

Esta singular história de amorosa paixão, excitada pelo mimo e lindeza de um pé de mulher, somente seria verossímil em excentricidade inglesa, se por sua própria natureza o amor não fosse verossímil ainda nas mais imagináveis inverossimilhanças.

Referi o caso de Williams e de Mlle Lucy: quem quiser que o tome por verdadeiro ou imaginado, e agora deixem-me prosseguir seriamente na exposição das *Memórias* que escrevo.

Rompera, enfim, a época da real e crescente celebridade *Rua do Ouvidor* pela dominação da *Moda de Paris*, essa rainha despótica que governa e floresce decretando, modificando, reformando e mudando suas leis em cada estação do ano, e sublimando seu governo pelo encanto da novidade, pela graça do capricho, pelas surpresas da inconstância, pelo delírio da extravagância, e até pelo absurdo, quando traz para o rívido verão do nosso Brasil as modas do *inverno* de Paris.

A *Rua do Ouvidor* tornou-se quase logo até além da Rua dos Latoeiros comercial e principalmente francesa, e Sua Majestade a *Moda de Paris*, déspota de cetro de flores, sedas e fitas, fez mais do que o Marquês de Lavradio, que acabara com os *peneiros*, mais do que o Intendente Geral da Polícia Paulo Fernandes, que mandara destruir as rótulas, porque, num abrir e fechar de olhos, alindou a rua com graciosas, atraentes e enfeitadas lojas e criou e multiplicou aquele chamariz e laços armados que se

chamaram e ainda alguns chamam – *as vidraças da Rua do Ouvidor* – verdadeiro *puff* plástico.

A loja francesa de modista, de florista, de cabeleireiro e perfumarias, de charutaria (o cigarro era então banido como *ínfimo plebeu*) tinha, como ainda hoje se observa, uma única porta livre para a entrada das freguesas e fregueses, e outra porta ou duas portas cerradas de alto a baixo por grosso, mas transparente, anteparo de vidro, e atrás desse anteparo a loja expunha ao público os seus encantadores tesouros.

Tais eram, como continuam ser, as então chamadas *vidraças da Rua do Ouvidor*.

Era e é ainda preciso ter muito cuidado com elas.

Explorando o concurso favorável do vidro, a variedade e a combinação das cores, e os efeitos da luz, os *artistas sui generis* arranjadores dos objetos expostos nas vidraças os dispõem e apresentam com habilidade magistral, de modo a produzir ilusões de ótica perigosas para a bolsa do respeitável, que, prevenido pelo que enlevara os olhos, muitas vezes compra gato por lebre.

Eu tenho para mim que foi na contemplação e no estudo físico e moral das *vidraças da Rua do Ouvidor* que os nossos estadistas organizadores de gabinetes ministeriais aprenderam a arte de expor programas de ministérios novos.

Em todo caso as *vidraças* de exposição mais ou menos ricas, fantásticas e deslumbrantes enfeitaram a *Rua do Ouvidor*, que logo foi tida em conta de a mais *bonita da cidade* e naturalmente mereceu a predileção e a concorrência mais graciosa e aditadora.

As senhoras fluminenses entusiasmaram-se pela *Rua do Ouvidor*, e foram intransigentes na exclusiva adoção da *tesoura francesa*. Nem uma desde 1822 se prestou mais a ir a saraus, a casamentos, a batizados, a festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista francesa da *Rua do Ouvidor*.

Houve revolução econômica: os pais e os maridos viram subir a cinqüenta por cento mais a verba das despesas com os vestidos e os enfeites das filhas e das esposas.

A rainha *Moda de Paris* firmou seu trono na *Rua do Ouvidor*.

Como é sabido, cuidava-se ainda então muito pouco da instrução do sexo feminino: pois bem; algumas senhoras fluminenses deram-se logo com interesse e gosto ao estudo da língua francesa.

Um dia um tio velho e rabugento perguntou à sobrinha, que escapara de ficar analfabeta:

– Menina, por que te meteste a aprender o francês, quando ainda ignoras tanto o português?...

– Ah, titio!... é tão agradável ouvir dizer *très jolie!* em português não há isso.

Quase tudo se foi afrancesando.

No décimo sexto século, Villegagnon, e após ele Boisle-Comte, com centenas de soldados, e com apoio maldissimulado do governo francês não puderam manter a conquista da baía do Rio de Janeiro, de suas ilhas e pontos do continente, e ver realizar as aspirações da *França Antártica*.

No século décimo nono, em um dos dois anos, em 1822, enfim, uma dúzia (nem tanto) de *francesas* sem peças de artilharia, nem espingargas, nem espadas, e apenas com tesoura e agulhas fundaram suave e naturalmente, e sem oposição nem protestos, a *França Antártica* na cidade do Rio de Janeiro.

A França Antártica é a Rua do Ouvidor desde a Primeiro de Março até a Praça de S. Francisco de Paula.

Honra e glória, pois, às modistas francesas que na sua *hégira* de 1821 a 1822 se acolheram àquele *oasis*, àquela predestinada *Rua do Ouvidor*, da qual fizeram pequena, mas feiticeira filha de Paris, e donde, sob o cetro da *Moda*, puderam logo em 1822 alçar o grito – *Vive la France!* – grito ainda hoje eletricamente correspondido até pelo finadíssimo, mas perpétuo, redivivo *urso* de Mr. *Cassemajou*.

CAPÍTULO 11

Como empreendo viagem pela *Rua do Ouvidor* com os meus leitores por companheiros obrigados e começo a viajar pelo primeiro quarteirão, onde se verifica que a rua vaidosa é coxa; lamentam-se a *Praia* e a Praça do Mercado e louvam-se as Igrejas da *Santa Cruz dos Militares* e da *Lapa dos Mascates*. Como além da Rua de *Primeiro de Março* (ex-*Direita*) entra-se na *Rua do Ouvidor* legítima e fidalga, a qual tem ao perfeitamente emblemáticas ao lado direito casa de *modista*, e ao esquerdo charutaria. Faz-se menção à confeitaria do Carceller, onde se encontra, ceando, o célebre *Chalaça*, e conta-se como ali (já no tempo do Sr. *Guimarães*) se organizou na *sala de cima* um ministério, comendo-se *empadinhas* e *croquets*. Finalmente contempla-se a atual Loja da América e da China, casa nº 40, onde Evaristo Ferreira da Veiga (o grande patriota) aprendeu a ler, e onde anos depois floresceram ou *dulcificaram-se* as senhoras Paracatus, que foram no seu tempo as mais famosas doceiras da cidade do Rio de Janeiro.

Deixei no capítulo antecedente a *Rua do Ouvidor* entrada em sua nova era, a do reinado da *Moda de Paris*, e agora, pois que seria tão enfadonho para os meus leitores, como difícil para mim acompanhar par e passo o desenvolvimento e riqueza, que ela foi tendo, prefiro fazer com os meus leitores uma viagem do princípio ao fim da mesma rua com o propósito de considerar e lembrar seus edifícios notáveis e suas casas dignas de distinção por interessantes recordações.

Natural e forçosamente hei de ser *cicerone* amolador e muito deficiente; amolador por gênio, deficiente por ignorância de muitas coisas que mereciam ser mencionadas e que a nossa geral incúria vai deixando cair no esquecimento.

Entretanto, as tradições, as anedotas, os fatos curiosos, ainda sem importância na história política da nação, a lembrança de antigos costumes dão vida local, interesse, enfeites e graça às *Memórias* das cidades, de seus palácios, de suas ruas, etc.

Eia, pois, a viajar! não temos necessidade de levar malas, nem capas, nem provisões de boca, nem prevenção alguma: acharemos em caminho, e à mão todos os recursos imagináveis e a viagem é segura, agradável, riquíssima de variados panoramas, e apenas sujeita a freqüentes *ventos contrários* no encontro de importunos *amoladores* ainda mais teimosos do que eu.

Encetemos a viagem.

Em que pese à *Rua do Ouvidor*, fidalga nova, começaremos a viajar pelo seu primeiro quarteirão, que principia – à direita da *Praia do Mercado*, e à esquerda na quina com a *Rua do Mercado*, e acaba abrindo-se na *Rua Primeiro de Março* (antiga *Direita*).

A fidalga tem em pouco esse quarteirão, onde em vez de brilhantes, ouro, sedas, flores, bonecas, tetéias, perfumarias, etc., etc., há somente armarinhos vulgares, carne-seca, lombo de porco e toucinho, tudo enfim *plebeu*, e além disso a vaidosa se revolta com o conhecimento público de sua perna *direita* mais comprida do que a *esquerda*, sendo ela por consequência *coxa*.

Embora, porém, a *Rua do Ouvidor* repute o seu primeiro quarteirão simples e desestimado *anexo*, espécie de parente bastardo que a família fidalga repugna, embora tenha pretensões a começar *legítima Rua do Ouvidor* donde primitiva e predestinadamente nascera, sendo *Desvio*, nós que não temos que respeitar essas vaidades viajaremos pelo quarteirão plebeu.

A *Rua do Ouvidor*, se desama tanto o seu *anexo*, deveria ter há mais tempo requerido à ilustríssima câmara que lhe desse nome especial, tornando-o rua independente: eu creio que seria fácil obter providência tão transcendente; porque não tenho notícia de bispo que *crismasse* tantos católicos, como a *ilustríssima* tem crismado ruas da cidade do Rio de Janeiro. A *ilustríssima* como que fundou direito à herança de ruas em favor de defuntos; morrendo algum cidadão *ilustre* e portanto seu parente em tratamento, dá logo cevada ao finado em *crisma* de rua.

Ainda nessa prática ao menos se manifesta – gratidão nacional –; mas além dos defuntos, não o tributo de cevada, doce amor porém aos vivos multiplica de tal modo a crisma das ruas, a dá e muitos novos nomes tão desconhecidos, que tenho para mim que o primeiro e longo estudo dos novos vereadores será aprender as denominações das ruas, e inteirar-se dos pontos e dos bairros, onde elas se estendem ou se encurtam.

Mas a *ilustríssima* ainda não tornou em *rua nova* o *anexo da Rua do Ouvidor*, e portanto viajemos por ele.

Da ponta do pé da perna mais comprida da vaidosa fidalga, vemos parte da *Praia do Mercado*, e pelo portão fronteiro penetram nossos olhos um pouco no interior da *Praça do Mercado*.

Nem a *praia* nem a *praça* pertencem à *Rua do Ouvidor*, mas é impossível deixar de considerá-las de passagem.

A *Praça do Mercado* está longe de ser condigna da capital do Império: acanhadíssima, úmida, malpolicada, às vezes toda cheiro de maresia, de aves amontoadas e de hortaliças já deterioradas, é lugar desagradável em vez de ser atrativo. O peixe expõe-se em tabuleiros sobre ruazinha sempre alagada, e pequenos tanques de peixes vivos faltam absolutamente.

A *Praia do Mercado* é ainda pior, e penso que faço grande favor em não demonstrar o meu juízo.

Ao menos, porém, há ali, na *praça* e na *praia*, fiscais agentes e guardas-fiscais, que uma de duas, ou não a fiscalizam, ou a *praça* e a *praia* seriam infiscalizáveis focos de peste do Rio de Janeiro.

E no entanto, além de utilíssima e imprescindível instituição, como é, a *Praça do Mercado* aumentada, desenvolvida, aprimorada, igual a de outras grandes capitais do mundo civilizado, podia ser no Rio de Janeiro lugar atrativo, e até ornamentador da cidade.

Mas... viajemos enfim pelo primeiro quarteirão... ou *anexo da Rua do Ouvidor*.

Paciência, bela fidalga!

Aqui, nem ao menos posso indicar qual foi a casa tradicional donde saiu a maçã mandada ao inconfidente Coronel Freire de Andrade por sua dedicada irmã.

Aqui predominam os armazéns de *carne-seca e toucinho*; a *Rua do Ouvidor*, porém, que é filosofia, deve lembrar que a *carne-seca* é no Brasil a primeira representante da filosofia positiva, porque é a principal alimentadora do povo, e eu posso em consciência afirmar que uma *manta* de carne é muito mais útil do que a *manta* mais rica de lã de camelo.

E, paciência outra vez, fidalga vaidosa!

É no desestimado anexo que se acham os dois edifícios mais notáveis da *Rua do Ouvidor*, a Igreja da *Lapa dos Mascates*, e por sua parte lateral a *Igreja da Santa Cruz dos Militares*.

Não quero prolongar este capítulo, ou demorar a *viagem*, copiando a descrição arquitetônica das duas igrejas, que me foi oferecida por autoridade competente; mas é certo que a da *Santa Cruz dos Militares* não tem ainda superior no Rio de Janeiro sob o ponto de vista da arquitetura; e a da *Lapa dos Mascates*, embora pequena e encantadora em estreitas ruas, merece a atenção dos homens da arte.

Esta última igreja depois dos consideráveis melhoramentos, que ultimamente recebeu de piedosos e dignos benfeitores, teve novos sinos vindos de Portugal (creio eu) que repicam a preceito, executando *alegros* de óperas de Offenback.

A escolha dos tais *alegros* não foi feliz; aqueles, porém, que tanto badalaram contra essa irreligiosidade, posto que tenham razão, esquecem que nas grandes e solenes *festas* das nossas igrejas até se anunciavam os nomes das cantarinas do teatro, que iam cantar este e aquele *solo* de música absoluta e exclusivamente do gênero das óperas italianas.

E eis-nos chegados à *Rua Primeiro de Março*, com a qual nada temos que ver, e, portanto, atravessemos-a, mas com todo o cuidado, meus leitores e companheiros de viagem, porque os bondes e carros, carrinhos e carroças, nem permitem que pestaneje o cidadão pedestre, que nesse ponto tem de atravessar a rua *ex-Direita*.

Oh! agora sim, agora começa *legítima* a *Rua do Ouvidor* fidalga, vaidosa e começa até simbólica (pelo menos atualmente), porque tem nas suas duas quinas com a *Primeiro de Março*, do lado direito casa de *francesa modista*, e do esquerdo casa de charutos, de cigarros e cachimbos, de modo que enquanto dali para gozo e encanto das senhoras range a *tesoura*, retalhando veludos, cetins e sedas, defronte há para os homens, para os pais e maridos sovinas ou de fracos recursos pecuniários a consolação de *ficar fumando*.

A *charutaria*, à que me refiro, acaba até de explorar os desastres do império otomano na guerra com a Rússia, fazendo boa importação de *fumo turco*, e quem sabe se de cachimbos de *ulemás* e de *bachás*.

Miserável Turquia!... em desmesurado infortúnio priva-se até de seu *fumo* e dos seus *cachimbos* monumentais. Ai!... que não exporte (ao menos para o Brasil) as odaliscas e as escravas dos seus serralos!...

Até a *Rua do Carmo* à esquerda, e o beco ou travessa das *Cancelas* à direita, só conheço duas casas de *notabilidades*, pois que não me é possível marcar uma terceira, aquela em que morreu ou penou *Perpétua Mineira*, se realmente houve ali *Perpétua Mineira*: se houve, a sua casa era do lado esquerdo.

A primeira das duas casas memoráveis e ainda hoje famosa principiou a sê-lo, em 1824, como *confeitaria do Carceller*.

A glória de iniciador *das confeitarias* na cidade do Rio de Janeiro pertence ao italiano *Francioni* que antes de 1824 já tinha estabelecido *confeitaria* na Rua *Direita* exatamente onde se acha a dos Srs. Santos & Ferreira; o *Carceller*, porém, não só anos depois comprou o estabelecimento do *Francioni*, como já o tinha excedido muito na sua confeitaria da *Rua do Ouvidor* em variedade e primor de refrescos, de *lunch*, que então se chamavam *petiscos*, e sobretudo na excelência de *ceias* servidas em sala *discreta* no fundo da casa.

O *Carceller* foi, pois, não o mais antigo, o mais notável, porém, dos chefes de *confeitarias* do Rio de Janeiro, e não lhe amesquinha a boa nomeada que deixou a simples precedência do *Francioni* e menos o fato não averiguado da, ainda mais antiga, *saleta de pasto de Perpétua Mineira*.

O *Carceller* floresceu na sua confeitaria da *Rua do Ouvidor*, refrigerando seus numerosos fregueses com *água imperial* e outras águas gasosas, com ótimas cajujadas e outros refrescos, e satisfazendo-lhes o apetite com empadas, pastéis, gulodices e doces; mas à noite as *ceias* do *Carceller* gozavam notável celebridade, e eram apreciadas na sala discreta por cavaleiros da sociedade distinta e de elevada posição social.

Um dos habituais fregueses das *ceias* do *Carceller* era Francisco Gomes da Silva, por alcunha o *Chalaça*, português de nascimento, gentil-homem da corte imperial, e amigo dedicado de D. Pedro I, que o estimava muito.

O *Chalaça*, quando não estava de serviço no *paço*, era certo com escolhida companhia naquelas *ceias*.

Tão sabido já era esse gozo de folgança, que uma noite, em 1828, o Imperador D. Pedro I, desejando falar ao *Chalaça*, não fez cerimônia, entrou de improviso na confeitaria e disse ao *Carceller*, que logo se apresentou:

– O *Chalaça* está sem dúvida ceando lá dentro; chame-o.

O *Chalaça* imediatamente veio apresentar-se respeitosamente, mas sorrindo.

O Imperador disse-lhe algumas palavras em voz baixa, e o *Chalaça* respondeu em tom mais alto e como que brincalhão.

– Senhor, eu perco hoje metade da *ceia*, mas em compensação Vossa Majestade me fará almoçar duas vezes amanhã.

E saiu, acompanhando o Imperador.

Este fato não teria importância se não desse idéia de certas inadvertências, aliás próprias do caráter franco e expansivo de D. Pedro I, e que mais de uma vez o prejudicaram.

Quem sabe os juízos que naquela noite fizeram sobre o caso o *Carceller*, seus caixeiros e os sócios de *ceia* do *Chalaça*?

Francisco Gomes da Silva, alcunhado *Chalaça* por muito gracejador, passou por chefe da *camarilha secreta* que, influindo muito no ânimo do Imperador, fazia e desfazia ministérios, e inconstitucionalmente predominava na política do Estado.

Que o *Chalaça* entrasse às vezes em intrigas palacianas, é provável; que fosse o mais apropriado para levá-las ao Imperador, é certo; porque este gostava de ouvi-lo

chalaçar, confiava em sua amizade, e o autorizava a grandes liberdades; mas em sua influência política predominante não creio: por seu próprio gênio ativo D. Pedro I a não toleraria, e, além disso, o *Chalaça*, homem de espírito faceto, de algum talento, mas sem instrução e sem idéias políticas, não podia ser chefe de *camarilha*.

O *Chalaça* era dedicadíssimo criado e amigo particular de D. Pedro I; servia-o, fazia-o rir, *chalaçando*; aproveitou-se da sua privança para ser útil a muitos afilhados e protegidos seus; mas em assuntos de governo do Estado a sua política inalterável consistiu em julgar sempre excelente e ótima a *política do Imperador*, qualquer que ela fosse.

Dizem alguns dos homens da corte do Primeiro Reinado que, ao contrário do que naquele tempo a oposição liberal propalava, era o *Chalaça* quem mais severas e duras verdades fazia ouvir a D. Pedro I, com seu direito de íntimo e *chalaçador* amigo; isso eu não sei, nem posso assegurar-lo.

O Marquês de Barbacena, entrando para o ministério em 1829, com pretensões de chefe de gabinete à *inglesa*, conseguiu que se retirassem do Rio de Janeiro para a Europa o *Chalaça* e outro cortesão indicado como segunda influência de *camarilha*, o que não impediu sua *ruidosa* demissão de ministro no ano seguinte.

Ainda uma informação, e a última:

O *Chalaça*, anos depois, conversando em Lisboa com ilustradíssimo brasileiro, diplomata mais tarde em retiro, pretendia ter concorrido com os seus conselhos mandados em cartas a D. Pedro I para a abdicção deste em 1831.

Creio nas cartas; elas, porém, não provam que o *Chalaça* fosse político; escrevia-as no empenho dinástico de D. Maria II, e na esperança do sonhado *império ibérico*, no interesse do seu amo e amigo. Os *políticos* estavam em Londres, e foram esses os que influíram no ânimo de D. Pedro I, levando-o às vacilações e inconseqüências de sua atitude em março e até 6 de abril de 1831.

Ora eis aí como uma idéia puxando outra meti-me em coisas de história política, quando só pensava lembrar a casa do *Carceller!*

Perdoem-me esta amolação.

A confeitaria do *Carceller* passou mais tarde ao Sr. João Gonçalves Guimarães que, dando ao estabelecimento realce muito maior, honra sempre o nome e a memória do bom velho *Carceller*, chamando-o ainda hoje – “*meu amo, que me serviu de pai*”, porque fora dele caixeiro e por ele tratado como filho.

Grão-mestre do lunch e rei dos banquetes grandiosos da cidade do Rio de Janeiro e de aquém e de além, mar em fora e por terras a dentro, o Guimarães é pelas suas novidades culinárias objeto da veneração dos gastrônomos, que por último lhe deveram a invenção de *garopas* de ovos de galinha com farinha de trigo e açúcar; mas a sua confeitaria é ainda mais notável como arca de sigilo, onde já se sepultaram mais de vinte histórias de corações em fogo, abrasando-se com acompanhamento de sorvetes.

E houve um dia (no Segundo Reinado... e não quero dizer quando) em que a confeitaria do Guimarães teve horas de comoções de alta política. Na sala da frente do segundo pavimento estacionava distinto estadista, enquanto outro, hoje florescente notabilidade, que então ainda não era senador, saía, e após demora mais ou menos

longa voltava ou só ou acompanhado; é claro que para explicação dissimuladora do que se passava e para animação da *paciência* na sala de cima levavam-se para esta empadinhas, pastéis, croquetes, doces, etc.: finalmente no fim de quatro ou cinco horas o *distinto estadista* desceu a escada e saiu da confeitaria com *um novo ministério organizado*, e ministério auspicioso, pois que se organizara com o encanto (quase que disse programa) político das empadas, pastéis, croquetes, doces e pão-de-ló.

A segunda casa célebre deste quarteirão da *Rua do Ouvidor* é a atual de nº 40 – *Casa da América e da China*.

Não me posso ocupar dos seus merecimentos américo-chineses (que aliás são muitos) nem estudar os motivos por que, vencendo de um salto o estreito de Behring, deixou-nos sem os produtos industriais do Japão, e foi com perigoso e muito maior salto firmar pé no império célebre do filho do sol.

Requeiro que o utilíssimo estabelecimento da *América* e da *China* se naturalize *japonês* também e passo a dar notícias do fundamento da celebridade justíssima dessa casa do atual nº 40.

Não sei em que ano do fim da primeira dezena do século que corre foi morar nessa casa *Luís Francisco Saturnino da Veiga*: certo é, porém, que de 1807 a 1810 esse homem, português de nascimento, profundamente religioso e de austeros costumes, aí se estabeleceu, abriu excelente escola de instrução primária, e nessa escola deu o ensino de primeiras letras e de noções da religião católica, creio que a todos os seus filhos e com certeza a *Evaristo Ferreira da Veiga*, um deles.

A casa da segunda infância e do berço literário de *Evaristo* deve ser patriótica e honorificamente respeitada, como o foi a casa de Píndaro.

Nos tempos em que vivemos, artificiando admirações em tributos de encomenda a *aves rasteiras* que no campo da política fazem *pequenos giros de moita em moita*, exaltemo-nos honrando a memória da casa que foi ninho da *águia altaneira* que em arroubos de patriotismo pôde e soube ir *face a face beber de Phebo as luzes*.

Para que algum severo crítico não ache de mau gosto, supondo minhas as imagens que sublinhei, declaro que elas são de Felinto Elísio, e portanto de ouro de lei.

Evaristo Ferreira da Veiga, que não foi doutor, estudou Latim, Francês, Filosofia e Retórica e creio que também um pouco de Inglês no Seminário de S. José, e não tendo mais que aprender aí, pois que não fora destinado ao sacerdócio, o pai que, aborrecido do magistério de instrução primária, abriu loja de livros na Rua da Alfândega, o fez seu caixeiro ou ajudante na loja.

Evaristo formou-se, doutorou-se por si na universidade da livraria do pai. Aprendeu sem mestre a língua italiana, História e Geografia, Ciências Sociais, Economia Política, e só não aprendeu a sabedoria do *bom-senso*, porque já nascera com ela.

Alguns anos depois abriu loja de livros própria, à Rua da *Quitanda*, quina da *Rua dos Pescadores* (atual do *Visconde de Inhaúma*). Em 1828 fez-se redator da *Aurora Fluminense* (e sem pedir licença a chefe político algum!!!).

Com a *Aurora Fluminense* criou o partido *liberal-monarquista* no Brasil.

De 1830 a 1837 (em que morreu com 38 anos de idade) foi deputado da Assembléia Geral Legislativa (e sem dependência nem bênção de *chefe*, de *tio* ou de *padrinho* político algum!!!).

O livreiro *pobre*, logo em 1830, foi influente liberal na Câmara.

De 1831 a 1836 foi grande chefe do partido moderado – o dominante: exerceu a maior e a mais patriótica influência na política do império, distinguindo-se sobre todos como a mais forte e pujante coluna da monarquia constitucional; fez ministros e nunca foi ministro, aconselhou nomeações de altos funcionários públicos e nunca teve emprego ou comissão lucrativa, nem empregou parente algum, salvou a ordem e mil vidas, e escapou, levemente ferido, a uma tentativa de assassinato a tiro de pistola; não desanimou por isso, prosseguiu em sua vida política de dedicação cívica e gloriosa, e quatro anos depois, exemplo admirável de todas as virtudes públicas e privadas, morreu deixando a esposa e filhas (todas dignas dele) em honradíssima pobreza!...

A vida de Evaristo foi a mais pura e a mais doce das harmonias.

Evaristo foi primeiro homem do seu tempo pela grandeza, pela honestidade, pela pureza, e pelos sãos e benéficos efeitos de sua influência política.

Evaristo é legendário.

Essa mesma casa da América e da China ainda nos oferece, embora não historicamente gloriosa, ao menos, porém, lembrança doce, mesmo porque é lembrança de senhores e de *doce*.

Antes do estabelecimento da confeitaria do *Carceller*, ocuparam o pavimento superior ou o sobrado daquela casa do atual número 40 três senhoras naturais da província de Minas, duas irmãs e uma sobrinha, que, ou por nome de família, ou da localidade do seu nascimento, eram chamadas *Paracatus*.

As senhoras *Paracatus* não deixaram, que me conste, nomeada de belas: se foram bonitas, creio que procederam de modo a não fazê-lo notar, o que não prejudica; antes abona a sua reputação; celebrizaram-se porém pela *doce* indústria, que souberam explorar.

Do sul ao norte e de leste a oeste da cidade do Rio de Janeiro, as senhoras *Paracatus* foram por unânime aclamação do povo declaradas e proclamadas primeiras inextinguíveis e incomparáveis *doceiras*.

As freiras da Ajuda então e ainda até os nossos dias tinham e mantiveram primazia em confecção de empadas e de pastéis; mas em doces secos e de calda foram completamente vencidas pelas senhoras *Paracatus*.

Os moços daquele tempo, septuagenários e octogenários de hoje, juram pela pureza e honra do seu paladar que as *Paracatus* ainda não foram igualadas, como doceiras, e a um desses velhos ouvi dizer, quase chorando de saudades:

– Ah! meu amigo! tudo é possível ao progresso do século, ainda mesmo em aperfeiçoamento de doces brasileiros; mas em *desmamadas*, como as das *Paracatus*, não! elas morreram sem deixar o segredo das *desmamadas*.

O certo é que não havia banquete de luxo, banquete de casamento, de batizado, ou de festa aniversária de ricos da cidade em que a *sobremesa* (o *desert*) não fosse preparada e fornecida pelas *Paracatus*.

CAPÍTULO 12

Como se continua a viagem pela *Rua do Ouvidor*, e depois de se considerarem de passagem os *ursos* de Mr. Cassemajou e o fronteiro *Profeta*, deixa-se de falar de uma casa onde reinaram quatro damas, nenhuma das quais era mulher; visita-se o *Hotel da Europa*, e aí se encontram saudosas lembranças do *Clube dos Radicais*, e o berço do *Clube da Reforma* com janelas para a *Rua do Ouvidor*. Como depois prossegue-se viajando além do encruzamento da *Rua da Quitanda*, sobre cuja denominação absurda se dizem coisas sapientíssimas, trata-se da casa do Dr. Berquó, o *ouvidor*, da qual poderia ter saído influência diabólica, se fosse bem fundada certa proposição do Dr. *Patroni*, que se transcreve: olha-se para a casa do *Jornal do Commercio*; não se entra porém nela por duas razões, que não são de cabo-de-esquadra; e finalmente contempla-se respeitosamente o *Grão-Turco*, último herdeiro da casa onde floresceram, com sucessiva glória, as lojas famosas dos – *Saisset – Wallerstein – e Masset – o antigo*, não faltando a esta algumas recordações romanescas.

Viajando agora pelo quarteirão que termina onde a *Rua do Ouvidor* é cortada pela *da Quitanda*, confesso-me em penúria de tradições e de notícias curiosas antigas.

Não tenho conhecimento de casas célebres nem de fatos memoráveis do *outro tempo*. Tudo que há notável é de ontem. Os dois *ursos*, o antigo e o moderno de Mr. Cassemajou, são *nossos contemporâneos*, e posto que o primeiro já tenha a idade exigida para ser senador, e o segundo esteja desde alguns anos emancipado, têm sido ambos até hoje da mais perfeita inocência, e o *Profeta* erguido quase defronte apenas profetiza que os *paletós* novos que vende hão de em breve tornar-se velhos.

Também não quero ser maldizente, aproveitando a passada, mas moderna celebridade de uma casa que foi riquíssima de episódios febricitantes e de comoções fortíssimas, e onde quatro *damas*, nenhuma das quais era mulher, inspiraram paixões, que fizeram sair depenados alguns infelizes.

Mas que provaria a história que deixo de referir? Apenas o que todos sabem, isto é, que não são somente as de *barato* as casas onde *muito honradamente* se depenam homens como se eles fossem galináceos.

Nada tenho com isso: não entra nas *Memórias da Rua do Ouvidor* o estudo das moléstias reinantes na cidade do Rio de Janeiro, uma das quais é essa, cujo nome não quero dizer, moléstia feia, corruptora da sociedade, e cujos sintomas mais perigosos para o doente são – *os palpites*.

Mas devo lembrar ao menos uma casa notável neste quarteirão: seja a primeira do lado esquerdo.

Tem ela três pavimentos, e abre portas e janelas para as ruas do *Carmo* e do *Ouvidor*.

Os dois pavimentos superiores são ocupados pelo *Hotel da Europa*, cuja entrada é pela *Rua do Carmo*, tendo outra que é de casa imediata e anexa na *Rua do Ouvidor*.

O *Hotel da Europa* foi durante anos considerado com razão, e ainda hoje tem presunções, de ser o primeiro ou o melhor hotel da cidade do Rio de Janeiro: atualmente continua a mostrar-se bom; conta porém alguns êmulos, que não merecem menos que ele.

Não creio que por isso deva ostentar-se orgulhoso; porque em *hotéis* a nossa capital está tão abaixo do que se encontra nas grandes cidades da Europa (já não falo dos Estados Unidos norte-americanos) e até em Buenos Aires, que o orgulho não seria admissível.

O que admira é que no fervor de mil empresas industriais ainda não aparecesse uma, e nem algum rico especulador que em seu proveito e do público dotasse a cidade do Rio de Janeiro com um hotel digno dela.

O *Hotel da Europa* tem outro louvável desvanecimento, ufanando-se de severo, e muito zeloso nas suas hospedagens. Sob esse ponto de vista é de fato preferível a muitos e a alguns *famosos*. É possível e mesmo provável que alguma vez tenha tomado a *nuvem por Juno*; ao menos, porém, esmera-se em livrar-se das nuvens, e basta isso para o seu crédito.

Em política, o *Hotel da Europa* é sempre do partido do freguês ou do hóspede que lhe chega; é sempre e ao mesmo tempo de todos os partidos, e em suas salas os liberais e os conservadores têm dado banquetes políticos, fazendo ecoar nelas os *brindes* e os vivas mais opostos.

Entretanto, é aos liberais que o *Hotel da Europa* tem mais servido, aliás sem preferência política.

Em uma das salas desse hotel, fundou o Sr. Senador Silveira da Mota em 1868 o seu *Clube dos Radicais*, e aí S. Ex^a, eloqüente e enérgico orador, e alguns outros *radicais* pronunciaram belos discursos, conversaram muito no sentido de suas idéias políticas em repetidas reuniões; esse *clube*, porém, acabou sem grande resultado de propaganda, mas com saudades profundas do hotel privado da excelente freguesia *radical*.

Meses depois de 16 de julho de 1868, isto é, da subida do partido conservador ao governo, e da dissolução da Câmara, os chefes liberais e muitos dos seus correligionários políticos criaram o *Clube da Reforma* com regulamento e caráter permanente, e o estabeleceram interinamente em uma das salas do *Hotel da Europa*, e ali, durante três meses, se reuniram todos os dias, entendendo-se sobre a direção da imprensa e da ação legal do partido em oposição.

No fim dos três meses o *Clube da Reforma* despediu-se do *Hotel da Europa*, que ainda mais dolorosas saudades sentiu; porque o freguês tão bom pagador, como o chefe dos *radicais*, pagava muito mais, tendo tomado sala não a preço de noite, mas por elevado aluguel mensal.

E o *Hotel da Europa* abandonado, ou deixado pelos *liberais*, e tendo tomado gosto aos *clubes* de propaganda política, esperou, mas esperou em vão por freguesia de *clube do partido conservador*, sem calcular que, estando este a dar as cartas no governo, não desceria a fazer *jogo* no *Hotel da Europa*.

Mas não é justo que deixemos na rua o *Clube da Reforma*.

Despedindo-se do *Hotel da Europa* foi esse *clube* florescer nos pavimentos superiores da casa nº... da Rua dos Ourives, onde muito deveu à solicitude e à dedicação do benemérito liberal e ilustre cidadão Dr. Manoel de Melo Franco, um dos membros da sua comissão administrativa.

Da Rua dos Ourives passou-se o *Clube da Reforma* para a casa nº... da Rua Sete de Setembro, e aí se acha e se mantém com o caráter de quartel-general do partido liberal do império.

Não me digam que o *Clube da Reforma* vem mal encaixado nas *Memórias da Rua do Ouvidor*: menos essa! ele teve o seu berço na *Rua do Ouvidor*, pois que a sala do hotel que lhe foi alugada abre suas janelas para essa rua, na qual também se fundou a *Reforma*, órgão principal do partido na imprensa, e importante gazeta diária, que não pode jamais esquecer o nome de Francisco Sabino de Freitas Reis, que mais que qualquer dos outros fundadores concorreu com a sua bolsa e com a sua direção administrativa para essa instituição do partido liberal.

Freitas Reis era homem de grande força de vontade e inteligente empreendedor: foi o primeiro brasileiro que se abalançou a propor-se a considerável empresa industrial na Europa, conseguindo tomá-la sobre si, formar companhia e dotar uma parte da famosa e esplêndida Paris com o notável melhoramento (já conhecido e apreciado então no Rio de Janeiro) do ferro-carril para carros urbanos de iração animada, a que chamamos *bondes*.

Freitas Reis ganhou boa fortuna com a sua empresa, e deixou seu nome de brasileiro lembrado honrosamente entre os empreendedores a quem a grandiosa Paris deve considerável beneficio. Infelizmente esse nosso compatriota, amigo e entusiasta do seu e nosso Brasil, acabou seus dias, ainda no vigor da idade, lá na capital da França, acometido de invencível moléstia pulmonar.

Se estas lembranças também são *amoladoras*, declaro que não sei o que sejam recordações que se devam guardar.

Em continuação de viagem o autor e os leitores destas *Memórias* entram pela *Rua do Ouvidor* acima no vasto mar imenso que se estende das quinas da *Rua da Quitanda* até à dos *Ourives*.

Mas de olhos voltados para trás ou com os olhos ainda fitos no ponto donde partimos a seguir viagem tomamos a liberdade de perguntar à *ilustríssima Câmara*, desde algum tempo maníaca crismadora de ruas, por que conserva essa denominação de Rua da *Quitanda*?...

Que espécie ou que diabo de *quitanda* há nessa rua tão destampatória, e desgraçadamente nomeada, que ainda no último século teve o seu primeiro quarteirão conhecido e, geralmente, chamado por nome obscuro, e só perdoável em heróicas desenvolturas da furiosa língua de Cambrone?...

Hoje, ao menos *no nosso tempo*, *quitanda* traz a idéia de comércio de verduras, comércio explorado principalmente pelas *negras minas*, que não se encontram na rua assim denominada.

Requeiro à *ilustríssima* que mude aquele nome para outro que a gente saiba o que significa.

Se quiser *nome republicano* eu lhe ofereço ou lembro um de dois:

Rua de *João Mendes Viana*, que foi Grão-Mestre da Maçonaria, republicano ostentoso e deputado, que aí teve casa de sua propriedade perto da quina da Rua Sete de Setembro.

Ou Rua de *Cipriano Barata*, deputado brasileiro na constituinte portuguesa, republicano, preso em 1824, e que saindo em 1829 da *Presiganga*, foi morar por meses nessa casa do João Mendes, seu amigo.

Se preferir nome de monarquista constitucional, dou-lhe o mais simbólico.

Rua de *Evaristo*, ou por já haver uma com essa denominação – Rua da *Aurora Fluminense*; porque Evaristo redigiu durante anos a sua *Aurora*, criou o partido monarquista constitucional puro, floresceu, glorificou-se enfim, morando e tendo a sua loja de livros nessa rua, quina da antiga dos *Pescadores*.

Eu iria ainda muito além, se não me lembrasse que não é pela *Rua da Quitanda* que devo viajar.

Eia, pois, a caminho!

Mas... uma dúzia de passos, e já é de obrigação parar.

Ao lado direito mostra-se a aliás já *marcada* casa tradicional, que o Dr. Berquó, o *ouvidor*, ocupou. Não convém repetir informações que deixei escritas no capítulo competente; quero porém expor uma observação que me ocorre.

Acredito que a mudança do nome de *Padre Homem da Costa* para *Ouvidor* não influiu nos destinos da *rua*, mas é ilícito imaginar que ela tomou em 1780 com orgulho profano o nome e a toga do magistrado.

Ora, em uma das sessões preparatórias da Câmara temporária, que em 1842 foi dissolvida *previamente* ou antes de constituir-se, Felipe Alberto Patroni Maciel Parente (um dos deputados eleitos pela província do Grão-Pará) em originalíssimo discurso declarou que não se prestara a seguir a magistratura porque em sua significação radical – *magistrado* quer dizer *diabo*.

Se o Dr. Patroni (que seja dito aqui entre nós era meio doido) tinha razão, deve-se concluir que a rua por onde viajamos, trocando a batina pela toga, o nome do sacerdote da igreja pelo do magistrado, *desviou-se* do caminho do céu, e abraçou-se com o *diabo*.

Não penso que desde 1780 a rua que então se chamou do *Ouvidor* (magistrado) se tornasse diabólica; mas com certeza dezenas de anos depois começou a ostentar, e cada dia vai ostentando mais, artes e laços que parecem mesmo tentações do não sei que diga.

Basta de casa do *Ouvidor Berquó*.

Olhem: ali defronte estamos vendo com os seus anexos a *casa do Jornal do Commercio*; nesta, porém, eu não toco, nem para lembrar ao menos *Seignot Plancher*, o primitivo e rude fundador do *Jornal* na Rua dos Ourives, publicado em meia folha de papel e em dias irregulares. Há nessa casa tradições, histórias políticas, casos curiosíssimos, que em mínima parte conheço bem, e que eu poderia contar sem inconveniente; mas em primeiro lugar aquilo lá dentro é maçonaria, na qual ninguém entra sem juramento de segredo, e, em segundo, não quero que se diga, nem se pense que artifício ornamentações e teço elogios de encomenda ao *Jornal* que publica estas *Memórias*.

O que asseguro é que o *Jornal do Commercio* é mais rico de segredos políticos do que o conselho de Estado, e do que todas as sete secretarias ministeriais, e que se quisesse falar e escrever dizendo o que sabe, falaria mais do que o finado Montezuma (Visconde de Jequitinhonha) falava, quando era vivo, e escreveria mais do que o Sr. Dr. Melo Moraes escreve enquanto não morre.

Como o *Jornal do Commercio* tem para mim por duas razões inscrita em sua porta o – *on ne passe pas* – da sentinela de Napoleão, passo adiante.

Um pouco além, quase em frente à *Rua Nova do Ouvidor*, e, portanto, outra vez do lado direito da do *Ouvidor*, vemos a atual casa do Grão-Turco, que não perde por falta da menção do número.

Hoje, depois da guerra de 1877 e 1878, em que a Rússia levou a Turquia ao extremo de exportar o fumo do sultão, e os cachimbos dos ulemás, e dos pachás, o *Grão-Turco* perdeu todo o seu prestígio na Europa e Ásia, e a *meia-lua* otomana ficou em perpétua fase minguante.

Antes, porém, dessa guerra deveras que só o *Grão-Turco* pudera ser herdeiro condigno das glórias da casa que conquistou, e que já era *triplicemente* famosa.

Eu disse *triplicemente*, e para mostrar os fundamentos da aplicação do advérbio basta-me declinar os nomes dos florescentes *lojistas franceses* que celebrizaram essa casa.

A começar de 1824 ali temos:

Loja de modas de Mr. *Saisset*:

Idem de Mr. *Wallerstein*:

Idem de Mr. *Masset* (o antigo).

O *Saisset* estreou-se auspicioso em 1824 (ou no fim de 1823), e foi arranjan-do fortuna; mas passados cerca de quatro anos, em que bateu moeda, veio-lhe inesperada adversidade da *formosura*, e do *vinho*.

Mme *Saisset* era lindíssima, conforme o testemunho dos seus jovens contemporâneos e hoje velhos choradores do passado; tinha, porém, a fraqueza de saber de mais que o era, e de gostar que a admirassem.

O *Saisset*, homem extremamente delicado no trato, de gênio brando e pacífico, e que muito se desvanecia da beleza da esposa, tinha também sua fraqueza; amava além de Mme *Saisset* o vinho de Borgonha, e às vezes depois do jantar mudava de caráter e tornava-se bulhento e arrebatado: isso não era sempre, era às vezes, conforme a quantidade do traiçoeiro Borgonha bebido.

O pior era que o *Saisset* quando se exagerava no culto de vinho nem sempre dormia e quando não dormia, ficava irascível, desatinado, e inconseqüente.

Foi um dia à noite, isto é, depois do jantar, o *Saisset* embirrou com a esposa, que estava diante de *grande espelho* a enfeitar-se com um *lindo toucado* que usava de predileção, e ele em demasias de Borgonha excedeu-se tanto, que encolerizado quebrou o espelho, e fez em casa tão escandaloso ruído que todos os vizinhos o julgaram perdido por ataque de loucura.

Poucos dias depois, muito vexado e constrangido, o *Saisset* teve de deixar a cidade do Rio de Janeiro, levando consigo a bela esposa, e saíram ambos barra afora

para a Europa; ele a maldizer do seu vinho brigão, e Mme Saisset a chorar o seu *espelho quebrado*.

Ao Saisset sucedeu na casa e nos fulgores das modas Mr. *Wallerstein*.

Que nome! Que prestígio!

O Saisset fora o Clóvis!

O *Wallerstein* foi o Carlos Magno da *Rua do Ouvidor*.

Ó loja do *Wallerstein*!... A lembrança dos seus primores faz ainda palpar corações, não de velhas, porque não há senhoras que o sejam, mas de senhoras que foram meninas e jovens durante o florescimento daquele gênio do *bom-gosto*, florescimento que perdurou desde o fim do Primeiro Reinado até além da coroação do Imperador o Sr. D. Pedro II.

Havia na *Rua do Ouvidor*, e em outras como a da Quitanda, lojas que vendiam sedas, leques, xales, etc., a preço de vinte, trinta, cinqüenta por cento menos do que se compravam iguais e algumas vezes inferiores na loja do *Wallerstein*; mas que importava isso?... não eram do *Wallerstein*!...

Se algum pai ou marido levava à *menina* ou à *esposa* com ar de triunfo o rico e lindo corte de vestido com ânsia esperado da pasmosa loja, a *menina* ou *esposa* exultava, achando-o admirável e eclipsador.

– Sim!... mas custou duzentos mil réis!...

(Era naquele tempo...)

– Pois não está caro... e disto só tem o *Wallerstein*.

Ainda bem!... mas esse corte de seda eclipsador saiu da loja do João Fernandes & C. por 110\$000.

Ah, boca que tal disseste!...

A *menina* ou a *esposa* dissimulava durante alguns minutos, depois examinava de novo a seda, e empurrando-a para o lado, fazia um momo desprezador, e murmurava desconsolada:

– Reparando melhor... nem por isso... parece antiga... é algum alcaide... vê-se logo que não é do *Wallerstein*!

Os pais e maridos mais ladinos não faziam confissão do estratagema, e as filhas e esposas às vezes ostentavam seus ricos vestidos de *Wallerstein* comprados na Rua da Quitanda, ou em lojas modestas.

Para brilhar a alegria na família bastavam duas inocentes mentiras: primeira, dizer que o corte de seda era procedente da casa de *Wallerstein*; segunda, ralhar exagerando a despesa feita: asseverando que custara duzentos mil réis, o que se comprara por oitenta ou cem.

Mas não havia pai nem marido capazes de iludir as filhas e as esposas da alta sociedade ou do proclamado *bom-tom*; essas eram intransigentes e escrupulosas freguesas do *Wallerstein*.

Era tal o furor de preferência dada à casa do *Wallerstein*, que em mais de um caso chegou a tocar à extravagância e ao ridículo.

Dou exemplo.

No ano de... (não quero expor-me à indiscrição marcando o ano), um deputado *novo* de alguma das províncias do Norte foi com a sua jovem e digna esposa à loja

do Wallerstein, e à escolha deste, e sem questão de preço, comprou-lhe o mais *distinto* corte de seda para vestido, com que a senhora deveria aparecer em próximo *baile diplomático*, e encarregou ao Wallerstein da escolha da melhor modista, e de todos os ajustes com esta, e foi nisso prontamente servido.

Tudo correu por conta e responsabilidade do famoso lojista, ditador da moda.

Não sei qual foi a modista preferida, mas ou por tardo reconhecimento de deficiência do corte de seda, e falta de fazenda igual, ou por imprudentes estragos de tesoura, a tal modista para completar um *dos panos da saia do vestido* dissimulou na barra, deste, e do lado esquerdo, uma emenda em forma de triângulo finfíssima e quase imperceptivelmente cosida, e ainda mais oculta por baixo de rendas e flores.

Nem Cristóvão Colombo que descobriu a América nos desertos do oceano seria capaz de descobrir aquela emenda coberta por flores e rendas na barra de um vestido.

A jovem provinciana não deu com o escondido defeito, e aplaudiu o seu vestido que lhe pareceu e era realmente distinto, e tão distinto que produziu no baile o mais lisongeiro efeito.

Mas por isso mesmo no fim de pouco tempo algumas senhoras com seus olhos perscrutadores fizeram a descoberta da quase invisível emenda triangular!!! e umas por inveja e outras inocentemente pediram à esposa do deputado explicações de semelhante novidade.

– Não sei, respondeu a senhora meio confusa, e corando vexada, não sei, o vestido veio-me do Wallerstein que escolheu a seda, a modista, e tudo dirigiu.

As curiosas ficaram como atônitas, ouvindo o nome do Wallerstein, e antes de terminar o baile, cada uma delas já achava graciosa a emenda triangular dissimulada entre rendas e flores; nenhuma, porém, confiou às outras a nova impressão que *aquela novidade* lhe causava.

Dez dias depois em outro baile, todas as curiosas apresentaram-se com riquíssimas *toilettes* trazendo bem visível ao lado esquerdo e junto à barra dos vestidos a emenda triangular: já porém exagerando a moda não só com a manifestação e com proporções maiores da emenda, mas também porque esta como negligentemente feita repuxava com pequenos arregaços a barra do vestido, de modo a deixar ver a ponta do sapatinho de cetim do pé esquerdo.

– Que extravagante e feia moda é aquela? perguntavam algumas senhoras.

– É fantasia... *é emenda triangular à Wallerstein*: respondiam outras já informadas.

No dia seguinte, o Wallerstein foi obrigado a responder a numerosas interpelações, e a *emenda triangular* caiu no ridículo.

Em 1841, por ocasião das festas da coroação do Imperador, o Wallerstein rega lou-se; todos os seus *alcaldes* saíram da loja e fizeram farofa, como últimas modas de Paris *da loja do Wallerstein*.

Algum tempo depois, Mr. Wallerstein, o Napoleão da moda e da elegância sem Waterloo imaginável, farto de áurea colheita, e no apogeu da glória dos *altos preços*, bateu as asas, e foi-se do Rio de Janeiro.

Le roi est mort: vive le roi!...

A casa mudou de nome e chamou-se *Masset*.

A loja *Masset* estreitou-se com a herança do brilho e da fama do Wallerstein, mas aos poucos teve competidores de importância, e não pôde manter por muito tempo a primazia inabalável que gozara a do antecessor.

Ainda assim a loja *Masset* (a antiga), aliás sempre considerável, me daria assuntos curiosos para encher algumas páginas destas Memórias; mas houve *Masset* – o antigo, e há *Masset* moderno; a *antiguidade* do primeiro é *jovem*, como o dia de ontem, e a *modernice* do segundo é como menina, que hoje ainda faz travessuras, e portanto contemporâneas, ambas não devo nem quero ofender a modéstia da *jovem*, nem entender com a menina traquina.

Nas *Memórias da Rua do Ouvidor* sou e hei de ser cabeleireiro que só penteia cabelos brancos, quando não faz toucados para defuntos.

E apenas em frente da atual casa do *Grão-Turco* reparo agora que este capítulo já se alongou demais, e que é indispensável interromper a viagem que estou fazendo com os meus pacientes leitores.

Ancoremos aqui por hoje.

CAPÍTULO 13

Como em continuação da viagem pela *Rua do Ouvidor*, mostra-se a casa que foi – *loja de perfumarias de Mr. Desmarais*, lembram-se muitas das suas maravilhas e modas de penteados – *trepá-moleque, a romântica estrada da liberdade*, etc., e diz-se como o sobrevivente dos dois velhos *Desmarais*, retirado dos negócios, se conserva ainda robusto e sempre simpático e alegre, e é hoje o mais hábil dos amadores de pescaria de caniços nos mares de Niterói, o que faz suspeitar benigno influxo dos espíritos das belas pescarias da *Rua de Aleixo Manoel*. Cumprimenta-se de passagem ao Sr. Bernardo Ribeiro da Cunha. Como a *propósito* das perfumarias da *Rua do Ouvidor* incorre-se no *despropósito* de falar dos antigos *tigres* que a frequentavam de noite; referem-se aos infortúnios ridículos de um inglês e de um estudante de Medicina; mencionam-se algumas reformas que houve em matéria de despejo até a inexcusável perfeição da *City Improvements*. O autor arrepende-se do assunto de que por último tratou, e, desapontado, fica no *canto*.

Um caminhante, homem de experiência, dizia aos companheiros de jornada: “*devagar, que eu tenho pressa*”. Eu não digo o mesmo aos meus leitores, porque em viagem pela *Rua do Ouvidor* não há meio de andar depressa.

Uma dúzia de passos além da casa do *Grão-Turco* já é força parar em frente da de nº 84, onde ainda no ano passado (1877) se achou instalado nada menos que o *Globo*, e agora se acha o *Economista*.

Aí *outrora*, isto é, há mais de meio século, floresceu, ou *rescendeu*, a primeira loja de perfumarias de que tenho notícia na *Rua do Ouvidor*.

Contemporânea da casa de modas do *Saisset*, ainda hoje é lembrada por celebridade cheirosa e simpática a de perfumarias do *Desmarais*.

Eram dois irmãos os *Desmarais*, um, o mais velho, e primeiro chefe da casa, deixou no Rio de Janeiro prole de esmerada educação, mas pouco afortunada; o outro, sucessor do primeiro, vive ainda sem prole e sem fortuna, e Deus lhe prolongue a vida, porque mesmo sem ter loja de perfumarias, como dantes, conserva tanto *cheiro de bondade* que é realmente um velho atrativo.

A loja de perfumarias *Desmarais* teve no seu gênero a glória e a primazia de que gozou a do *Wallerstein*; exerceu o governo e fez o encanto do nariz, dos cabelos, e das barbas da cidade do Rio de Janeiro; introduziu os preciosos segredos que *carbonizam* a neve que a idade derrama sem piedade sobre as mais graciosas cabeças; acabou com as últimas e mais pertinazes cabeleiras apolvilhadas e de rabicho, substituindo-as por melhores e dissimuladas cabeleiras em favor dos calvos, e em socorro de belezas descabeladas; por força de lógica reformadora, abolindo o polvilho, não ousou ou não soube então explorar o *pó-de-arroz* simples ou composto, mas em compensação brilhou em apuros do *nacar*, e até ganhou não pouco dinheiro em *moscas*.

Loja prodígio!... tornou como redivivos em *moças vivas* cabelos de *moças defuntas*, e deu às *moças* já velhas o condão de deixar em sua passagem e em seus vestígios suaves odores de juventude.

Essências, sabonetes, escovas, suavíssimas esponjas, adornos de toucador, vidrinhos de cheiro, espelhos, bonecas, cabelos anelados, etc., só as do *Desmarais*, a que, eu o creio, chegavam encomendas até de Goiás e de Mato Grosso.

O que a loja *Desmarais* ganhou em *penteados* durante algum tempo depois de 1830 só o podem calcular aqueles que se lembram das cabeças, não me atreverei a chamar *monstruosas*, mas chamarei *monumentais* das senhoras do *melhor tom*.

Eram *penteados enormes* em torno de *penteados* que os excediam, e tanto, e tanto que o povo eloquente nas denominações que inventa e impõe, fê-lo chamar *penteados e penteados de – trepa-moleque –* para indicar a sua altura.

A loja *Desmarais* fartou-se de vender os seus – *trepa-moleques!* – de palmo e meio de altos.

A moda dos *trepa-moleques* coincidiu com a dos vestidos chamados de *mangas de presunto* pela semelhança da forma, aliás exagerada, com a dos *presuntos de Lamego*, de modo que as senhoras ostentavam então pequenos e irregulares ba-lões aerostáticos por mangas de vestido, e o mundo da lua por toucado.

Sou de opinião que as mimosas jovens elegantes da atualidade não seriam dos *trepa-moleques* e das *mangas de presunto* daquele tempo, para não dar direito às suas herdeiras de elegância a rirem-se dos vestidos *ultransegados* e dos *puffs ocidentais* das penúltimas e últimas modas.

Dos irmãos *Desmarais* o mais velho retirou-se do comércio, preferindo ocupar-se da educação dos filhos a continuar na exploração das perfumarias.

O *Desmarais*, irmão mais moço, ficou dirigindo a casa com inteligência e natural amabilidade.

No tempo do seu florescimento houve revolução nos bigodes e nos cabelos dos homens; porque logo depois de 7 de abril de 1831 foram *banidos* os bigodes dos militares, o que deu por certo mais trabalho aos barbeiros, não porém aos cabeleiros do *Desmarais*.

Cerca de quatro anos depois introduziu-se vinda de França a moda dos cabelos longos e *penteados* em torno da cabeça; não à *Voltaire*, como alguns chamavam, mas precisamente à *romântica*.

Em França tinha essa moda certo interesse, pois que era usada pelos cultivadores e apaixonados da escola romântica no teatro e no romance. No Rio de Janeiro não se observou semelhante significação literária; mas os cabeleiros do *Desmarais* tiveram de pentear diariamente cabelos à romântica em dezenas de cabeças, porque a moda fez furor entre os estudantes, os moços, e até entre alguns velhos, muitos dos quais se entregavam pacientes à longa aplicação do ferro quente para se encrespem os cabelos.

E não se admirem de semelhante paciência em homens, pois que havia jovens vaidosos, afeminados tufuis, que dormiam com os cabelos em papelotes, como as senhoras às vezes praticam!...

O Desmarais achava tudo isso muito ajuizado, porque vendia óleos, banhas e cosméticos a fartar; e, ainda mais, quando a moda foi modificada pela *estrada da liberdade*, que separava os cabelos até o alto da cabeça em duas partes principais, sendo a do lado esquerdo desproporcionalmente menor, exceto nos tafuis afeminados e de pior gosto, que usavam a divisão dos cabelos em duas partes iguais, como as senhoras em alguns penteados.

E fiquem sabendo os mancebos de hoje, a *estrada da liberdade* exigia perfeição matemática em sua linha reta, e bem visível a *largura* relativa da *estrada*, de modo que esta era em muitas cabeças não só aberta pelo pente, como ainda *construída* pela navalha do cabeleireiro.

Os cabelos à *mal-content* ou à *escovinha* começaram a usar-se naquele mesmo tempo; mas tiveram pouca voga.

Depois de 1850, cansado de trabalhar, e já então com a antiga preferência conferida à sua loja de perfumarias e de cabeleireiros habilmente disputada por competidoras iguais e com o prestígio da novidade, o Desmarais não querendo ser João Fernandes onde fora César, também deixou o comércio; mas recolhendo-se à vida privada, não quis deixar o Rio de Janeiro.

Em regra geral os negociantes franceses, estabelecidos no Brasil, ou pelo menos no Rio de Janeiro, mais conhecido nosso, têm aqui as cabeças que calculam, os braços que trabalham, infatigável atividade que duplica o tempo, e zelosa economia que multiplica o capital, mas não arredam da França a alma que lembra, o coração que ama e a esperança de gozos de futuro no seio da pátria. Não lhes quero mal por isso. Preferem a todos os países o seu país. Se isso é pecado, eu por mim sou pecador como eles.

Mas sempre é doce e grato à terra hospitaleira ver prender-se a ela o estrangeiro que a achou donosa e como boa amiga, ou amorosa mãe adotiva.

Simpática exceção (e nem é a única) daquela regra francesa, a família Desmarais ficou, ou toda ou quase toda, no Brasil, e é digna dele.

E o velho, que foi o *Desmarais* irmão mais moço, lá está hoje infelizmente menos afortunado, mas sempre ativo, suave, agradável e brincador em doce ninho no bairro de S. Domingos, cidade de Niterói.

Já é septuagenário o simpático Desmarais, robusto, porém ativo, diligente, alegre e espirituoso conversador; se fosse mulher, estaria em seu direito dissimulando quinze anos.

Os únicos entes que com justíssima razão poderiam, se não fossem mudos, dizer mal e muito mal dele, seriam os peixes daquele mar que banha o bairro de S. Domingos e de Icaraí.

Lá, em horas oportunas, que magistralmente conhece e determina, o velho *Desmarais*, de caniço ou de linha em punho, e com o saco ou embrulho de estudadas iscas ao lado, vai à ponte das barcas, às pedras do Gragoatá, ou a outros sítios de sua escolha, e anzóis ao mar, espera com verdadeira paciência de pescador, e como o devoto mais fiel de S. Pedro o fruto das iscas que lança na água.

O mais famoso entre os amadores da pesca em Niterói, ele ainda nos dias menos felizes tem o segredo de recolher boas *corococas*; mas é curioso vê-lo jubiloso, quando lhe traz o anzol alguma garoupinha, e entusiasmado ao pescar um robalo.

Este amor de pescaria deliciando em sua velhice o Desmarais, célebre iniciador das lojas de perfumarias na *Rua do Ouvidor*, quem sabe, se não é mágico e benéfico influxo dos espíritos das primitivas e belas pescadoras do mar, defronte do qual começava a *Rua de Aleixo Manoel*?...

Ainda uma última recordação da casa de Mr. Desmarais: foi dela, onde era caixeiro, que saiu doutor de borla e capelo em perfumarias o Sr. Bernardo Ribeiro da Cunha, para estabelecer loja própria, que todos conhecem e que ficava do mesmo lado e muito vizinha daquela.

Que de tal pai tal filho se esperava.

Não quero ocupar-me das perfumarias, dos cabeleireiros e dos mil artefatos e artificios da loja do Bernardo, porque ou por incontestável direito de idade, ou por magaduras da casa, ele ainda não se dignou envelhecer, e, continuando a florescer, não entra no número dos *representantes do passado*.

Mas a loja do Bernardo tem uma condição especial que devo mencionar, como informação deixada a futuros indagadores de costumes e de curiosidades do nosso tempo.

A loja consta de sala de perfumarias, sala de cabeleireiros e de cortar cabelos, e sala instituição extracomercial, discretamente recolhida no fundo da casa.

Na primeira sempre e às vezes na segunda é constante e livre e como que pública a freguesia de conversadores políticos, economistas, diplomatas, etc., e o Bernardo não precisa dizer quem nelas está, porque todos vêem.

Na última, na discreta, se alguns pedem para conferenciar particularmente nela, o Bernardo os introduz, retira-se, e com a maior inocência deste mundo, se é interrogado, ignora sempre que haja alguém *lá dentro*.

E pelos diários e sucessivos conversadores não-dissimulados, e pelos conferenciadores da sala *extramuros* comerciais a loja do Bernardo é uma caverna acústica, onde se ouvem os ecos de todas as notícias políticas, industriais, bancárias, científicas, literárias, teatrais, *et coetra*, quer verdadeiras, quer falsas; é o prodigioso óculo de alcance pelo qual se vê tudo, e ainda mesmo o que não existe.

Na loja do Bernardo ouve-se de véspera o que no dia seguinte se lê na *Gazetilha do Jornal do Commercio*, e nos *noticiários* das outras folhas diárias, e o muito mais inexato, que a imaginação inventa, e a credulidade espalha.

Em regra o Bernardo deixa falar, e não escuta; e ainda que ouça, não fala, e sou capaz de jurar que ele faria entrar na mesma manhã um depois do outro na sua sala discreta o *Ganganelli* para conferenciar com alguns dos seus excomungados, e o *redator do Apóstolo* para explicar a política do Vaticano aos cônegos da capela imperial.

Mas em relação à filosofia positiva das lojas de perfumarias o Bernardo começou a florescer em época de competência e de concurso de êmulas.

As lojas de perfumarias e de cabeleireiros a elas anexos aumentaram em número na *Rua do Ouvidor*.

O Bernardo teve ao lado direito, e quase defronte, lojas rivais, e além abaixo e acima outras competidoras.

A *Rua do Ouvidor* contou diversas lojas de perfumarias, e, por conseqüência, devia ser a rua mais cheirosa, mais perfumada entre todas as da cidade do Rio de Janeiro.

E todavia não o era!...

Com efeito não havia nem há rua mais opulenta de aromas, de perfumes, de pastilhas odoríferas, de banhas e de pomadas de ótimo cheiro; mas tudo isso encerrado em vidrinhos, em frascos e em pequenas caixas bonitas que mantinham e mantêm a *Rua do Ouvidor* tão inodora como as outras de dia.

Atualmente de noite observa-se o mesmo fato.

Naquele tempo, porém, isto é, nos tempos do *Desmarais*, e ainda depois, a *Rua do Ouvidor* era de noite e principalmente das oito horas em diante horrivelmente mal cheirosa.

Época dos *tigres*.

Então o mais fétido e nauseabundo despejo das casas se fazia em *barris* não tampados que escravos e negros africanos do ganho levavam ao mar, e a *Rua do Ouvidor*, de fácil e reta comunicação com a praia, era uma das mais freqüentadas pelos condutores dos repugnantes *barris*, das oito horas da noite até às dez.

A esses *barris* asquerosos o povo deu a denominação geralmente adotada de – *tigres* – pelo medo explicável com que todos fugiam deles.

Esse ruim costume do passado me traz à memória informação falsa e ridícula que li, e caso infeliz e igualmente ridículo, de que fui testemunha ocular e *nasal* em 1839, no meu saudoso tempo de estudante.

A informação é a seguinte:

Um francês (*viajante charlatão*) passou pela cidade do Rio de Janeiro, e demorando-se nela alguns dias, ouviu dos patrícios da Rua do Ouvidor queixas dos incômodos *tigres* que freqüentes passavam ali de noite. Sábio e consciencioso observador que era, o viajante tomou nota do fato, e poucos anos depois publicou, no seu livro de viagens, esta famosa notícia:

“Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, feras terríveis, os tri-grades, vagam, durante a noite, pelas ruas, etc., etc.!!!”

E é assim que se escreve a história!

O caso que observei foi desastroso, mas de natureza que fez rir a todos.

Pouco depois das oito horas da noite, um inglês, trajando casaca preta e gravata branca...

Entre parênteses.

Em 1839 ainda era de uso ordinário e comum a *casaca*; o reinado de *paletó* começou depois; muitos estudantes iam às aulas de casaca, e não havia senador nem deputado que se apresentasse *desacasacado* nas respectivas Câmaras: o *paletó* tornou-se eminentemente parlamentar de 1845 em diante.

Fechou-se o parênteses.

O inglês de chapéu de *patente*, casaca preta e gravata branca subia pela *Rua do Ouvidor*, quando encontrou um negro que a descia, levando à cabeça um *tigre* para despejá-lo no mar.

O pobre africano ainda a tempo recuou um passo, mas o inglês que não sabia recuar avançou outro; o condutor do *tigre* encostou-se à parede que lhe ficava à mão direita, e o inglês supondo-se desconsiderado por um negro que lhe dava passo à esquerda pronunciou a ameaçadora palavra *goodemi*, e sem mais tir-te nem guar-te honrou com um soco britânico a face do africano, que, perdendo o equilíbrio pelo ataque e pela dor, deixou cair o *tigre* para diante e naturalmente de boca para baixo.

Ah! que não sei de nojo como o conte!

O *tigre* ou o barril abismou em seu bojo o chapéu e a cabeça e inundou com o seu conteúdo a casaca preta, o colete e as calças do inglês.

O negro fugiu acelerado, e a vítima de sua própria imprudência, conseguindo livrar-se do barril, que o encapelara, lançou-se a correr atrás do africano, sacudindo o chapéu em estado *indizível*, e bradando furioso:

– Pegue ladrão! pegue ladrão!...

Mas qual – *pega ladrão!* – todos se arredavam de inocente e malcheiroso negro que fugia, e ainda muito mais do inglês, tornado *tigre* pela inundaçãõ que recebera.

Era geral o coro de risadas na *Rua do Ouvidor*.

O inglês, perdendo enfim de vista o africano, completou o caso com um remate pelo menos tão ridículo como o seu desastre. Voltando rua acima, parou em frente de numeroso grupo de gente que testemunhara a cena, e ria-se dela.

Ainda hoje o estou vendo; o inglês parou, e sempre a sacudir o chapéu olhou iroso para o grupo e disse, mas disse com orgulhosa gravidade britânica:

– Amanhã faz queixa a ministro de Inglaterra, e há de ter indenizaçãõ de chapéu e de casaca perdidas.

Ah! eu creio que então a melhor das risadas que romperam foi a minha gostosa, longa e repetida risada de estudante feliz e alegre.

É inútil dizer que não houve questãõ diplomática. A Inglaterra ainda não se tinha feito representar no Brasil por *Mr. Christie*, o único capaz (depois do jantar) de exigir indenizações do *chapéu e da casaca* que o patrício perdera.

Não foi este único desastre que os *tigres* ocasionaram, foram muitos e todos mais ou menos grotescos, e sei de um outro (além do da encapelaçãõ do inglês) ocorrido na Rua do *Cano* hoje *Sete de Setembro*, que de súbito desfez as mais doces esperanças do casamento inspirado e desejado por mútuo amor.

O namorado era estudante, meu colega e amigo; estava perdidamente apaixonado por uma viúva, viuvinha de dezoito anos, e linda como os amores.

Uma noite, a bela senhora estava à janela, e à luz de fronteiro lampião viu o namorado que, aproveitando o ponto do mais vivo clarão iluminador, lhe mostrava, levando-o ao nariz, um raminho de lindas flores, que ia enviar-lhe, quando nesse momento o cego apaixonado esbarrou com um condutor de *tigre*, e, embora não encapelado, foi quase tão infeliz como o inglês.

O pior do caso foi que a jovem adorada incorreu no erro quase inevitável de desatar a rir, e logo depois de fugir da janela por causa do mau cheiro de que se encheu a rua.

O namorado ressentiu-se do rir impiedoso da sua esperançosa e querida noiva; amoroso, porém, como estava, dois dias depois tornou a passar diante das queridas janelas.

Novo erro: a formosa viúva, ao ver o estudante, saudou-o doce, ternamente, mas levou o lenço à boca para dissimular o riso lembrador de ridículo infortúnio.

O estudante deu então solene *cavaco*, e não apareceu mais à bela viuvinha.

Um *tigre* matou aquele amor.

Com efeito, amor todo cheio de poéticos sonhos não podia resistir à realidade fatal da materialíssima influência ridícula do *tigre*.

O estudante, noivo já infeliz antes de casado, não quis expor-se aos risos da noiva ainda depois do casamento.

E o *tigre* foi causa de morrer *viúva*, e de morrer *solteiro*, ambos precocemente, aquele par de ternos namorados.

A edilidade do Rio de Janeiro lembrou-se enfim de banir os *tigres*.

Mas não pensem que lembrar, querer e conseguir fosse obra de poucos dias, ou *fiat* de enérgica vontade.

Primeiro houve horas marcadas para o saimento e despejo dos *tigres*, e praias determinadas e exclusivamente concedidas para o despejo deles.

Depois usaram para os despejos barris que pelo menos se proclamavam *hermeticamente fechados*, e depois carroças conduzindo em grandes caixas tampadas aqueles mesmos barris.

Finalmente veio como último e inexcedível melhoramento o *City Improvements* com os seus esgotos subterrâneos; não ponho em dúvida a excelência do sistema, nego, porém, que tenha sido preceitosamente executado no Rio de Janeiro. Com certeza a *City Improvements* não é hermeticamente fechada; freqüentemente *respira* malefícios nas casas, e nas ruas da cidade, faz então lembrar o tempo dos *tigres*, e, honra lhe seja feita, em tais casos a *City Improvements* é *tigre* colossal.

Os tifos e as febres perniciosas têm muito que agradecer aos evidentes defeitos do tal sistema subterrâneo que espalha miasmas subterrâneos.

Até onde me levou a história dos *tigres*! e que contraste, quando eu tratava das perfumarias da *Rua do Ouvidor*!...

Pois não vou adiante.

Eu tinha ainda muito que referir da história antiga deste quarteirão da *Rua do Ouvidor*; tinha mesmo um pequeno romance de outro estudante que andava diariamente e sempre com o relógio atrasado para ter o gosto de acertá-lo por pêndula que não claudicava; até que uma vez, quando o estava acertando, espirrou inesperadamente e quebrou o relógio sem nunca ter podido adiantá-lo.

Mas estou aborrecido do ruim e feio assunto de que acabei de ocupar-me e suspendo ou interrompo a viagem, ficando no canto da *Rua dos Ourives*.

O meu desapontamento é tal que *fico no canto*.

CAPÍTULO 14

Corno além da quina da Rua dos *Ouvides* temos logo de parar na do *Ouvidor* em face da casa nº 89, onde morreu este ano o *Diário do Rio de Janeiro*, órgão do partido conservador, e outrora batia moeda *Mme Joséphine*, a mais célebre das antigas modistas: fala-se muito do passamento do *Diário* e da tesoura de *Mme Joséphine*, e logo depois estacamos diante da casa nº 403 não para comprar *máquinas americanas de costura* que hoje ali se vendem, mas para lembrar a loja de *Mme Finot*, célebre florista; avivam-se recordações de coisas passadas há mais de trinta anos, e entre elas a de um lamentável *amor anacrônico*. Como enfim se conclui este capítulo, lembrando as *fundas* do velho *Vannet*, a *livraria* e a *buzina* do *Albino Jordão*.

No Brasil ninguém morre enquanto não morre deveras de moléstia *física* e desaparecendo na cova do cemitério.

Só assim, com esses testemunhos de óbito por que tem-se visto muita gente moralmente morta que de um dia para outro reaparece viva sem que se saiba como, nem por quê.

No comércio isso já é trivial, e em política sedição.

Não admira, pois, que eu que, graças a Deus, nunca morri, e apenas no último capítulo acabei metendo-me no *canto* por muito vexado, hoje me desencante sem vexame algum para continuar a minha viagem pela *Rua do Ouvidor*.

O *canto*, onde fiquei com os meus companheiros de viagem do capítulo antecedente, foi o da Rua dos *Ouvides*, e agora, passando além dela para seguir viagem, temos já de estacar por alguns minutos defronte dessa casa antiga de dois pavimentos, do lado esquerdo, e de atual nº 89.

Aí morreu este ano o *Diário do Rio de Janeiro*, uma lâmpada que se apagou por falta de azeite.

Eu estava no meu direito escrevendo a sua necrologia e lamentando de coração a moléstia que o matou, mas o *Diário do Rio de Janeiro* podia bem zombar de mim, dando novo exemplo daqueles mortos de que falei, e que de súbito reaparecem vivos.

Declaro que desejo e que havia de aplaudir a revivificação do *Diário*, que viria demonstrar a vitalidade do partido conservador de que ele foi órgão nos últimos anos.

Tenho-me por liberal de boa escola e por isso mesmo reputo necessário no nosso sistema de governo e contrapeso do partido conservador.

O fato de suspender sua publicação, o *Diário do Rio de Janeiro*, e de ficar na capital do império sem órgãos de imprensa, o partido conservador logo depois da sua queda do governo e de perder conseqüentemente a influência oficial não é airoso para ele, e é de grande inconveniência para os negócios públicos.

O partido liberal, quando em 1868 saiu do governo, fundou imprensa mais forte e mais influente do que tivera na capital durante os cinco anos em que estivera no poder.

Não vai nestas poucas palavras idéia de agressão ou de dissimulada injúria ao partido conservador, ou à sua imprensa de lâmpadas que se apagaram por falta de azeite; o que vai é simples estímulo para despertar o seu patriotismo; porque a fiscalização oposicionista e a luta generosa dos partidos políticos na imprensa são indispensáveis à marcha regular do sistema representativo.

No governo constitucional a censura apaixonada, e ainda mesmo violenta e injusta, é mil vezes preferível ao silêncio sepulcral da imprensa da oposição.

O *Diário do Rio de Janeiro* não devia ter morrido, e tanto mais que sua redação acetinada honrava o partido, cujos interesses políticos defendia.

Mas quem me mandou intrometer em coisas políticas capazes até de tornar *impolítica* e anárquica esta viagem pela *Rua do Ouvidor*, que estou fazendo fraternalmente com liberais, com conservadores, com republicanos e até com o *Apostolo* e com o *Gariganeli*?

É preciso emendar a mão, e aí mesmo sem arredar os olhos dessa casa tradicional hoje de nº 89.

Número 89!... é verdade: foi erro do *Diário*, órgão conservador, tomar posto em teto desse número 89, que recorda a data mais anticonservadora e mais revolucionária de França e do mundo.

Outra escorregadura para a política!... agora juro corrigir-me de uma vez para sempre.

Tratemos de coisas sérias.

Nessa casa do atual número 89 fazia há mais de meio século, e durante muitos anos cortou e fez vestidos, toucados e enfeites de finíssimos tecidos, *mademoiselle*, depois Mme *Joséphine*, a mais antiga e a mais famosa modista da *Rua do Ouvidor*.

Ainda depois da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 e até 1816 pelo menos, as senhoras da corte e das famílias ricas tinham criadas e escravas *costureiras*, e, em geral, as senhoras tinham seus vestidos ou os mandavam fazer por *costureiras* de profissão; mas todas portuguesas ou brasileiras.

De 1810 a 1816 ou pouco além deste ano houve, entre outras ignoradas, duas irmãs muito procuradas como habilíssimas *costureiras*: eram do Brasil e moravam na *Rua do Fogo*, hoje dos *Andradas*, e perto do então chamado *Largo da Sé*: sei os seus nomes; julgo, porém, que não me é preciso decliná-los.

O certo é que *modista* foi planta nova e *francesa* que por ventura já se cultivava em outras ruas, quando em 1823 ou em 1824 começou a predominar na *Rua do Ouvidor* Mlle *Joséphine*.

Não posso determinar precisamente o ano da revelação dessa celebridade: Mlle *Joséphine* foi talvez a primeira, e com certeza uma das primeiras que marcaram a época da *hégira* das francesas para a *Rua do Ouvidor*.

Mlle *Joséphine* foi a modista da primeira imperatriz do Brasil, e, *portanto*, de todas as senhoras da corte, e, *portanto*, de quantas outras senhoras tinham pais e maridos dispostos a pagar freqüentemente a habilidade e a fama da *modista*, cuja tesoura de imperial predileção *cortava cara e desapiadadamente*.

E por isso mesmo era célebre, e a melhor possível, e a mais desejada, a tesoura da incomparável *Joséphine*.

A casa da modista começara com a denominação de *Mlle Joséphine*; casando-se, porém, esta algum tempo depois com Mr. *Quelque Chose*, já era tanta e tão proveitosa a fama do nome da *modista*, que mulher e marido acordaram em conservá-lo na designação da loja, que ficou denominada de *Mme Joséphine*.

Eclipse do marido que com espirituoso materialismo reconheceu quanto o nome da esposa valia mais do que o seu na grande realidade da vida.

E por isso mesmo, na ignorância do nome do marido eclipsado, eu o chamei acima Mr. *Quelque Chose* que em bom português se traduz por – *ilustríssimo senhor Coisa Nenhuma*.

Em compensação Mme Joséphine foi grande coisa, e no seu tempo não houve modista que retalhasse mais fazendas e ganhasse mais dinheiro; e ela era mais do que intérprete fiel das modas de Paris, era a própria moda.

Raramente e só obrigada determinava ou ajustava o preço do vestido que devia fazer; com o seu português afrancesado costumava dizer: “*Sou artista e ainda tenho de imaginar a minha obra: como hei de marcar o preço do vestido que vai sair das inspirações que eu tiver?...*”

Não se resistia à modista que considerava o vestido que cortava e enfeitava como poema ou painel da sua tesoura.

A *Rua do Ouvidor* não pode esquecer e deve honrar a memória de Mme Joséphine, que foi *matriarca* das modistas francesas.

Se a *Rua do Ouvidor* quiser algum dia ter as *suas armas*, não pode adotar melhor emblema do que a *Tesoura*; mas precisamente a *Tesoura de Mme Joséphine*.

Rica e saudosa da França, a famosa *modista* depois de longos anos de trabalho e de economias deixou o Rio de Janeiro, e lá na pátria tomou o nome do marido, ficando por sua vez *eclipsada*, e perdendo a sua *autonomia*. Asseveram-me que em Paris Mme Joséphine acabou pobre e muito triste por história de *eclipse*.

Pouco adiante da casa nº 89 temos que demorar-nos de novo, considerando a de nº 95, placa, que é atualmente *Depósito de Máquinas Americanas de Costura*.

Por mais interessante que sejam as tais *máquinas*, a casa nº 95 só me fará recordar a *Loja de Flores* de Mme Finot, uma outra das glórias passadas da *Rua do Ouvidor*.

Mme Finot (que por sinal era *finíssima*) floresceu (e não havia de florescer, sendo *florista*) ainda além do ano de 1850, tendo sido contemporânea, e no seu gênero igualadora da fama de Mme Joséphine.

Mme Finot, a sacerdotisa do seu templo de flora, fabricava e vendia flores, ramalhetes, capelas e outros tecidos e obras de flores artificiais; mas, servindo a encomendas feitas, compunha lindos e elegantes ramos de flores naturais, incumbindo-se de comprá-las quando isso lhe pediam e ganhando na incômoda comissão modestíssimo lucro de duzentos ou trezentos por cento.

Se ela era *finíssima!*

Em honra dos *objetivos* ninguém discutia o preço das flores naturais.

Entre os seus numerosos fregueses Mme Finot contava indefectivelmente no mês de dezembro com todos os jovens doutorandos da escola de Medicina, para os quais preparava *muitas dezenas* de ramos de 100 e 200 cravos naturais ornados de

canotilhos, pois que então era de costume no ato solene do recebimento do grau oferecerem os novos doutores ramos de cravos aos lentes de sua predileção.

Este costume acabou, ou porque Mme Finot entendeu que eram de prata de lei os seus canotilhos, e rubis os cravos que enramava, ou porque alguns lentes da escola menos simpáticos acharam espinhos na festa de flores.

Em 1844, e ainda em 1845, Mme Finot não achou flores que lhe bastassem nos jardins da cidade, e fez de sua loja ativíssima *casa de moeda*, emitindo cravos, rosas, violetas, cravinas, etc.

Em 1843, estreara-se na cidade do Rio de Janeiro uma pobre companhia de ópera italiana, e nela a jovem cantarina, a *Candiani*, a quem faltava muito a arte, mas que positivamente possuía a voz mais doce e comovente que se tem ouvido no nosso teatro de canto.

A *Candiani*, que tinha açúcar nos gorgomilos, fez furor.

No ano seguinte, 1844, improvisaram em rival impossível da *Candiani* outra cantarina de nome *Delmastro*; rompeu a luta apaixonada entre *Candianistas*, quase todos, e *Delmastristas* em minoria furente.

Um dilúvio de flores em cada noite de ópera italiana marcava os triunfos da *Candiani*.

Mme Finot prelibava sempre o odorífico preço de cada um daqueles dilúvios.

O delírio era tanto que até deu-se a um jasmim proveniente da província do Pará, e então novíssimo na cidade do Rio de Janeiro, o nome de *Candiani*. Foi lembrança de estudantes, em gratidão aos quais a cantarina em uma das noites de ópera mostrou-se ao público entusiasmado com o jasmim no peito: façam idéia do palmejar e dos aplausos frenéticos que então houve!...

E quem mais *Candianista* se exaltava era Mme Finot, que, quase posso jurá-lo, nunca tinha ouvido, nem jamais ouviu cantar a *Candiani*.

Não sei, não posso dizer se foi quando começavam a chegar de França as flores artificiais do célebre Constantino que principiaram a *murchar* as da loja de Mme Finot, que foi aos poucos descendo do seu elevado e famoso pedestal.

Antes, porém, da época ou data da sua decadência, Mme Finot viu a sua loja amorosamente aristocratizada.

Avivarei recordação do que se passou em... não quero marcar o ano, foi depois de 1840; mas, lembrando fraqueza humana, não levarei minha indiscrição até o ponto de declinar grande nome histórico.

Dizem-me que Mme Finot fora bonita; mas no tempo em que pude e posso dar testemunho do que ela me pareceu devo crer que ela pertencia ao *belo sexo*, somente pelo fato de pertencer ao sexo feminino.

Em compensação, porém, ela, ou por cálculo ou por *inocente* escolha, reunia e expunha em sua loja uma plêiade de raparigas *floristas*, a nenhuma das quais faltava o viço da mocidade, e a uma ou outra acrescia o dom de mais ou menos boniteza.

De uma dessas meninas se apaixonou *em retour de la jeunesse* um velho septuagenário, notabilidade política da mais elevada posição social, titular... etc... sábio e poeta inspirado de antiga reputação.

Dia por dia lá se encaminhava a passos lentos e quase rastejantes o ilustre velho para a loja de Mme Finot e ali ficava duas ou três horas ao lado da menina que o encantara, lendo-lhe às vezes ternos cantos poéticos que o pobre amor anacrônico lhe inspirava.

No fim das duas ou três horas de lirismo o septuagenário apaixonado, combinando o próprio gosto com o preço da tolerância da dona da loja, comprava bonitas e *caras* flores que deixava nas mãos e ao colo da menina florista, e saía para curtir saudades até o dia seguinte.

E logo que ele saía, Mme Finot sem riso nem careta, perfeita filósofa positiva, guardava na gaveta o produto das flores vendidas ao grande titular, enquanto as raparigas em zombarias mal-abafadas metiam à bulha a menina adorada, a quem aliás invejavam aquele amor que, embora limitado ao gozo de poesias e de flores, era em todo caso preferência e distinção.

Durou alguns meses este amor platônico e lamentável de velho: veio pôr-lhe termo a morte deste.

Asseguravam alguns íntimos amigos do notável personagem que os cantos e líras com que ele exaltava a sua ternura e a beleza da menina florista eram repassados de doce melancolia, magistrais sob o ponto de vista da arte, e surpreendentes na idade do poeta pela viveza da imaginação.

Ao pressentir, porém, a morte, o sábio arrependeu-se da mísera fraqueza e queimou seus terníssimos versos, extinguiu os testemunhos líricos do amor de septuagenário por menina.

Depois desta indiscreta revelação de caso que muitos observaram, como eu, mas que por ventura já esquecido estava, não devo ocupar-me mais de Mme Finot, e portanto – *disse*. E peço aos meus leitores três *Ave-Marias* para que Deus nos livre e guarde da fraqueza humana igual à daquele varão ilustre estadista, sábio e poeta, que ao aproximar-se dos oitenta anos se apaixonou por menina florista de menos de vinte primaveras.

Neste quarteirão da *Rua do Ouvidor* as celebridades se acotovelavam ao lado esquerdo.

Segue-se à casa nº 95 a de 97; à de Mme Finot a florista, a casa onde explorou boa mina de ouro, vendendo *fundas*, M. Vannet, um dos mais antigos franceses da *Rua do Ouvidor*.

“Ouro é o que ouro vale.”

Ao velho Vannet serviram as *fundas* para *fundar* tão boa fortuna, que sem outra fonte de recursos, e sem esgotar o capital adquirido, ele fez construir a casa de três pavimentos na mesma rua, esquina da de *Gonçalves Dias*, e hoje também célebre, porque nos pavimentos superiores se acha estabelecido o Hotel *Frères Provençaux*, cuja nomeada é contemporânea e, portanto, não pode entrar nestas *Memórias*.

A casa nº 97 ainda conserva em tradicional tabuleta o antigo letreiro: *Fábrica de Fundas do Vannet*; mas eu aposto que o seu atual proprietário e fabricante não será capaz de *exclusivamente com o produto da venda de fundas* levantar casarão igual àquele que ficou mencionado.

Por quê?...

Quem puder explique ou resolva este problema econômico e medicinal ou cirúrgico. Eu que não sou economista, nem médico prático, apenas chego a compreender a causa pelo modo seguinte:

No tempo do velho Vannet todos os homens que, por qualquer causa, se sentiam com o que vulgarmente se chama *quebradura* ficavam realmente *quebrados* e recorriam ao prudente socorro das *fundas*; hoje em dia, porém, as *fundas* se tornaram muito menos necessárias, porque observa-se que alguns *quebrados* apresentam o curioso fenômeno de se acharem mais inteiros, e se podem *quebrar* duas vezes, isto é, à direita e à esquerda, avulta ainda mais a saúde perfeita, de modo que as *fundas de Vannet* não têm mais a extensa procura do outro tempo.

Esta explicação pode afigurar-se demasiado metafísica, mas eu asseguro que, pelo contrário, ela é filha legítima da *escola realista*.

Aquela casa nº 113, ainda do lado esquerdo, acanhada, estreita, mas de três pavimentos, cujo letreiro chamador de fregueses anuncia o *Café de Londres*, e excelente *Restaurant*, foi levantada no lugar onde se mostrava a antiga e pequena casa térrea de duas portas, que ainda em 1838 era loja de livros do *Albino Jordão*.

Lembro-me sempre dele! lembro-me da sua modesta loja de livros novos e velhos, de obras encadernadas ou em brochura, que se vendiam ali a barato preço. Em meu tempo de estudante fui freguês do Albino Jordão e entre outras obras comprei-lhe as *Memórias Históricas* de Pizarro e as *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*, do Padre Luís Gonçalves dos Santos, por alcunha o – *Perereca* –, as quais de tanto socorro me têm sido em estudos, como este que estou fazendo.

O Albino Jordão era, quando o conheci, homem já velho, vestindo sempre jaqueta, e desde muito *cego e surdo*. Contra a cegueira não tinha recurso, que não fossem a memória surpreendente e o tato explicavelmente aprimorado; contra a surdez, que não era completa ou absoluta, socorria-se de famosa e tradicional *buzina*, que o fazia ouvir o que os fregueses da loja procuravam.

Albino Jordão tinha dois ajudantes, meninos ou rapazes de quatorze a dezesseis anos, de instrução nula e de pouco zelo: quando eles, porém, não serviam de pronto a algum freguês e demoravam-se, procurando o livro pedido, o *cego* levantava-se da sua cadeira, punha a *buzina* ao ouvido, e ciente do que se pedia, ia sempre certo e sem nunca enganar-se tomar o livro na estante e o lugar onde estava, ainda mesmo quando lhe era necessário subir por pequena escada portátil para ir buscá-lo.

Eram na verdade admiráveis a memória, o tato e o tino que a cegueira apurava naquele velho cego, mas, para que pudessem tanto, era só e exclusivamente ele o ordenador e colocador dos livros nas estantes da sua loja.

Albino Jordão foi, como livreiro, contemporâneo dos notáveis e célebres *livreiros* Saturnino, João Pedro da Veiga e Evaristo Ferreira da Veiga, filhos do primeiro; mas em sua loja, que não podia rivalizar com a daqueles, vendia em geral obras já usadas, livros em *segunda mão*, e portanto baratíssimos, e se por isso deve ser tido em conta do primeiro *alfarrabista* da cidade do Rio de Janeiro, foi de tanto proveito para o público, e de tão sã consciência na sua indústria, que nunca lhe caberia o *nome feio* que os estudantes do Imperial Colégio de Pedro II deram ao vil *belchior* de livros

velhos estabelecido na vizinhança daquele colégio da Rua de S. Joaquim, nome um pouco obscuro que a princípio se estendeu a todos os chamados hoje *alfarrabistas*.

A *Rua do Ouvidor* deve perpetuamente lembrar o seu *Albino Jordão*, o primeiro livreiro que teve, o precursor, ou antecessor dos Srs. Laemmert, Garnier e ainda outros, o Albino Jordão, enfim, cuja *buzina* foi tão famosa como a tesoura de Mme Joséphine, e muito mais útil do que ela, se as minhas excelentíssimas leitoras permitem que eu assim o pense.

CAPÍTULO 15

Como em viagem pela *Rua do Ouvidor* entramos no quarteirão que demora entre as de *Gonçalves Dias* e da *Uruguaiana* e não achando aí casas célebres no passado, vejo-me baldo de matéria, e por isso mesmo falo mais do que nunca, ocupando os meus companheiros de viagem com observações sobre os *bondes* e sobre o famoso e vizinho *Alcazar*, depois chamado *Teatro Lírico Francês*, planta daninha que nos veio de França. Como enfim conto curiosa história que é da *Rua do Ouvidor*, mas que eu não digo nem quando, nem em que loja de modista se passou; dou à história forma de romance, e nela muitas lições morais, e principalmente a última, que é de fazer arrepiar os cabelos.

O quarteirão da *Rua do Ouvidor* que fica entre as Ruas de *Gonçalves Dias* e, antiga da *Vala*, hoje da *Uruguaiana*, não me lembra casas célebres, nem fatos que não sejam da atualidade.

O futuro continuador das *Memórias da Rua do Ouvidor* (na hipótese de que ela venha a tê-lo) terá muito que escrever sobre este quarteirão que deixo sem *nota*, e que desde três lustros tanto *lustre* tem adquirido, e que de tantas *notas* pode ser objeto.

Dois fatos marcaram o seu florescimento que é do nosso tempo.

O primeiro foi a vizinhança do *Alcazar*, depois chamado *Teatro Lírico Francês*, que se fundou na rua então ainda denominada da *Vala*, e muito próximo da *Rua do Ouvidor*.

O segundo foi a instituição dos carros urbanos, a que o povo deu o nome de *bondes*, porque o seu serviço começou meses depois que o Visconde de Itaboraí, Ministro da Fazenda, realizou em 1868 a operação financeira de emissão de *bondes*, de que muito se ocupou pró e contra a imprensa.

Às linhas de *bondes* de Botafogo e das Laranjeiras com seu ponto de partida inicial e de chegada terminal na Rua de *Gonçalves Dias* quina da *do Ouvidor* seguiram-se mais tarde as de Vila Isabel com seu ponto de partida e chegada na Rua da *Uruguaiana* junto da *do Ouvidor*.

Ora, bastariam os *bondes* nos dois extremos desse quarteirão estéril no passado para torná-lo florescente e com certeza rico de episódios romanescos que amenizariam muito as memórias do tempo.

Antes, porém, dos *bondes*, o *Alcazar* já tinha eletrizado muito este *departement* da França da *Rua do Ouvidor*.

As cantarinas do *Alcazar*, artistas indefectivelmente *arteiras*, freqüentavam de preferência o quarteirão, onde muitas tinham o seu quartel, ou como andorinhas faziam o seu verão.

Não ponho mais na carta, porque dos princípios tiram-se as conseqüências.

Tenho a cair-me do bico da pena uma enchente de reflexões, mas, para não *amol*ar demais os meus companheiros de viagem, limito-me a escrever breves palavras, que são de irresistível impulso.

Maligna foi sob todos os pontos de vista a influência do Alcazar, venenosa planta francesa que veio medrar e propagar-se tanto na cidade do Rio de Janeiro.

O *Alcazar*, o teatro dos trocadilhos obscenos, dos cancãs e das exhibições de mulheres seminuas, corrompeu os costumes e atijou a imoralidade.

O *Alcazar* determinou a decadência da arte dramática e a depravação do gosto.

O *Alcazar* francês propagou o seu veneno em *Alcazares* de maculada língua portuguesa, que se foram chamando – *Jardim de Flora*, *Cassino* (o antigo, pois que honra lhe seja feita, o *artista* Furtado Coelho no seu *Cassino* sabe resistir à peste) e outros malchamados teatros.

A minha censura não é tão cruel que negue perdão a empresários e artistas dramáticos (alguns de merecimento real) que se abatem e se amesquinham, servindo à depravação do gosto do público; eles são todos pobres, querem viver, querem pão, não podem prescindir do *pão* cotidiano, e já fazem muito, quando evitam as indecências da cena corrompida com o recurso de dramas fantásticos e mágicos.

A influência epidêmica, perniciosa, *palustre* do Alcazar foi tal, que o *Rossi* e o *Salveni* tiveram no Rio de Janeiro algumas noites quase sem público, e que para não lhe acontecer o mesmo, foram precisos a *Ristori* todo o prestígio de seu sexo e todo o opulentíssimo e inesgotável tesouro do seu gênio admirável e da sua profunda mestria artística.

João Caetano dos Santos, o inspirado, o sublime adivinhador dos segredos de arte de *Rossi* e de *Salvini*, João Caetano, verdadeiro gênio do teatro brasileiro e grande triunfador do nosso palco dramático, morreu felizmente a tempo para não morrer desesperado, em face das preferências dadas pelo público às obscenidades de trocadilhos, ao cancã e à seminudez das artistas arteiras do Alcazar.

E o satânico *Alcazar*, que debalde corrigiu depois em parte as exagerações do desenfreamento cênico, deixou-nos até hoje, e nem sei até quando, sem teatro dramático nacional, ao menos regular.

Talvez que alguns pensem que a lamentável falta de bom teatro dramático seja de pouca importância.

Positivamente assim não é.

No teatro pode-se tomar o pulso à civilização e à capacidade moral do povo de um país.

O teatro é coisa muito séria. É a mais extensa e concorrida escola pública da boa ou da má educação do povo.

E agora reparo que, discorrendo um pouco sobre o Alcazar, meti-me em assunto que é estranho à *Rua do Ouvidor*.

Hão de dizer que é penúria de matéria.

Enganam-se.

Se eu *pudesse* escrever tudo quanto sei da *Rua do Ouvidor*, encheria dois ou três volumes, e ainda me ficaria que dizer.

Vou dar uma prova:

Já declarei que o quarteirão por onde estou agora viajando com os meus leitores não me apresenta casas célebres no passado, nem tradições ou reminiscências curiosas.

Pois bem: acho excelente o lugar e o ensejo para contar uma história um pouco melindrosa, cujo desfecho se passou em uma casa de modista da *Rua do Ouvidor*.

O que porém não direi é o nome da modista, nem onde era a sua loja, e muito menos incorrerei na indiscrição de indicar o ano em que se deu o caso.

O melhor é que os meus companheiros de viagem façam de conta que lhes conto um romance, procurando diverti-los.

Seja um romance da *Rua do Ouvidor* criado pela minha imaginação, e por isso mesmo lá vai com tal qual *forma* de romance.

Júlia era ainda jovem e de muito delicada sensibilidade; havia cinco anos que se casara por amor, mas no fim de cinco semanas depois do casamento, Frederico, seu noivo, tornara ao culto freqüente da sua apaixonada distração do tempo de solteiro.

Frederico era doido pela caça, e por corridas de pacas na Serra da Tijuca, ou de veados ainda mais longe da cidade, às vezes deixava Júlia três, quatro e seis dias entregue às desilusões dos sonhos poéticos do passado, e exposta a novas ilusões de sonhos do presente e do futuro.

Pior ainda: Frederico e Júlia eram ricos, e Júlia não tinha ocupação em que empregasse o tempo.

Que rede de perigos para aquela esposa!...

Juventude, idade de flamas e de imaginação a desnortear a vida real;

Sensibilidade muito excitável, que é porta que se abre fácil às tentações do diabo;

Ociosidade, menor ou maior série de zeros susceptíveis de se escreverem à direita da parcela do pecado;

Marido caçador apaixonado ausentando-se freqüentemente por dias da esposa deixada em solidão propícia aos sonhos da imaginação;

E além desse outro perigo, o ponto mais fraco da fortaleza da virtude feminil, que não indiquei em primeiro lugar porque estava subentendido – a *vaidade feminil*.

E Júlia era vaidosa, mesmo tão vaidosa como um homem, que elevado a barão ou a visconde do seu dinheiro toma balda e fumaças de *fidalgua*.

(Creio que chamei *tola* por vaidosa a Júlia do modo o mais cortês que me era possível).

A evitar e vencer esses perigos havia o encanto do amor; os dois esposos amavam-se com efeito ternamente, mas Júlia amava só – seu marido –, e Frederico adorava além de Júlia as pacas e os veados, o que desequilibrava um pouco as proporções do amor de uma e de outro.

Felizmente, além do amor, Júlia possuía o tesouro da virtude.

Pois bem, ou antes, *pois mal*, em cinco anos de casamento, Júlia tivera apenas *cinco semanas* de enlevadora e perfeita *lua-de-mel*, e turbara-se e doera-se vendo que depois de um mês e poucos dias de exclusivo domínio de formosa noiva, as pacas e os veados eram rivais, que repetidas vezes lhe usurpavam por dias os zelosos cuidados e os afagos do esposo.

Este romance é cheio de lições morais, e a moralidade do seu princípio é o seguinte:

Homem *caçador*, frenético tal qual o era Frederico, ou deve ser perpétuo celibatário, ou casando-se com senhora jovem, sensível, rica, ociosa, e está subentendido, vaidosa, cumpre-lhe renegar o culto da caça, e, não podendo fazê-lo, levar a esposa às corridas de pacas e veados, torná-la sua sócia, sua Diana caçadora, para não expô-la a ficar em solitário abandono – doce objetivo de outro muito condenável, reprovado, mas indignamente observado gênero de caça.

E foi isto, foi o caso de – doce objetivo – o que veio atormentar Júlia por frequentemente abandonada pelo marido caçador, sendo ela tão jovem (casara-se aos 18 anos de idade), tão linda e tão vaidosa, tão sensível, tão rica e ociosa.

As ausências de Frederico, que no primeiro e segundo ano de casamento limitavam-se a três ou quatro dias, estenderam-se depois a seis e oito.

Nos três primeiros anos, Júlia escrupulosamente encerrada em sua casa esperava saudosa a volta do seu Nemrod, indicando o seu desgosto em aversão pronunciada na mesa do jantar aos pratos de pacas e de veados, mas no fim de três anos acabou por manifestar-se francamente aborrecida do isolamento a que se via condenada durante os dias de caçada de seu marido.

E Frederico respondeu à Júlia, abraçando-a:

– Tens mil vezes razão, meu querido anjo!... mas eu ainda não me lembrei de opor-me a que visitasses e recebesses as tuas amigas...

A jovem esposa que declara ao esposo que se aborrece muito de ficar só seis e oito dias enquanto ele a esquece, divertindo-se a caçar pacas e veados, evidentemente deixa ouvir séria prevenção, que apenas dissimula dilúvios de ameaças nestas duas não ditas, mas adivinhadas, palavras: – veja lá!

E o marido que, teimando em suas ausências por paixão de caçador, ou por alguma outra semelhante, responde à prevenção da esposa, dizendo-lhe: – *visita as amigas e recebe suas visitas*, isto é, faz por distrair-te, enquanto estou longe me distraindo, não diz, mas quase que está dizendo: – *fecho os olhos pela confiança*.

Mas a *confiança* de Frederico tinha o defeito de afigurar-se lisonjeiro pretexto para a continuação das suas caçadas, que deixavam a jovem, sensível, vaidosa, rica e ociosa esposa sem cultos de amor.

Júlia aceitou o conselho do marido, e na ausência dele procurou e recebeu a sociedade de suas amigas.

E um dia... o acaso...

Nestas histórias sempre aparece belo e tentador o demônio com o nome ou com a alcunha de *acaso*.

Um dia Júlia, indo ver uma de suas amigas, por *acaso* achou-a cercada de escolhida e elegante companhia, e por *acaso* também fazia parte da companhia um mancebo *fatalmente* chamado *Artur*.

Nestas histórias, também é de regra que apareça sempre um *Artur*, cujo nome, *Artur*, é outra já cansada alcunha romanesco-sedutora que o diabo costuma tomar.

Artur aos trinta anos de idade estava no maior viço da beleza varonil, era de alta estatura, muito bem-feito, e vestia-se com o melhor gosto.

Ou seduzido pela beleza de Júlia, ou simulando-se nessa lisonjeadora situação, Artur imediatamente enamorou-se da jovem esposa do caçador ausente, ou antes namorou-a, e fez-lhe a mais doce corte, zelando todavia respeitosa circunspeção, que ainda mais o recomendou.

Júlia mostrou-se *tão sábia* quanto pode sê-lo uma jovem desvanecida de seus encantos; não animou de modo algum a corte que lhe era feita, mas fingia não percebê-la para não ser obrigada a repulsá-la.

De volta a sua casa, e ao destoucar-se diante do espelho Júlia lembrou-se de Artur; no dia seguinte porém deixou de lembrá-lo, recebendo Frederico depois de oito dias de ausência.

Correu feliz um mês para a amorosa esposa, que aliás de todo indiferente viu por vezes Artur a admirá-la no teatro, no baile, ou em encontros casuais.

Mas passado o ditoso mês, Frederico partiu para a caça; Júlia foi distrair-se da solidão, visitando as amigas...

E Artur no caso!...

Resuma-se a história.

No fim de um ano tanto caçara pacas e veados o marido Nemrod e tanto se estremara sorrateiramente o hábil e artificioso Artur, que Júlia, jovem, sensível, vaidosa e sonhadora de ilusões na ociosidade apenas se mantinha recatada pela sua nobre virtude.

Mas no íntimo do coração a esposa do caçador incorrigível sentia-se docemente agradecida às finezas e ao amor do belo Artur.

Se Júlia não escondesse e abafasse tão cuidadosa essa *espécie* de gratidão, seria tal sentimento um começo pelo menos de *amor platônico*.

E o *amor platônico* é ainda outra alcinha que o diabo toma, quando quer empurrar para o abismo alguma triste vítima.

Infelizmente a tal *espécie* de gratidão por mais que se dissimule, sempre se atraiçoa, é uma espécie de violeta, cujo perfume a denuncia.

Eu não sei, nem talvez Júlia soube, como Artur descobriu o segredo daquele sentimento, mas descobri-lo e apertar o cerco da fortaleza foi o que ativamente fez o já esperançado conquistador.

Esforço baldado! Frederico caçava, mas o baluarte não se rendia.

Artur ousou escrever a Júlia; esta, porém, negou-se a receber a carta; em oportunos ensejos de reuniões em que se encontraram, Artur tentou por vezes levar, atrair, arrastar Júlia à conveniente conversação que lhe facilitasse já desnecessárias, mas insidiosas, declarações de seu amor, e a jovem senhora casada sempre achou ótimos pretextos para cortar-lhe a palavra, ou distanciando-se do *tentador*, ou falando-lhe do sol e da chuva.

Mas Júlia não pensava que assim cumpria apenas metade do seu dever, e que continuando por *vaidade* e por aquela *espécie de gratidão* a tolerar nas sociedades a aproximação, a palavra e a corte embora decente do mancebo que evidentemente se mostrava seu apaixonado, quase que o autorizava a *apertar o cerco da fortaleza*.

Porque em matéria de cumprimento de dever – ou tudo ou nada. – O dever não tem metades, é, ou não é, cumpre-se todo e à risca, ou incompleto deixa de ser cumprido.

E conseqüência lógica daquela aberração do dever, cujo cumprimento ficará em metade e, portanto, moralmente nulo, eu ainda não sei como foi e creio e devo crer que Júlia também não o soube, deu-se o caso do singular desfecho deste romance.

Artur queria a todo transe um momento, alguns minutos, uma hora em que a sós com Júlia pudesse ajoelhar-se a seus pés e beijar-lhe, uma vez ao menos, as mãos pequeninas e lindíssimas.

Perdera tempo e eloqüência, tentando dirigir-se diretamente à jovem senhora.

Mudou de plano, e apelou para ataque de surpresa.

Eu digo de surpresa, porque seria capaz de jurar que Júlia foi estranha ao trama condenável e comprometedor de sua virtude.

Artur informou-se de quem era a *modista* de Júlia na *Rua do Ouvidor*, e de bolsa aberta e convencendo a modista de *convivência* que não havia, preparou cilada perversa e infernal.

A *modista* mandou anunciar a Júlia que acabava de receber de Paris *delirantes toilettes de fantasia*, e que a esperava no dia seguinte para dar-lhe a primazia na escolha dos mais eclipsadores.

É claro e evidente que então andava Frederico, o Nemrod, ausente em *caçada*.

Júlia não faltou, era impossível que faltasse ao emprazamento da sua *modista*, e esta notou ou fingiu notar que a jovem senhora entrava comovida e hesitante em sua loja..

Sem dúvida, nessa observação andou malícia da francesa que, de antemão, queria preparar desculpas. Eu não creio que Júlia tivesse entrado na loja nem comovida, nem hesitante.

A bonita e vaidosa senhora examinou e escolheu três ou quatro *toilettes* e a convite da modista subiu ao pavimento superior para experimentá-los em sala apropriada.

E poucos momentos depois de entrada na sala, a modista saiu, pretextando ir buscar alfinetes que não achava no toucador.

Apenas a modista passou além da porta, rompeu de gabinete contíguo o belo e audacioso Artur, que se prostrou de joelhos aos pés de Júlia e quis tomar-lhe as mãos para beijá-las.

Coincidência notável!... No momento em que Artur caía assim ajoelhado aos pés de Júlia, Frederico disparava tiro certo sobre uma veadinha que expirou ferida no coração.

Mas Júlia surpreendida, assustada e nervosa, como era, desmaiou, caindo em uma otomana.

Entenda-se: desmaiou realmente.

Artur, que estava de joelhos e ia improvisar eloqüente discurso que trazia de cor, levantou-se atônito, vendo Júlia desmaiada.

Que havia de fazer? ir chamar a modista ou gritar por ela era comprometedor à reputação da inocente senhora.

Artur lançou-se para a mesa do toucador, tomou lindo frasquinho de caprichosa forma, que, pelo lugar onde estava, deveria conter água-de-colônia ou alguma essência aromática, abriu o frasquinho e precipite levou-o ao nariz da jovem desmaiada; como porém lhe tremessem as mãos, derramou parte do líquido no formoso rosto.

Ah!... o líquido que o vidro continha era tinta de escrever!...

A modista que certamente procurava alfinetes muito ao perto acudiu logo, e Artur sem mais demora nem ansioso cuidado partiu em retirada tão discreta, que as costureiras da loja que não o tinham visto entrar não o viram sair.

Mas ainda bem que, sedutor perverso e ainda infeliz em seu último plano insidioso e malvado, nem ao menos conseguira beijar as brancas, pequeninas e acetinadas mãos de Júlia.

A bela jovem desmaiada não tardou muito em tornar a si, soltando magoado suspiro; logo depois voltou em torno os olhos, e, não vendo Artur, endireitou-se na otomana, encarou de face a modista, e, quando pôde falar, murmurou ressentida:

– Que traição!...

A modista imodesta, cruel, e ajeitando inverossímil defesa, respondeu docemente:

– *Pardon, madame!*... eu foi enganada por confiança de *rendez-vous* ajustade...

Júlia levantou-se indignada ao novo ultraje daquela suspeita injuriosa à sua virtude, e adiantou-se dois passos, evidentemente para retirar-se.

– Madame, não pode sair assim, disse a modista.

E Júlia, obrigada a estacar diante do espelho, viu nódoas de tinta preta em seu rosto, e ainda no corpinho de seu vestido branco.

Com efeito era impossível descer à loja e subir à sua carruagem, e mostrar-se ao público *assim*, como dissera a modista.

Finfíssima esponja, odorífero sabonete e água límpida restituíram ao rosto de Júlia sua brancura imaculada, mas o corpinho do vestido a que tinha chegado a tinta de escrever?... era indispensável pelo menos uma e longa hora para regenerá-lo lavado, secado e engomado.

Júlia, ardendo por fugir da casa traiçoeira, sujeitou-se a extremo recurso, trocou seu rico vestido branco por uma das *toilettes* de fantasias que escolhera.

Mas quando ela atravessou a loja e foi tomar à porta o carro que a esperava, a mais maliciosa das costureiras ao vê-la já de costas e distanciada disse às companheiras:

– Que história foi essa?... ela entrou vestida à *vestal* e agora sai *fantasiada*?

Moralidade do romance: às senhoras honestas não basta sê-lo, é indispensável não parecer que deixam de sê-lo.

Júlia trocou a *sua espécie de gratidão* ao namorado Artur por desprezo profundo.

E depois do seu desmaio na casa da modista corrompida tomou gosto por caçadas de pacas e veados, aprendeu a atirar de espingarda, venceu nervosos estremecimentos de medo, tornou-se mestra na certeza e na prontidão do tiro, e com indizível e delirante paixão do seu Frederico fez-se Diana caçadora e sócia constante do seu marido Nemrod.

CAPÍTULO 16

Como por fim chegamos em nossa viagem ao último quarteirão da *Rua do Ouvidor*, e logo encontramos em pequeno sobrado à mão direita a *Chiquinha*, formosa e muito leviana ou imodesta rapariga, de quem foi ditoso apaixonado, em 1822, o ilustre e benemérito patriota Joaquim Gonçalves Ledo, mais feliz do que o poeta Bernardo Avelino, vizinho da Ziquinha, e que por pobre desmerecia os seus agrados; recordam-se notáveis acontecimentos, e a fuga de Ledo para Buenos Aires, entrando por capricho dele a *Chiquinha* na história. Como, enfim, se fazem notar a casa de sobrado do Visconde da Cachoeira, e deste se trata, e defronte a pequena casa térrea, onde em maio de 1869 se fundou a *Reforma*.

Adivinho que os meus companheiros de viagem sentem-se possuídos da mais doce consolação ao entrar no último quarteirão da *Rua do Ouvidor*, onde têm de receber as minhas despedidas e de respirar livres de mim.

A consolação realmente é pouco lisonjeira para o meu amor-próprio de *memorista*; é, porém, muito natural que desejem viajantes, e ainda mais viajantes obrigados, chegar ao termo de suas fadigas.

Podem crer que eu também estou cansado de tão longa viagem, e tanto mais que chega já a me parecer meu destino o ter de repetir o que disse o Lopez do Paraguai, quando fugia, *subindo a serra: Il faut finir pour commencer*.

Sigamos pois, mas preparem-se, armem-se de paciência os meus companheiros e leitores, porque, neste pequeno quarteirão, temos muito que ver e que lembrar.

Logo na quina da rua, então chamada da *Vala* e agora da *Uruguaiana*, a *Rua do Ouvidor* apresentava ao lado esquerdo a casa de três pavimentos, que ainda hoje se vê, e que abre porta e corredor de entrada para aquela tendo defronte na quina do lado direito casa de dois pavimentos ou sobrado de um só andar, como atualmente se conserva.

Ambos esses tetos devem guardar, senão importantes, ao menos curiosas recordações.

Foi no segundo desses sobrados, no de um só andar e ainda então mal-acabado, que em 181..., desembarcando na cidade do Rio de Janeiro, se abrigaram *José Clemente Pereira*, que tão elevada posição social tinha de ocupar no Império do Brasil, e o *Macamboa*, que aí começou a exercer modestamente a advocacia, e que em 1821 celebrou seu nome na *bernarda* de fevereiro.

O outro, o sobrado de dois andares, gozou, em 1822, fama ocasional e efêmera, mas um pouco romanesca.

Habitava, não sei desde quando, em um dos pavimentos superiores dessa casa, ou ocupava ambos, moça de beleza tão notável, como de costumes fáceis e sem escrúpulos. Era, dizem, lindíssima de rosto, e seu corpo ostentava formas, contornos admiráveis, que um estatuário tomaria por modelo, mas infelizmente, pobre mulher sem recato, era anjo decaído, infeliz transviada.

Natural da província de Minas Gerais, tinha vindo para a cidade do Rio de Janeiro talvez muito recentemente, porque era ainda bem jovem, pouco mais de vinte anos contando; havia, porém, no seu passado de *ontem*, de menina, lá na província natal algum segredo de sinistro amor, como o da *Perpétua Mineira*, mas ao contrário desta nos primeiros tempos da *saleta de pasto à mineira* era tão alegre e parecia tão feliz no seu transviamento que se afigurava não ter consciência da sua degradação na sociedade.

Vivia só com uma escrava africana ou alugada ou própria.

Essa linda moça era geralmente conhecida e tratada pelo diminutivo do seu nome batismal; como porém *tenho algumas dúvidas* sobre ele, dou-lhe o nome de Francisca, e fica entendido que a tratavam por *Chiquinha*.

E convém ainda dizer que a *Chiquinha* pecava por seus *costumes fáceis e sem escrúpulos*, como já escrevi, mas estava longe da prática escandalosa do vício que hoje tão numerosamente corrompe e envergonha a cidade do Rio de Janeiro.

Ela era *transviada*, mas do gênero em que se mostrou a *Perpétua Mineira*, no último período de sua vida: sofismava quanto podia a indignidade de sua vida.

Ao lado esquerdo da rua seguiam-se casas quase todas térreas, e muito mais afastado para o *Largo de S. Francisco de Paula* o espaçoso sobrado de *Luís José de Carvalho e Melo*, depois *Visconde da Cachoeira*. (que será oportunamente lembrado).

Ao lado direito depois do sobrado da esquina alinhavam-se casas também térreas, em uma das quais, talvez na que foi mais tarde *Farmácia Soulier*, ou em outra abaixo, morava o pouco afortunado *Bernardo Avelino*, que provavelmente devia sua ingrata fortuna ao fato de o terem em conta de *poeta*, porque rimava com facilidade, e muitas vezes com felicidade, compondo sonetos, glosando quadras e escrevendo cantos poéticos que tiveram sua voga, mas não rendiam dinheiro.

Tais eram os dois principais, conhecidos e nomeados ou distintos vizinhos da bela *Chiquinha*, que com o seu rosto todo branco lírio sem auxílio de pó-de-arroz nem de *velutine*, com suas faces de rosas sem socorro de carmim, com seus cabelos pretos e longos, que excluíam a idéia de crescentes de hoje, com seu corpo tão bem-feito e de formas tão graciosas que repudiava como insulto a ousadia de um postiço, reclamava e impunha adorações, mas só as recebia ou de caprichosa escolha, ou de inconfessável interesse.

Luís José de Carvalho e Melo, o vizinho do lado esquerdo da rua, homem ilustrado e estudioso, grave, respeitável, honradíssimo magistrado, de posição oficial distinta e honesto chefe de família, não dava a menor importância aos merecimentos físicos da *Chiquinha*, e esta de todo menosprezava o poeta, vizinho do lado direito, que se sentia sempre do lado sinistro, quando se metia a fazer a corte quer em prosa quer em verso à linda moça.

Mas evidentemente a *Chiquinha* não era assim cruel por inimiga da poesia, e dos homens de espírito brilhante, pois que se deixara cativar em 1822 pelo mais elegante e mimoso dos escritores da época, cultor inspirado das musas, literato amantíssimo, o qual também andava perdido de amores por ela.

Este namorado e amante da *Chiquinha* era sem mais nem menos o ilustre benemérito da Independência, depois deputado nas duas primeiras legislaturas (de 1826

a 1833), e nelas esplêndido e mavioso orador parlamentar, o notabilíssimo fluminense *Joaquim Gonçalves Ledo*.

A memória desse varão assinalado não pode ser amesquinhada pela lembrança de sua paixão (aliás de todos sabida em 1822) pela formosa *Chiquinha*, e tanto mais que Ledo foi sempre em sua vida famoso como grande e entusiasta apreciador do *belo* na arte, e transportado adorador do *belo* na mulher.

Joaquim Gonçalves Ledo foi grande e fulgurosa inteligência e grande coração patriota, e se quiserem nodoar-lhe a memória ilustre pelas suas fraquezas ou pecados de ameroso culto rendido à *Chiquinha*, e a outras belas damas, adeus memória de Francisco I, de Henrique IV, de Lufs XIV de França, de D. Pedro I do Brasil, dos *Richelieu*, do regente Duque de Orleans, de José Bonifácio, etc., etc., etc., etc. e no fim de tantos *et coetra* raro seria o rei, o ministro, o herói, e até o João Fernandes capaz de atirar a pedra sobre aquele benemérito e glorioso fluminense.

Mas Ledo, que andava doido pela *Chiquinha*, tinha, certamente, ótimas razões para duvidar da fidelidade dessa encantadora rapariga, que aliás também o amava com dedicada preferência; injustíssimo, porém, se mostrava às vezes ciumento de Bernardo Avelino, que, coitado, realmente gostava muito da *Chiquinha*, mas gastava debalde com ela sua prosa e seus versos, sem dúvida porque, pobre como era, o poeta não tinha senão prosa e versos para recomendar o seu amor.

Um dia (foi depois de 15 de setembro de 1822), Ledo, jubiloso e feliz pelo triunfo da causa da independência da pátria, à que tão dedicada e gloriosamente servira, foi radioso e alegre render finezas à *Chiquinha*.

Tinha a bonita moça além da sua boniteza e graça natural o dote de tocar sofrivelmente guitarra, e de cantar com excelente voz modinhas e lundus.

Dizem que não havia quem como ela cantasse com doçura, expressão e requintado gosto a *modinha* então em moda, versos do ilustrado filósofo depois Marquês de Maricá:

Marfia, se me não amas,
Não me digas a verdade,
Finge amor, tem compaixão,
Mente, ingrata, por piedade.

Doce mentira
Sabe agradar;
Um desengano
Pode matar.

Naquele dia a *Chiquinha* pediu a Ledo que lhe escrevesse alguns versos para a música de modinha ou de lundu que ela costumava cantar, favor que aliás estava habituada a merecer.

Ledo tomou a pena e escreveu a seguinte quadra com o seu estribilho:

Nesta rua tenho ao lado
Um *cego* que é rico e nobre,
E defronte um namorado
Poeta infeliz e pobre.

Não sou indiscreta,
 Que procure o esquivo;
 E quanto ao poeta
 De versos não vivo.

O epigrama não subira à altura das admiradas inspirações e do aticismo de Ledo; era antes ligeira zombaria feita a *Chiquinha* nas alusões ao ilustre varão, honesto chefe de família que não a olhava e parecia estranho à existência da mais que leviana rapariga, e a Bernardo Avelino, o poeta pobre, que a namorava.

Mas a *Chiquinha* riu muito, achou ótima a quadrinha, e tanto cantou-a, que Bernardo Avelino, tendo dela conhecimento, deu-lhe resposta em furioso soneto, do qual possuo cópia, mas não o transcrevo aqui, porque, além de muito injurioso, chegou levado pela cólera até a aproveitar aleives que inimigos tinham assacado contra Ledo.

O ilustrado e célebre fluminense desprezou a insultuosa desforra, dando-se por bem consolado com o amor da *Chiquinha* – como dizia a brincar, e para mais atormentar o poeta a quem na verdade provocara, ridicularizando-o.

Mas de fato não sobrava tempo a Ledo para combates mesquinhos e pouco dignos dele e de Bernardo Avelino.

Ledo achava-se então muito absorvido em transcendentales assuntos políticos do Império nascente, já proclamado, mas à espera da sua *constituente*, e não menos o atarefavam as contendas e lutas de influência predominante no seio da *maçonaria*, que guarda o segredo das causas de alguns dos mais consideráveis acontecimentos da época.

A 28 de outubro de 1822 demitiu-se o Ministério Andrada, e a 30 do mesmo mês e ano voltou de novo ao poder com a força e o prestígio de representação popular que o reclamara, e com ostentosa, pública e comovida aceitação do Imperador D. Pedro I.

Ledo, que era na maçonaria antagonista dos Andradas, logo na manhã de 31 de outubro deixou sua casa e ocultou-se, prevenido perseguições políticas.

Tinha adivinhado.

Os Andradas voltaram ao governo armados de medidas extraordinárias, e logo ordenaram e fizeram efetuar a prisão de José Clemente Pereira, que fora o Presidente da Câmara Municipal a 9 de janeiro, no dia do *Fico*; de Nóbrega que tinha sido Ministro da Guerra no ministério dos mesmos Andradas; do Padre (depois cônego) Januário da Cunha Barbosa, companheiro de Ledo na redação do *Reverbero* e nos mais importantes trabalhos para a independência da pátria.

Todos esses beneméritos foram deportados e provaram em França o pão do desterro.

Arbitrariamente condenado, como esses amigos políticos seus e *maçons* da mesma parcialidade, à prisão e ao desterro, Ledo escapou, escondendo-se às diligências da polícia do governo.

Como nestas *Memórias* não escrevo história política, deixo de parte o estudo e a apreciação destes lamentáveis fatos, que somente poderiam ter ficado bem e publicamente esclarecidos, se tivesse podido dar-se *pública* interpelação aos ministros, e ampla discussão parlamentar na maçonaria de 1822, de que eram membros influen-

tíssimos aqueles desterrados e D. Pedro I, José Bonifácio, Martim Francisco, Ledo e todas as notabilidades da época.

Certo é que abriu-se devassa sobre conspiração e planos revolucionários dos varões ilustres já deportados, beneméritos da independência, que por isso e só por isso foram privados da glória de ser eleitos deputados à Constituinte brasileira, cabendo-lhes repetir lá de longe, da terra do desterro, o *sic vos non vobis* de Virgílio.

Mas eu disse acima que Ledo, homem habilíssimo e sagaz, logo a 31 de outubro, adivinhando imediata e arbitrária perseguição, eclipsara-se prudente e cauteloso, de modo que não houve empenho policial que pudesse conseguir apanhá-lo, posto que ele nem um só dia se tivesse arredado da cidade, e pelo contrário em não poucas noites ousasse sair a passeio, ou a mudar de hospedagem, tomando diversos disfarces.

Todavia não era possível a Ledo prolongar sem vexame e sem incômodo pessoal e comprometimento de amigos essa anômala situação de suspeito conspirador escondido e procurado, mas também ele não queria dar aos Andradas o gosto da sua prisão e do seu desterro forçado.

Ainda nisso andavam capricho e antagonismo de elementos maçônicos.

Tinha de sair do porto do Rio de Janeiro para Buenos Aires um navio pertencente a negociante que sem dúvida era *filho da viúva*, e nesse barco foi fraternalmente garantida a Ledo passagem segura para a República do Prata.

Mas de que modo poderia Ledo ir até a praia, embarcar em bote ou escaler, e recolher-se ao navio escapando à polícia, que tomara a peito prendê-lo?...

Tomaram-se precauções; preparou-se tudo. Ledo, porém, que por mais de uma vez disfarçado se expusera, indo à noite ver a *Chiquinha*, quis a todo transe despedir-se dela na hora de sua partida.

Forçoso foi confiar o segredo da empresa à moça de costumes impuros e portanto menos digna de confiança em caso tão delicado.

Mas a *Chiquinha* desprezando apreensões de provável perseguição subsequente, e mostrando-se toda dedicada a Ledo, prestou-se fiel e exaltadamente ao plano de sua fuga.

Querem alguns que Joaquim Gonçalves Ledo tivesse saído de uma casa da Rua do Hospício disfarçado com hábito de frade franciscano, e que se dirigisse dali diretamente à praia para embarcar.

Que ele saiu de amiga e fraternal hospedagem na Rua do Hospício, é certo; tenho porém informações fidedignas de que foi da casa da *Chiquinha* que seguiu para o seu embarque, e bastando esse fato para assinalar imprudência, não creio que ele provocasse reparos e suspeitas entrando já *vestido de frade* na casa de má reputação.

Prefiro por isso esta outra versão.

Na aprazada noite, Ledo foi sob qualquer disfarce despedir-se da *Chiquinha*, objeto de sua apaixonada afeição em 1822, e ali no pequeno sobrado da *Rua do Ouvidor*, chegada a hora da partida tomou o preparado hábito de frade franciscano (que lho perdoem os religiosos dessa ordem), imprimiu na face da *Chiquinha* seu último e fervoroso beijo, já nesse momento ainda mais fervoroso – beijo de frade – e partiu.

Também pretendem alguns que o ilustre perseguido político fora embarcar, disfarçando-se com vestidos de mulher; isso não é verossímil, não é; conheci pessoalmente Ledo; não era homem de alta estatura, mas representaria *mulher gigantesca*, excitadora de observações e de curiosidade importuna.

Ele incorreu no *escândalo* de sair simulado de *frade* da casa da *Chiquinha*.

E foi indo em direção ao mar, a descer vagaroso e grave pela *Rua do Ouvidor*.

Não houve quem disputasse o passo ao *frade*.

Aquele tempo não era o de hoje. Então o *frade* ainda era *grande coisa*, e o hábito franciscano ainda tinha o prestígio de S. Carlos, de Sampaio, de Montalverne e de outros luminares da tribuna sagrada.

E Ledo recebido em escaler, cujo improvisado patrão era um *irmão* que o esperava, foi levado para o navio mercante, onde *ceou* com alguns outros *irmãos*, e no dia seguinte saiu barra afora para Buenos Aires.

Quem não achar *muito bonita* esta conspiração antioficial, este generoso auxílio da *maçonaria*, é incapaz de compreender o *belo* na sociedade, e na vida dos homens.

A *Chiquinha* passou o resto daquela noite de despedida a chorar saudosa e tristemente; no outro dia ainda chorou; mas no seguinte recomeçou a rir e a cantar modinhas e lundus, como dantes.

Sina das que são *Chiquinhas*, como ela o era.

A devassa contra os supostos conspiradores e revolucionários continuou, e é triste lembrar que entre as *testemunhas* comprometedoras dos patriotas desterrados e de Joaquim Gonçalves Ledo se contaram companheiros dos mesmos na revolução gloriosa da Independência, e que uma dessas testemunhas da devassa foi o poeta Bernardo Avelino.

Quando cerca de dois anos depois Ledo voltou para o Rio de Janeiro, se ainda conservava lembranças da *Chiquinha*, teve o desgosto de não encontrá-la mais nem na *Rua do Ouvidor*, nem em alguma outra da cidade.

A bonita, mas pobre e infeliz rapariga, seguindo seu mísero destino, um dia batera as asas, e como não tinha de quem despedir-se, ninguém soube para onde ela voou.

A *Chiquinha* foi um pirilampo na *Rua do Ouvidor*.

Não sei bem determinar qual foi a pequena casa térrea onde morou o poeta Bernardo Avelino, e por isso não a indico.

De lado esquerdo da rua e perto do *Largo* hoje *Praça de S. Francisco de Paula* mostra-se o grande sobrado, que é desde muitos anos ocupado pelo *Hotel Ravot*.

Foi essa casa propriedade de José Luís de Carvalho e Melo e ainda o é de seu digno filho do mesmo nome e título nobiliário.

Luís José de Carvalho e Melo, deputado da Constituinte brasileira, Ministro dos Negócios Estrangeiros a 15 de novembro de 1823, conselheiro de Estado e um dos colaboradores e signatários do projeto da Constituição que foi jurada a 25 de março do ano seguinte, Visconde da Cachoeira e Senador do Império, foi jurisconsulto de alta reputação, magistrado probo e justo, e varão de muito merecimento e de virtudes.

Conservou-se no ministério com a pasta dos negócios estrangeiros até 1825 e faleceu em 1826.

De 15 de novembro de 1823 até sua morte o Visconde da Cachoeira sofreu quebra considerável de sua popularidade, porque o partido liberal do Brasil não lhe perdoou o ter entrado para o ministério três dias depois da dissolução da Constituinte (da qual fora membro distinto e muito considerado), tomando por esse fato manifesta responsabilidade daquele desastroso golpe de Estado.

Como o Visconde da Cachoeira também o Marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) igualmente deputado da Constituinte, Conselheiro de Estado e colaborador do projeto da Constituição em 1823, ficou *suspeito* aos liberais que retiraram dele todas as suas simpatias e toda a confiança.

Entretanto eram ambos liberais moderados, notáveis e ilustrados pensadores, que após a dissolução da Constituinte provavelmente entenderam que o seu dever de patriotismo exigia deles o sacrifício da popularidade que gozavam, em proveito e no interesse da *monarquia constitucional representativa*, que fora e era o sistema de governo de suas idéias políticas.

A história começou já a fazer justiça aos varões ilustres maljugados pelas paixões da época.

Em frente à casa do Visconde da Cachoeira, ou do *Hotel Ravot*, vê-se uma outra de duas portas e de dois pavimentos, atualmente ocupada por loja francesa de *toilettes*.

Foi nesse modesto *ubi* que se fundou em maio de 1869 a *Reforma*, órgão do partido liberal em oposição.

Como já ficou dito, Sabino Reis, finado este ano em Paris, foi o gerente e dedicadíssimo administrador da *Reforma* que lhe deveu sacrifícios de tempo, de atividade e de dinheiro.

Tenho saudades da primeira época daquele diário político liberal que iniciou na sua redação a prática generosa de ser cada artigo assinado pelo seu autor: nem uma só vez deu-se abuso ou dissimulo do próprio nome com o empréstimo de alheio; nem um só dos escritores liberais recuou jamais ante a responsabilidade das suas idéias e do seu esgrimir na polêmica séria, enérgica e às vezes ardente com os adversários. Estava também sistemática ou conseqüentemente assentado que, dada a hipótese de responsabilidade efetiva de qualquer artigo, o seu autor se apresentasse pronto a sujeitar-se à ação da lei.

Essa prática não pôde resistir por muito mais de ano à luta desigual com os *anônimos* da imprensa adversária. A *Reforma* seguiu seu caminho prestando serviços, como ainda presta, ao partido liberal, de que é órgão na imprensa; mas eu creio que ela não teria a influência que teve e tem entre os liberais do Império, se não rompesse logo em maio de 1869, ganhando incontestável força moral com os seus artigos *todos assinados* por escritores liberais, *todos bem conhecidos* e todos tomando a responsabilidade legal de suas idéias, e do modo ou da *forma* com que menos ou mais fervorosos as expunham e pregavam.

Este capítulo saiu-me quase todo cheio de reminiscências políticas, de que, suponho-o, os meus leitores gostam menos do que de tradições de outro gênero.

Mas a *Rua do Ouvidor* é de todas as da cidade do Rio de Janeiro a mais leviana e a mais grave, a mais mentirosa e a mais verdadeira, a mais absurda e a mais profé-

tica rua política; rivaliza nesse ponto com a nossa *Praça do Comércio*, e, portanto, era de indeclinável dever meu registrar nestas *Memórias* as suas casas notáveis em relação à política.

CAPÍTULO 17

Como depois de saudar de antemão o termo da nossa viagem pela *Rua do Ouvidor*, paramos em frente da imensa loja de modas *Notre Dame de Paris*, encontramos nela compreendida a antiga e pequena casa *célebre* que foi loja de papel e de objetos de escritório do *Passos*, republicano inofensivo, mas inabalável, de cuja velha mesa de pinho na saleta do fundo ainda muita gente há de lembrar-se: como em seguida as recordações do *Passos*, trata-se por exceção da grande *loja de modas* composta de *lojas confederadas* com sala central, armazém no fundo, sobrado por cima, portas de entrada e de saída, aqui, ali, e acolá, e tudo de modo a tornar indispensável uma carta topográfica para uso dos fregueses, e a propósito conta-se a história ingênua de Alexandre e de Elvira, dois noivos namorados que andaram mais de uma hora perdidos um do outro na loja de modas *Notre Dame de Paris*. E com essa história põe-se o suspirado ponto final nas *Memórias da Rua do Ouvidor*.

Haja alegria!...

Hoje, sim, chega definitivamente a seu termo a nossa viagem pela *Rua do Ouvidor*.

Ainda em frente da casa do Visconde da Cachoeira e do atual *Hotel Ravot* ostenta-se conquistador de antigos humildes tetos o – armazém – ou bazar – ou loja *lojíssima* de modas denominada – *Notre Dame de Paris*.

Por exceção nas minhas abstenções de coisas e casas da atualidade, terei de contar uma *história ingênua*, de que foi teatro inocente essa loja *lojíssima*, que ainda ninguém calcula onde irá parar em suas conquistas ao norte, a sul, a leste e a oeste.

Agora lembrarei que a *segunda porta* e nos limites do segundo *departamen* atual, e pouco mais de 20 anos assento ali inicial daquela *Notre Dame de Paris*, poucc antes era *célebre* pequena casa térrea de duas portas para a *Rua do Ouvidor* e de fundo muito limitado.

Desde anos antes de 1840 até depois de 1853, com certeza, essa casa térrea apresentava simples muito simples loja de papel e de objetos de escritório, e onde também se vendiam, com regular porcentagem, *periódicos políticos*, somente, porém os do *partido liberal*.

Não sei bem donde provinha esse exclusivismo, se da intolerância do proprietário da loja, se da antipatia ou também da intolerância dos *conservadores*. É provável ou quase certo que as duas intolerâncias contribuísem para o fato.

Era essa a *célebre* loja do *Passos*.

Homem cuja instrução se limitava à primária, mas de idéias claras e de caráter muito firme, o *Passos* era em política inofensiva republicano, mas ligado ao partido liberal que fez decretar a maioria do Imperador.

Já avelhantado e sujeito a ataques erisipelatosos nas pernas e ainda assim de atividade e diligência notáveis, e de economia que levava à exageração o *Passos*

que morava no bairro da Glória, vinha todos os dias de manhã a pé para sua loja, da qual só se retirava à noite.

Havia quem se queixasse do *Passos* pelo zeloso cuidado com que ele guardava o que era *seu*, e pelas conseqüências da exageração da economia em transações, à que dificilmente se prestava, mas nunca houve pessoa alguma que pusesse em dúvida a fidelidade de suas contas.

Fora dos negócios, em que se impunha positivo e frio como a aritmética, o *Passos* era outro homem.

De mediana estatura, de cor morena, casca grossa, de olhos pequenos, de músculos faciais quase inertes e todavia de expressão fisionômica agradável, atrativa para os amigos, e em geral para os *liberais conhecidos e pronunciados*, o *Passos* teve sem o pensar nomeada que lhe ia custando cara.

Em política era de tolerância *absolutamente ilimitada*, mas só com os liberais: recebia, agradava, atraía os liberais de todos os matizes... somente porém os liberais.

Em frente da sua loja estava o balcão, até o qual eram admitidos todos os compradores de papel, de objetos de escritório e de periódicos liberais, todos, ainda mesmos os mais ardentes conservadores (dos quais aliás nenhum entrava na loja), mas do balcão para dentro o caso era muito diferente.

O fundo da loja era uma saleta modestíssima, pobre; no meio da saleta havia rude e velha mesa de pinho, mas em torno dessa mesa sentavam-se freqüentemente quase todos os dias, honrando a sociedade do *Passos*, muitos liberais pronunciados na imprensa e no parlamento, e alguns dos chefes do partido liberal.

Eu por mim dou testemunho de que no meu tempo ainda lá encontrei muitas vezes o atual Sr. Visconde de Abaeté, o velho Costa Ferreira, Barão de Pindaré (assíduo e espirituosíssimo conversador), o Senador Alencar, Sales Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim, o Dr. José de Assis, o Padre José Antônio de Caldas, que com o Ractikliff e outros fora condenado à morte em 1824, Teófilo Otoni e muitos outros.

Mas a data de 1848, em que ainda florescia no fundo de sua loja o *Passos*, prova que ele por firmeza de caráter e de idéias políticas não quebrara nem torcera com a experiência da adversidade; porque em 1842, tendo rebentado as revoltas liberais das províncias de São Paulo e de Minas Gerais, e sabendo o governo com reais e bons fundamentos que o principal foco da conspiração revolucionária estava no Rio de Janeiro, fez prender ao atual Sr. Visconde de Abaeté, a Sales Torres Homem, Dr. Meireles e outros, entre os quais o depois meu amigo *Passos*, que era em verdade incorrigível republicano de aspirações, ardentemente desejoso do triunfo daquelas revoltas; incapaz, porém, de fazer por elas sacrifícios que aproveitassem a causa que fora levada ao campo da ilegalidade e dos combates.

Ainda bem que por exceção individual um pouco menos violento e opressor o governo limitou-se a pôr o inofensivo *Passos* debaixo das vistas da política e o excluiu do número dos nobres proscritos de então.

Mas o *Passos* não se corrigiu!... em 1848 e ainda anos depois conheci-o, freqüentei-o, e sempre o apreciei inabalável em suas opiniões, com as quais morreu.

Como todos os homens, ele tinha predileção firmada em confiança. O varão predileto do *Passos* era o célebre e estimadíssimo estadista Limpo de Abreu, o atual Sr. Visconde de Abaeté.

Quando morreu, o *Passos* deixou em verba testamentária pequeno legado, mas grande prova de amizade antiga e profunda ao Sr. Visconde de Abaeté, o qual, aliás (sempre é bom dizê-lo), nem soubera, nem procurara saber se o seu amigo tinha feito ou não testamento.

O *Passos* foi verdadeiro exemplo de lealdade e de firmeza inabalável em suas idéias políticas, era rude e pertinaz republicano, que todavia fraternizava com os monarquistas liberais, sendo-lhe só impossível entender-se com os *conservadores*.

Se a sua agreste e velha mesa de pinho do fundo da loja falasse, diria coisas capazes de apagar crenças no ânimo do povo, e de confundir e de envergonhar não poucos *varões ilustres*.

Felizmente ninguém sabe onde pára a tradicional velha mesa de pinho, e que o soubesse alguém, a pobre mesa não poderia repetir os cantos de palinódia, e as escandalosas metamorfoses políticas que contrastaram com as protestações e juramentos de propaganda de constituinte e de republicanismo, que junto dela o *Passos* ouviu entusiasmado de 1849 em diante para morrer poucos anos depois ainda republicano, mas descrente e maldizendo dos seus republicanos mais ardentes, que se transformaram em *dedicações sem limites* da monarquia.

O *Passos* ganhava muito pouco na sua loja, e creio que só a mantinha como centro de reunião diária de amigos políticos, e porque não pagava aluguel da casa, que era de sua propriedade.

As desilusões políticas, o desgosto profundo que lhe causou o ver que alguns dos liberais e republicanos, em quem muito confiara, tinham quase de súbito desertado para os arraiais conservadores, levaram o *Passos* a pensar mais seriamente nos cuidados que exigiam as suas erisipelas, a fechar a loja e a vender a casa a M. Décap.

E ainda bem que ninguém pôde dizer ao velho *Passos*:

– *Faites des perruques*.

Quando M. Décap comprou a casa do nosso amigo *Passos*, já se achava estabelecido com a sua loja de modas, creio que no pavimento térreo da casa onde floresceu o *Hotel Damiani*; de modo que não foi preciso senão atravessar a rua, indo quase de um salto ocupar o seu teto próprio.

Que mudanças e que conquistas efetuadas em menos de um quarto de século!...

A loja de modas *Notre Dame de Paris*, que começou com *uma porta e duas vidraças* na antiga casa do *Passos*, tem hoje doze (contadas as portas e as *vidraças*) abrindo-se para a *Rua do Ouvidor*; as *casinhas* térreas transformaram-se em vistoso sobrado, cuja frontaria é iluminada na linha superior por numerosa série de bicos de gás.

E não pára aí a história.

Não podendo (por ora) levar além suas conquistas à direita e à esquerda na *Rua do Ouvidor*, M. Décap avançou pelo fundo em direção à *Sé Velha* ou à Igreja do

Rosário, e diante dela abriu saída de importância estratégica com uma fortaleza de portão de ferro. Finalmente (por ora), o insaciável conquistador acaba de realizar, com hábil *marcha de flanco*, novo aumento de domínios laterais, que abrem atrativa comunicação com a *Praça de S. Francisco de Paula*, para a qual apresenta gracioso *chalet*.

Em falta de espaço para jardins, o vasto sobrado da loja é um tecido de labirintos, onde os estranhos e curiosos importunos perder-se-ão sem achar fio da Ariadne.

A loja *Notre Dame de Paris*, bem que não seja exclusivamente de fazendas e de modas francesas para senhoras, é, contudo, principalmente atraidora do belo sexo, e representa no seu imenso mundo capital avultadíssimo, que deve vencer *juros* pagos pelos consumidores e consumidoras; além disso, a loja contém e alimenta numerosa *população* de empregados de escritório, de caixeiros às dezenas, de modistas e costureiras em número elevado, de serventes e criados todos vencendo honorários e aluguéis.

Calculem a despesa do estabelecimento que aliás floresce e se agiganta!... que soma de contos de réis gastos anualmente com essa população!...

Calculem o que ganham em seu comércio as muitas outras, embora menos gigantescas, lojas de modas da *Rua do Ouvidor*, e hoje de outras ruas.

Calculem e façam idéia do que custam a moda e a elegância da cidade do Rio de Janeiro!...

Porque em cada corte de seda, em cada *toilette*, em cada chale, chapéu, gravatinha, etc., a compradora paga e deve pagar no seu tanto proporcional, além do valor e lucro do objeto que adquire, o aluguel da casa, e os honorários dos empregados de escritório, dos caixeiros, das modistas, das costureiras, dos serventes e dos criados, e antes de tudo isso os tributos da alfândega, que na verdade são de arrasar!...

Minhas belas e excelentíssimas leitoras, que devo confessar a mais incontestável verdade: as modas, o luxo, a chamada elegância das senhoras custam muito caro!... mas também juro e sustento que as senhoras merecem isso e muito mais; têm direito de educação maldirigida, imposta, porém, pela sociedade despótica e opressora do sexo feminino e esses sacrifícios materiais, que são em geral enfeites, flores e fantásticos artifícios, adornadores fictícios, efêmeros, pobres compensações da escravidão da mulher em nossa vida e em nossos costumes sociais.

Portanto bem podia haver ainda mais duas dúzias de lojas de modas como a de *Notre Dame de Paris* na cidade do Rio de Janeiro sem que o *sexo feio* tivesse o direito de queixar-se dos tributos que paga à vaidade do *belo sexo*.

Quanto a mim, a loja de modas *Notre Dame de Paris* só apresenta possíveis inconvenientes na grande extensão dos seus domínios que acabaram por tornar indispensável aos seus fregueses conhecimento exato de sua carta topográfica.

E vem aqui a propósito a *história ingênua* que prometi contar.

D. Elvira tem apenas 16 anos de idade e está casada há quatro meses. Alexandre de Menezes, o escolhido do seu coração, jovem bonito e rico que ainda vai completar os seus 22 anos.

Duas crianças, noivos, que passam a lua-de-mel a brincar, dois namorados que vivem em doces enlevos a acariciar-se mutuamente. Elvira e Alexandre ainda não podem separar-se durante uma hora sem saudades.

O mais ligeiro incidente, um espinho de roseira que no jardim prenda passageiramente o vestido de Elvira, sobressalta Alexandre, temeroso de algum arranhão no pé ou no braço da esposa: esta, se uma abelha morde a bela fronte do noivo, se afflige, e maldiz das flores que atraem as abelhas.

São dois esposos que, se viverem vinte e cinco anos, hão de celebrar o casamento de prata, e se chegarem aos cinqüenta celebrarão o de ouro.

Agora suponham que o que vou referir se passou há dois meses, ou há um mês, ou há quinze dias, pouco importa quando.

Um dia, Alexandre levou Alvira a passear pela *Rua do Ouvidor*; um criado os acompanhava, porque naturalmente o jovem esposo contava que a menina esposa, comprando cortes de sedas e enfeites, queria fazê-los conduzir logo para casa.

Esta explicação seria de todo vã, se ela não servisse para indicar que os dois noivos preferiam sempre passear, estar, viver a sós.

Era uma hora da tarde, os esposos namorados tinham já tomado sorvetes, falado para Petrópolis pelo telefone, admirado tranças e crescentes para penteados, que Elvira não comprou, *lastimando-se* de não poder usá-los, porque os seus cabelos negros e ondeados que soltos lhe caíam até um palmo acima dos pés, e para a frente levados a esconderiam toda em densa nuvem de enchentes de anéis, não lhe permitiam sem *hipérbole* monstruosa crescente suplementar.

O criado já levava em cartões, caixas e embrulhos duas ricas *toilettes*, um chapéu maravilhosamente extravagante, três cortes de seda para vestidos, duas estupendas saias de cauda, um delicadíssimo guarda-jóias e não sei que mais...

Era uma boa carga de objetos de luxo conduzida um pouco *fora de vila e termo*, atrás daquele casal de pombinhos que não davam satisfações ao mundo, porque na perfeita felicidade do seu amor só se ocupavam de si mesmos.

Oh! egoísmo abençoado!...

Era, porém, uma hora da tarde, quando Alexandre e Elvira, já de volta de seu passeio, entraram na loja *Notre Dame de Paris* pela segunda porta, segunda para quem sobe a rua.

É indispensável breve indicação topográfica para que possam entender a história aqueles que não conhecem a casa de modas *Notre Dame de Paris*.

Abre ela para *Rua do Ouvidor* quatro lojas como independentes, e cada uma com duas vidraças de exposição e sua porta de entrada; todas quatro se comunicam, porque cada qual tem sua porta, ou antes, passagem lateral, e todas quatro acabam no fundo completamente abertas para a galeria central de exposição de vestidos, de *toilettes*, etc.

A galeria central comunica-se pelo lado direito com um vestíbulo que tem porta para a Praça de *S. Francisco de Paula*, e pelo fundo um pouco à esquerda com a porta da escada para o sobrado, e bem no meio lança corredor que termina no armazém, que mostra o seu portão de ferro diante da Igreja do Rosário, ou da Sé Velha.

Ora bem: os dois esposos namorados entraram na segunda das quatro lojas confederadas, isto é, na loja das *sedas*.

Elvira ficou embevecida examinando belíssimas sedas que lhe apresentavam, e Alexandre vendo lindos vestidos expostos na galeria central subiu a esta para escolher algum e preparar com ele surpresa agradável à esposa.

Enquanto Alexandre escolhia o vestido, Elvira deu por falta do marido, e foi procurá-lo na terceira loja, e em seguida na quarta.

Mas o esposo estremeceu, tendo feito a escolha de que se ocupara, e dado as suas ordens, desceu da galeria central e pôs-se a viajar pelas quatro lojas *confederadas* em busca de Elvira, que aliás acabava de subir para a mesma sala donde ele tinha saído.

Por explicável vexame, nem Alexandre perguntava aos caixeiros por Elvira, nem esta pelo marido, e um e outro andavam a fazer voltas pelas lojas e pela galeria central, não lembrando a nenhum dos dois que o mais acertado era ficar esperando.

Essa idéia veio enfim, mas infelizmente ao mesmo tempo a ambos: Alexandre na primeira loja e Elvira na quarta esperaram debalde um pelo outro dois ou três minutos.

Perturbaram-se os dois esposos namorados sem saber o que pensassem e foram de mal a pior.

Alexandre pôs-se de novo a procurar Elvira e foi dar consigo o armazém de fundo da casa, e somente parou esbarrando no portão de ferro, e vendo defronte a Sé Velha.

Elvira agitada e temerosa a buscar o marido subiu pela porta que abre para a *Praça de S. Francisco de Paula*, e, perdendo a diligência, deu volta pela *Rua do Ouvidor*, e apenas achou o criado que esperava firme à porta da segunda loja.

Não lhe dando o criado notícias do marido, Elvira pensou nas modistas e nas costureiras, e, ciumenta pela primeira vez, avançou para dentro da loja, atravessou a galeria central e subiu para o sobrado.

Alexandre voltava então do armazém do fundo, e se tivesse levantado os olhos para a escada, diante da qual passava, teria visto a esposa subindo-a; ele, porém, vinha já desapontado, porque um caixeiro que fora em serviço ao armazém acabava de dizer-lhe que *sua senhora* tinha saído pela porta da *Praça de S. Francisco de Paula*.

Por essa mesma porta se lançou Alexandre, e depois de gastar brevíssimo tempo a olhar para todos os lados sem avistar a sua Elvira fez o que ela tinha feito, deu volta pela *Rua do Ouvidor* e foi encontrar o criado imóvel no seu posto de obediência.

Sabendo que Elvira há pouco entrara de novo na loja, o esposo namorado e já senão suspeito ao menos apreensivo recomeçou os seus rodeios pelas lojas até que lhe veio à lembrança o sobrado, e partiu para atravessar a galeria central, e subir a ele:

Elvira não se perdeu nos labirintos do sobrado, porque conhecia bem o caminho das salas das modistas e costureiras, e lá chegando, pediu, para dissimular loucas suspeitas que trazia, que lhe mostrassem os mais ricos vestidos feitos, enquanto com olhos penetrantes e com instinto feminino estudava fisionomias, e procurava indícios do que em ciúmes imaginara...

No meio da exposição e elogios que lhe faziam de *delirantes* vestidos, Elvira preocupada e menos circunspecta voltou-se rápida, e sem explicações nem despedida saiu acelerada.

A modista, que acudira ao seu chamado, e que assim ficara *sem saber como* com um vestido entre as mãos e a freguesa em retirada, disse em francês às companheiras:

– Esta senhora trouxe e leva ou o marido ou o amante em incêndio na cabeça.

Vejam como a senhora mais honesta, e nenhuma podia sê-lo mais do que Elvira, se expõe por imprudentes comoções mal contidas a maus e injustos juízos!...

Mas, feliz coincidência, quando Elvira, tendo descido a escada, voltava pela sala central para a primeira loja, Alexandre vinha da segunda para subir ao sobrado.

Era isso ao mesmo tempo, e ainda assim tão desatinados ambos, que já passavam sem se ver, nem dar um com o outro, quando Elvira que era sempre mulher, ao olhar-se embora sem parar a um espelho, viu nele a imagem de Alexandre em rápido vôo, e gritou-lhe doce e ansiosamente.

– Alexandre!...

O final da história adivinha-se.

Os dois noivos namorados quase que se abraçaram ali mesmo, mas ainda bem que apenas risonhos e aditados limitaram-se a apertar as mãos em consideração aos circunstantes.

Ah! e se não fosse o espelho?!!!

Eram duas e meia horas da tarde quando Alexandre e Elvira perdidos um do outro desde mais de uma hora conseguiram encontrar-se!...

Que *se mirem naquele espelho* as minhas exmas. leitoras e os meus leitores, para que penetrando naquela imensa república de *lojas confederadas, de territórios anexos*, de portas de entrada e de saída e de labirintos do sobrado da grande e espaçossíssima loja de modas *Notre Dame de Paris* não se exponham por leve descuido a perderem-se alguma vez os pais e as filhas, os maridos e as esposas, como aconteceu a Alexandre e a Elvira!

Agora cumpre-me declarar que a história ingênua de Alexandre e de Elvira foi por mim imaginada sem malícia alguma e só no intuito de oferecê-la em despedida às minhas exmas. leitoras, e amolados leitores, pois que recebem aqui o seu ponto final as *Memórias da Rua do Ouvidor*.

CAPÍTULO 18

Três Anexos às Memórias da Rua do Ouvidor

Como depois de dar por terminadas as *Memórias da Rua do Ouvidor* fui acusado de três omissões de casas célebres, e para remissão desse pecado tenho de ajuntar à obra três *anexos*. Como no *anexo I* trato de um livreiro notável, e acho azada ocasião para referir o interessante caso que levou o ilustre Sales Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim, a entrar na vida política contra sua vontade. Como no *anexo II* me ocupo da loja de cabeleireiro *Cabeça de Ouro* que se tornou célebre por formosíssima *trança de cabelos* que media na vidraça onde foi exposta onze palmos e mais algumas polegadas (dois metros e meio); digo donde era a senhora, a quem se cortaram esses maravilhosos cabelos, e onde eles foram parar. Como enfim deixo adiado o *anexo III* por não caber no folhetim, que já ficou longo com os dois primeiros.

Bem disse eu, muitas omissões haviam de ser notadas nas *Memórias da Rua do Ouvidor!*

Terminando o Capítulo 17 dessas *Memórias* tomei larga respiração, escrevendo a palavra mais suave que os autores conhecem:

FIM.

Eis-me hoje obrigado a voltar ao *Folhetim do Jornal do Commercio* para que me absolvam de três esquecimentos involuntários pelos quais me chamaram a contas.

Mas eu não me sei arranjar com a palavra *Fim* que escrevi, acabando o Capítulo 17, e com um novo capítulo depois do *Fim*, senão tomando o exemplo e seguindo a lição dos ministros de Estado, que depois do *Fim* dos seus relatórios ajuntam sempre a estes os *anexos*.

Não tremem, porém, de medo os meus leitores; os *anexos das memórias da Rua do Ouvidor* não hão de ser dez vezes maiores do que o corpo da obra, como se observa nos excellentíssimos relatórios.

Recebi três protestos, três obsequiosas censuras, três acetinadas e penhoradoras acusações de esquecimento de outras tantas casas notáveis, e, fazendo confissão do meu involuntário descuido, vou corrigi-lo neste capítulo de *anexos*.

E tenho para mim que neste reconhecimento e na emenda do meu erro dou prova de exemplar virtude, pois que vivo em tempos em que a vaidade humana tornou dogma o *quod scripsi, scripsi* de Pilatos, sendo todos os homens infalíveis como o Papa.

Leitores pacientíssimos! não há recurso; é indispensável voltar a fazer viagem pela *Rua do Ouvidor*.

Mas que viagem!... ao que vos convido, ou quase que vos obrigo, não é mais a viajar, é a dar três grandes saltos, porque cada uma das casas notáveis esquecidas está em quarteirão distinto.

Ainda bem que a ginástica já entra seriamente no sistema de educação pública, e na província do Rio de Janeiro adotou-se até a ginástica apropriada para o sexo feminino na escola normal.

Declaro em defesa prévia que não acabo de fazer censura, nem epigrama. Eu reconheço a conveniência e aplaudo a aplicação do ensino da ginástica.

Portanto, meus leitores, estamos habilitados para dar sem perigo três saltos em honra dos três *anexos*.

Anexo I

A casa hoje ocupada pela livraria dos Srs. Barbosa & Irmão, e sita na *Rua do Ouvidor*, entre as *Nova do Ouvidor* e dós *Ourives*, foi justificadamente célebre, sendo também livraria de *Mongie*.

Filho de livreiro notável de igual nome, estabelecido em Paris e ali muito conhecido e estimado editor, que as bibliografias não esquecerão, *Mongie* veio para o Rio de Janeiro, e na casa mencionada, defronte da então florescente loja de perfumarias dos *Desmarais*, abriu em 1832 livraria, cuja importância era grande e muito explicável pelas relações com a casa paterna, em França.

Mongie tinha instrução variada, trato ameno e excelente caráter. A sua livraria muito rica de boas obras vendidas a preço que não o prejudicava, mas não aturdiu o comprador, foi preciosa fonte de civilização, e era freqüentada pelos homens de letras e pelos cultivadores das ciências, que achavam nela os melhores livros de publicação recente e o gozo da conversação ilustrada e espirituosa com o livreiro.

Contemporâneo do Albino Jordão, *Mongie* não tinha em menospreço a loja de livros, em grande parte velhos, e de brochuras antigas e modernas; pelo contrário, muitas vezes procurava o patriarca dos nossos alfarrabistas, entretinha-o quanto podia e comprava-lhe livros antigos e folhetos, cuja matéria excitava sua curiosidade.

Muito amigo do seu vizinho fronteiro, Mr. *Desmarais*, que ainda felizmente vive às vezes brincando e aludindo à sala de cabeleireiro da loja do perfumista, dizia-lhe em ótimo francês:

– Você adorna as cabeças por fora, e eu as adorno por dentro; creio que sou mais útil, mas você tem mais cabeças a adornar.

E o *Desmarais* respondia:

– Concordo, mas troquemos as lojas com a condição de trocarmos também as cabeças, não as dos fregueses, sim as nossas.

A loja de livros de *Mongie* foi a mais considerável do seu tempo, e ponto de reunião de sábios e de literatos, que ali tinham por segura palestra animada, interessante e espirituosa, na qual o dono do estabelecimento era excelente e estimado companheiro.

Um dos mais assíduos freqüentadores da loja de livros de *Mongie* de 1836 em diante foi aquele homem de inteligência superior que se chamou Francisco de Sales Torres Homem, e em seus últimos anos Visconde de Inhomirim.

Vem aqui a propósito curiosa informação que não deve escapar aos futuros biógrafos do ilustre visconde.

Sales Torres Homem, chegado da Europa creio que em princípio de 1837, ardia por tomar posição e *reaparecer* na imprensa política do Rio de Janeiro, e apenas se continha (eu lho ouvi por vezes), esperando por Evaristo Ferreira da Veiga, que estava então em Minas Gerais, e que era o estadista de sua maior confiança, de cujos conselhos não queria prescindir.

Evaristo voltou de Minas Gerais a 2 de maio de 1837 e dez dias depois faleceu – no Rio de Janeiro.

Sales Torres Homem achou-se privado do conselheiro patriota e deliberou por si, publicando o *Jornal dos Debates*, no qual teve por colaboradores os seus contemporâneos de estudos em França, os Srs. João Manoel Pereira da Silva (atual conselheiro), Domingos Gonçalves de Magalhães (depois Visconde de Araguaia) e Manoel de Araújo Porto Alegre (ulteriormente Barão de Santo Ângelo).

O *Jornal dos Debates*, periódico de doutrinas liberais, mas em oposição ao governo do regente Padre Feijó, produzia por excelente e apurada redação notável impressão no ânimo do povo.

Sales Torres Homem, o redator principal da parte política do *Jornal dos Debates*, ganhava crédito e firmava opinião.

Um dia, no mesmo ano de 1837, Mongie conversando em sua loja com Sales Torres Homem, disse-lhe, aludindo aos seus eloqüentes artigos de oposição no *Jornal dos Debates*:

– O senhor teve a felicidade de seguir acertadamente a sua vocação; nasceu predestinado para fulgir na imprensa política e para elevar-se por ela às mais altas posições no seu país.

Sales pôs-se a rir e depois respondeu:

– E se eu te dissesse que sou político por violência feita à minha vontade e por imposições arrebatadas de minha própria vaidade?...

– A pesar seu?

– Ao menos contra a mais decidida negação à política, e contra assentados planos do futuro de minha vida.

– O fato me pareceria, não digo singular, mas com certeza interessante.

– Pois eu lhe revele o que ainda ninguém me ouviu, e que nem por isso lho digo com pueris reservas de segredo.

E Sales Torres Homem contou a Mongie o que com ele se passara em 1832, como depois o referiu a diversos amigos seus, entre os quais se contou quem hoje escreve estas linhas.

É o que se segue:

Sales Torres Homem acabava de formar-se na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, e até então sentira absoluta negação para a política, e preparava-se para entrar em concurso a uma das cadeiras da nova escola de Medicina (1832), quando soube que o tinham feito membro da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* (sociedade política representante do partido liberal moderado que era o dominante) eleito para o conselho diretor e membro da comissão redatora da imprensa da sociedade.

(O fato explica-se: Evaristo Ferreira da Veiga empenhava-se em recrutar para o partido de que era chefe os jovens mais notáveis pela inteligência).

Sales revoltou-se contra aquela espécie de violência, mas passou a noite em claro aguilhoado pela sua *vaidade* a pensar que se rejeitasse, como a princípio resolvera, aquelas nomeações, talvez julgassem que a rejeição era determinada por ele se reconhecer incapaz de escrever artigos sobre assuntos políticos.

Na manhã seguinte deixou o leito com a firme resolução de ir à sociedade, de escrever dois ou três artigos e depois dar demissão de redator, de conselheiro e de sócio, para ocupar-se só do seu concurso.

Mas Sales era (*dizia ele*) da mais completa ignorância em política.

Que faz então?

Pobre a não poder distrair alguns mil réis das magras despesas diárias, Sales toma metade dos seus livros de Medicina, leva-os a um livreiro da Rua dos Lateiros, onde ele também morava, e pede-lhe que os receba e que lhe dê em troca algumas obras de *Ciência Política*.

– Mas que obras prefere? perguntou-lhe o livreiro que era seu freguês.

– Eu sei lá!... respondeu-lhe Sales; dê-me aquelas que são mais procuradas pelos *deputados* e homens políticos.

O livreiro sorriu-se, deu a Sales o *Curso de Política Constitucional de Benjamin Constant* e a *História da Revolução Francesa, de Thiers*.

Sales pôs-se a ler com ardor, e no fim de uma semana escreveu e mandou para a imprensa o seu *primeiro artigo político* que devia ser publicado no dia seguinte.

O novo publicista quase logo arrependido do que fizera, medroso do *fiasco* que se lhe afigurava certíssimo, encerrou-se em casa até dois dias depois, em que um amigo lhe apareceu entusiasmado, trazendo-lhe a *Aurora Fluminense*.

Na sua *Aurora*, Evaristo Ferreira da Veiga saudava a revelação da mais bela inteligência naquele artigo, em que um jovem escritor se estreara com um triunfo de eloquência e com evidente prova de sérios estudos.

Evaristo, o grande patriota, chefe do partido moderado, era por seu ilustrado talento, pelas suas virtudes e pelo seu exemplar desinteresse o entusiasmador da mocidade.

A apreciação do *artigo* publicado na *Aurora* por Evaristo decidiu o destino de Sales Torres Homem, que arrebatado pela *vaidade* (*dizia ele*) abandonou a idéia do concurso e a profissão da medicina que pretendia seguir, e dedicou-se todo à imprensa política, e a princípio com a exclusiva lição do *Curso de Política Constitucional de Benjamin Constant e da História da Revolução Francesa, de Thiers*.

Eu creio que nesta revelação da origem do seu pronunciamento, e da sua entrada na vida política Sales exagerava muito, tanto a própria negação a envolver-se nas lutas dos partidos em 1832, como a inverossímil e absoluta ignorância da *Ciência Política* e tal e tão profunda, que ele nem tinha idéia *daquelas duas obras* que o livreiro lhe deu; mas é positivo que esse ilustradíssimo varão contava assim a história do quase recrutamento forçado que o levou a jurar bandeira no partido liberal, e a tornar-se homem político.

O livreiro Mongie, que antes de todos merecera receber esta curiosa informação, e que na cidade do Rio de Janeiro de tanta estima foi objeto, nela faleceu depois de poucos anos de florescimento, deixando-lhe lembrança de honrado nome, e parentes que se enraizaram no Brasil.

Anexo II

Uma loja de cabeleireiro florescia há mais de dezoito anos no nº 110, entre as ruas dos *Ourives* e dos *Latoeiros*, tendo então por emblema a *Cabeça de Ouro*.

Vendiam-se ali tranças crescentes e faziam-se penteados, mas certamente a loja não era célebre. De súbito mais ou menos todos, e as senhoras principalmente, sem exceção, estavam diante da vidraça da *Cabeça de Ouro*, e ali se deixavam em contemplação.

E havia justificada razão para isso numa trança de cabelos exposta na vidraça.

A trança era muito vasta, de cabelos finos e de cor castanha, quase pretos, de formosa *nuance*, e tão longa se estendia, que se mostrava em três lanços ou voltas na vidraça.

Eram cabelos de comprimento extraordinário e de beleza notável; mediam nada menos que *dois e meio metros*, fora o que deles ficara ornando ainda a cabeça da senhora que, sem dúvida, a seu pesar se privara de tesouro tão singular; deviam, pois, ter sido na cabeça de sua dona cabelos de doze a treze palmos de comprido.

Quando ela os abandonasse soltos, aqueles imensos e formosos cabelos não lhe cairiam até os pés, como os imaginários de uma das mais belas herófnas dos romances de Alexandre Dumas, arrastar-se-iam seis ou sete palmos pelo chão, como estupenda cauda de um manto de madeixas.

Era um prodígio da natureza, e em face do prodígio geralmente se acreditou em artifício, supondo que na trança sutilmente se tinham pendido um aos outros cabelos de muito menor comprimento, como os cabeleireiros muitas vezes o fazem em tranças e crescentes de menor preço. Mas não houve quem descobrisse o artifício.

As senhoras e muitos homens entravam na loja da *Cabeça de Ouro*, viam, examinavam com ávidos olhos e muito de perto a maravilhosa trança; crescia-lhes, porém, a suspeita de ilusão, porque o zeloso dono defendia o seu precioso tesouro de exames manuais que poderiam prejudicá-lo. Fizeram-se na cidade apostas pró e contra a realidade do comprimento natural daquela trança.

A procedência dos cabelos era também questão que excitava muito a curiosidade daqueles que não tinham suspeitas de artifício; mas a princípio o dono guardava segredo, porque o mistério ainda mais aumentava essa curiosidade e o concurso de senhoras e cavalheiros na sua loja.

Dentre os adivinhadores, uns diziam que os cabelos tinham pertencido à cabeça de uma pobre camponesa italiana, que os deixara cortar, vendendo-os por pequeno preço, que lhe parecera, coitadinha, elevada quantia, quase riqueza. Outros pretendiam saber que aqueles cabelos tinham sido de uma senhora espanhola, e cortados depois que ela morrera. Outros, talvez leitores entusiastas das *Mil e Uma Noites*, asseguravam, e seriam capazes de jurar, que a trança maravilhosa provinha do

Oriente, onde coroara sublime a cabeça de linda Georgiana ou Circassiana, mísera escrava e vítima dos ciúmes de perverso pachá.

Além dessas, imaginavam-se outras procedências, de Portugal, da Grécia, e nem sei donde mais. Predominavam nas adivinhações o Sul da Europa, e o Oriente. E ninguém, e nenhum tinha a idéia, ou a conjetura de uma *brasileira*, como triste sacrificadora de seus extraordinários e maravilhosos cabelos.

Riam-se, zombavam desses sonhos ou imaginações os suspeitos que teimavam em considerar a trança exposta na vitraça da loja da *Cabeça de Ouro* como habilíssima e ilusória obra-de-arte consumada.

Por fim fez-se a luz. A trança que tantos supunham artificial e de falso comprimento de cabelos era natural e absolutamente verdadeira. Eis aqui a simples história da *trança* de cabelos prodígia.

O Dr. Antônio da Costa foi chamado para tratar de uma senhora ainda jovem e casada, natural da cidade de Mariana (província de Minas Gerais), e dali recentemente chegada.

Qualquer que fosse a moléstia que atormentava a formosa senhora mineira (porque formosa era, como me informaram), sofria ela também constantes dores de cabeça, e no correr do seu tratamento o Dr. Antônio da Costa, que aliás se maravilhara, vendo e contemplando os admiráveis cabelos da doente, exigiu com a maior pena que eles fossem cortados, e, amigo que era do dono da loja, foi dar-lhe notícia daquela riqueza imensa de extraordinários cabelos, contra os quais a ciência médica impusera a tortura horrível da tesoura.

Consumou-se o sacrifício da bela vítima, que viu em pranto caírem cortados seus maravilhosos cabelos; em compensação voltou ela perfeitamente restabelecida para Mariana, e o dono da *Cabeça de Ouro*, que aproveitara os avisos do seu amigo o Dr. Antônio da Costa, procedeu regularmente e de modo que ficou com os preciosos despojos do sacrifício da tesoura.

Foram pois de uma brasileira, de uma senhora mineira esses cabelos admiráveis, finos, abundantes e formosos, que expostos em trança passaram por inverossímeis em seu comprimento de mais de onze palmos.

Mais tarde escolhidos da cópia imensa daqueles cabelos surpreendentes, quase inverossímeis, os que mais compridos eram, foram mandados para a Exposição Universal de Londres (a segunda), e finda esta vendidos por 5.000\$000 do nosso dinheiro, tão grande foi a admiração que eles causaram.

E alonguei-me tanto que o terceiro anexo não cabe neste folhetim.

CAPÍTULO 19

Anexos

Como falhando-me o assunto com que contava para o terceiro *anexo*, acho excelente recurso nas célebres casas de modas de *madame gorda*, e das *três judias*, e finalmente completo este capítulo, que é agora e decididamente o *último*, contando uma *historieta*, que as senhoras casadas não devem ler.

Vá a quem toca, e que eu não sei quem seja, mas a quem aliás agradeço a obsequiosa suavidade da carta anônima que me dirigiu.

Procurei zelosamente informações da casa célebre *loja de brinquedos*, à Rua do *Ouvidor* quina da de *Gonçalves Dias*, e fiquei *in albis*. Apenas me falaram de *loja* desse gênero *próxima* à Rua do *Ouvidor*, mas na de *Gonçalves Dias*, e bem que este nome esteja gravado profundamente no meu coração, denomina *rua* cujas casas não podem entrar nas *Memórias da Rua do Ouvidor*.

O meu leitor anônimo, que tanto me honrou, é quem pode melhor orientar-me, porque, lho digo, consultei a *dois* velhos respeitáveis dos que me assinalou, outrora jovens estudantes e freqüentadores da *loja de brinquedos* da Rua do *Ouvidor*, quina da de *Gonçalves Dias*, e ambos me responderam pela negativa, e tão decididamente, que me desanimaram o empenho de outras informações.

Ora, o caso é que me achei em apuros de comprometimento. A tal *loja de brinquedos* devia ser o meu *terceiro anexo*, e por força maior reconheci-me *desanexado!*

Mas (vaidade de autor que é tão estulta como todas as outras vaidades deste nosso mundo, planeta de doidos) eu faço, ou fiz de conta que os meus *numerosíssimos* e *enlevadíssimos leitores* e principalmente *leitoras* (ainda mais vaidade no caso) esperavam com interesse e ardor o terceiro anexo, e agora positivamente último capítulo das *Memórias da Rua do Ouvidor*, obra dantênica, buenarótica, homérica e destinada a atravessar os séculos.

Em tão grande aperto, não quis dar o meu braço a torcer, e viajando eu só de cima para baixo, e de baixo para cima a procurar *matéria nova* para encher o terceiro anexo, descobri *notabilidades* que me dariam assunto para escrever ainda uns vinte capítulos.

Mas eu já declarei que a minha obra monumental estava acabada e não quero ir além do terceiro anexo para não comprometer as condições arquitetônicas do edifício que levantei.

Entre dezenas de recordações algumas, cabeludas e outras descabeladas, desta mina inesgotável da *Rua do Ouvidor* desde meio século e alguns anos tomarei de preferência *duas lojas célebres e uma historieta*, conto imaginário, ou verdade verdadeira.

Anexo III

Lembrarei em primeiro lugar a mais moderna das duas *lojas célebres*, aquela que ainda há menos de doze anos ocupava a casa do atual nº 108, contígua à da *Estrela*.

Anos depois de 1840 tiveram nessa casa loja de modas duas francesas de meia-idade, irmãs, das quais uma alta e quase magra e a outra notavelmente gorda.

Ou porque fosse a principal sócia da casa ou por aquela distinção física a irmã gorda deu não o nome, mas a alcunha à loja.

Como as duas irmãs se chamavam nem eu sei, nem creio que alguém cuidasse em sabê-lo; o nome da loja era o da família de ambas, estava escrito no portal; mas ninguém o lia.

Loja de madame gorda era a denominação conhecida.

As duas irmãs não podiam agradar por bonitas; eram porém francesas que sabiam atrair fregueses por seus modos afáveis, e que gozavam crédito de modistas de bom-gosto.

A loja de *madame gorda* foi muito concorrida, e portanto a própria irmã que era magra ia engordando financeiramente.

Estabelecido o *Alcazar Lírico* depois *Teatro Lírico Francês* na Rua da *Vala* (da *Uruguaiana* atualmente), as principais ninfas alcazarinas foram aos poucos tomando *madame gorda* por modista, e enfim a célebre *Mlle Aimée* firmou o reinado da tesoura de *madame gorda* nas *toilettes* das alcazarinas florescentes.

Até aí não havia que dizer; as novas freguesas pagavam caro, e gastavam como se fossem pescadoras do Pactolo. Eram poucas, somente as mais famosas, as alcazarinas a quem *madame gorda* servia, mas cada uma delas valia por dez a despende na loja.

Isso não espantou a antiga e séria freguesia de *madame gorda*.

Mas em breve *Mlle Aimée*, e logo a imitá-la as celebridades *alcazarinas* não se contentaram com a sua exposição às vezes em seminudez na cena escandalosa do *Alcazar*, que determinou a decadência e a corrupção da arte dramática na capital do Império; elas quiseram ainda pôr-se em exibição repreensível de dia, e *madame gorda* prestou-se a essa exploração do vício.

As tais alcazarinas, tomando como em prova seus novos e riquíssimos vestidos, fugiam do interior da loja; e era junto às portas desta e em face do público a passar pela rua que *madame gorda* e *madame magra* as cercavam, simulando marcar supostos defeitos em sua obra, ora alisando com os dedos os talhes do corpinho, ora fazendo *aquelas freguesas* de colo nu e nuas espáduas executar longo e moroso movimento de rotação, como bonecas-figurinos de vidraça de cabeleireiro, enquanto elas, as duas irmãs, em fingido e ativo exame indicavam aos observadores curiosos as formas e os contornos dos corpos assim expostos, e o inconfessável *prestígio* de tanta riqueza de vestidos.

Ora, é claríssimo que não se provam inocentemente vestidos às portas da rua. As pessoas gordas não se abaixam com facilidade; mas *madame gorda* rebaixou-se muito.

Era demais. A freguesia antiga e séria abandonou a loja de *madame gorda*. Em breve (para alguns sem dúvida *em longo*) Mlle *Aimée* como andorinha que era *bateu a linda plumagem* (verso de modinha antiga) e foi fazer *verão* em outras cidades, as suas companheiras, de ruim nomeada, caíram aqui no *inverno* do desprezo merecido, ou fizeram à cidade do Rio de Janeiro o grande favor de ir arranjar *primavera e outono*, onde melhor lhes pareceu.

História de *ciganas nômades*.

E *madame gorda* sempre a engordar cada vez mais fisicamente, sentindo-se, por justa punição de pecado, emagrecer economicamente, trancou as portas de sua loja de modas, e foi longe do Brasil maldizer da vil condescendência com que se prestara a servir ao impudor das alcazarinas.

É caso de dizer – *bem-feito*.

A outra loja, também célebre, menos moderna, porém, ocupou a casa quase fronteira da de *madame gorda*, e que hoje é muito conhecida pela sua denominação de *Dois Oceanos*, como se não fosse bastante um oceano só para afogar os fregueses.

Desde perto de quarenta anos floresceu nessa casa a *loja das judias*; a denominação escrita na tabuleta não era essa; o público, porém, não conhecia nem admitia outra.

A loja era de modas, nela, além de se fazerem vestidos, vendiam-se chapéus e diversidade de enfeites para senhoras.

O chefe e dono do estabelecimento era um francês (alsaciano) *judeu*, cujo nome não sei, mas notabilíssimo por ser pai de três bonitas filhas, três *judias* jovens, solteiras e espertas, que eram as principais recomendações da loja.

Declaro que vi muitas vezes e sem o menor perigo para a minha virtude *madame gorda* e sua irmã quase magra, mas não tenho idéia, ou não conservo lembrança, das três *judias*, que representavam o contraste daquelas duas irmãs.

Informam-me que a *loja das judias* foi muito afreguesada, teve fama e crédito e que as três jovens bonitas, faceiras e de afabilíssimo trato, *judias* que eram, *judiaram* o mais que é possível com dezenas de elegantes mancebos, e com alguns ridículos velhos, que se enamoraram delas.

As *judias* deixavam-se namorar, sorriam-se aos namorados, faziam vestidos e vendiam chapéus e enfeites às esposas, às filhas e às irmãs dos seus apaixonados, *judiavam* com estes, e se conservavam honestas.

Dizem-me que das três irmãs a segunda na conta dos anos, e eram vinte neste tempo, a segunda que, apesar do – *in medio posita do virtus*, foi a menos contida, ou a mais ousada, muito urgida por um seu ardente apaixonado, que era então membro da Câmara dos Deputados, dera-lhe, o mil vezes pedido, longo anel de seus cabelos louros a troco de um colar de finas pérolas.

O ilustre parlamentar, que foi realmente ilustre e depois senador, etc., pensou que podia tecer com os cabelos do áureo anel lisonjeira corda para prender a *judia*, mas que havia de acontecer?... a Câmara foi dissolvida, e o deputado *dissoluto*, voltando à loja das *judias*, e ali fazendo à namorada proposições terníssimas, recebeu em resposta a mais cruel *judiação*:

– Ah, doutor!... palavra de honra, depois da dissolução da Câmara o seu amor não pode mais entrar na *ordem do dia*.

O ex-deputado teve o bom-gosto de rir-se, mas saiu da loja desapontado; mais tarde, quando era senador, e foi mais alguma coisa, já as *judias* tinham-se retirado da cidade do Rio de Janeiro e recolhido à França.

Uma delas casou-se aqui, creio que com um *judeu* a quem amava; das outras não sei; deixaram fama de *judiação* namoradeira, mas sem descrédito aviltador.

Ganharam bom dinheiro na loja e zombaram dos namorados intencionais-seductores.

Direito perfeito: eram *judias*, e como tais *judiaram*.

Madame gorda e madame quase magra, sua irmã, multiplicadas por si mesmas, não valiam o próprio colar de pérolas que a troco do anel de seus cabelos louros recebeu *menos dignamente* de seu apaixonado a segunda das três *judias*.

Acabam aqui os anexos; segue porém como apêndice a *historieta* que prometi, e que vai sem declaração da loja e do ano em que se passou para que não me acussem de leviandade.

Mr. Tal estava de mau humor e com alguma razão, tendo encontrado entre outras sedas e fazendas em remessa chegada de Paris dez cortes de seda para vestidos, todos de padrão igual e horrivelmente espantador com extravagante mistura de cores vivíssimas, e de ramagens grandes e pequenas amarelas, vermelhas, negras, etc.

Mr. Tal não quis expor semelhante *espanta-freguesas*. *Mr. Qual*, porém, que era desde algum tempo sócio em parte dos lucros da loja, jurou que venderia todos os dez cortes, e pôs um deles suficientemente desenrolado na vitraça.

Mr. Tal disse ao sócio:

– Venda-os a todo preço, a quarenta mil réis ou menos cada um, se aparecerem *gostos estragados* a comprá-los.

No primeiro dia não houve homem ou senhora que, passando por defronte da loja, não indicasse como que admiração e repugnância, vendo tão espantadora e medonha seda.

Mas no dia seguinte a uma hora da tarde parou de repente à porta da loja bonito faetonte tirado por cavalos negros, trazendo dentro (não dos cavalos, mas dele faetonte) recostada em entorso *Mlle Bibi* (nome que lhe dou) com os cabelos à Madalena, *et cœtera*.

Mademoiselle saltou do faetonte, entrou na loja e pediu para examinar a seda, que *Mr. Qual*, acudindo logo, apresentou-lhe dizendo:

– Última e delirante moda de Paris! receberemos vinte cortes desta seda, e só nos resta este que é o último: vestido a – *je ne veux pas qu'on m'aime!* – *Mme Mac Mahon* há pouco mais de um mês fez com um destes vestidos verdadeiro furor no baile do Eliseu.

– Sim, respondeu *Mlle Bibi* a rir: é mais do que feia, é tão horripilante esta seda, que por força obriga a atenção, por consequência convém-me. O preço?

– Por ser o último corte... e porque *Mlle* o distinguiu... duzentos mil réis...

– Que diabo! mas que me importa o diabo do preço?... quero esse corte de horrorosa seda... ponha-o de lado que é meu, daqui a meia hora há de vir quem lho pague.

E *Mlle Bibi* voltou-se com artificioso movimento, e a olhar para a direita, para a esquerda e para a frente lançou-se dentro do faetonte, e outra vez reclinada de estorço, e pondo à mostra uma das altas botinas toda cheia de laços e fivelas, tendo dado ordens ao cocheiro, foi levada à trote largo pela *Rua do Ouvidor* acima.

Menos de meia hora depois, e sem vergonha nenhuma, o *Comendador Crispim* (eu vou crismando os verdadeiros personagens da história), homem de quarenta anos e casado com senhora ainda moça, bonita e virtuosa, entrou na loja, viu e pagou o corte de vestido de seda, pediu papel e tinta e (mal inspirado poeta) escreveu a seguinte quadra:

Af tens a mais feia seda,
Que se fará bela em ti,
Pois tudo é belo em teu corpo,
Meu anjo, minha *Bibi*.

E logo colocou o seu verso entre as dobras da seda, fez acondicionar esta em cartão bem arranjado e escreveu sobre o cartão a necessária indicação da rua e do número da casa da *Bibi* e deu ordem para ser imediatamente levada a encomenda ao seu destino.

Um caixeiro saiu logo com o corte de seda.

O *Comendador Crispim* que, embora fosse rico, era muito econômico, e frequentemente queixava-se à esposa das despesas que ela fazia com suas *toilettes* de modo a vexá-la não pouco, acabava de pagar duzentos mil réis corte de abominável seda coagido por exigência do vício que o escravizava.

Raras vezes a esposa tinha merecido seda de tanto preço ao marido sovina. É verdade que *Crispim* pagara os duzentos mil réis, lamentando semelhante capricho, mas somas muito mais avultadas já por castigo lhe tinha custado a sua *fraqueza*.

Não é *fraqueza* que se diz?...

Mas *Crispim* ia sair da loja, quando parou à porta, vendo aproximar-se outro comendador (no Brasil os doutores e os comendadores são como as folhas do bosque e as areias do mar), o seu concunhado Teotônio, e ambos ficaram a conversar.

A conversação foi confidencial e versou sobre as *impertinências* das esposas e sobre os expedientes com que eles as mistificavam.

Os dois comendadores casados com duas senhoras irmãs e honestíssimas eram maridos como há por af outros que, ainda mesmo sem comenda, são maridos de encomenda.

Crispim, depois de ouvir o que Teotônio lhe dizia da sua Luizinha, que às vezes ciumenta o massava, chorando, mas sempre acabava por acreditar na sua inocência, tomou a palavra por sua vez.

– Olha, Teotônio, a minha Clotilde só me atrapalha, vindo alguns dias encontrar-me na *Rua do Ouvidor*; hoje, porém, como eu podia correr certo perigo, livrei-me absolutamente da Clotilde. Foi uma dos diabos... estou quase arrependido.

– Que foi?

– De um retalho de seda azul que lhe ficara de um vestido ela arranhou uma gravata para o nosso sobrinho Quincas, e esta manhã fingi por isso tal acesso de ciúmes, que a deixei chorosa, desgrenhada...

– Mas que loucura cruel! Quincas tem apenas dezesseis anos de idade, e desde os cinco em que perdeu seus pais é nosso filho de adoção...

– Chegando à casa eu pedirei perdão à Clotilde; era-me porém necessário livrar-me hoje dela na *Rua do Ouvidor*.

Os dois foram interrompidos pelo caixeiro que tinha ido levar o corte de seda à casa de *Mlle Bibi*.

Crispim chamou a um lado o *pequeno* e interrogou-o sobre o desempenho da comissão, mas quase logo levou as mãos à cabeça e recuou exclamando:

– Oh, diabo! que foi fazer este pastrana!...

O desazado caixeiro, que costumava levar às vezes fazendas à casa do comendador, não julgara preciso ler as indicações escritas sobre o cartão e fora entregar o corte de seda à esposa de Crispim.

Mr. Tal e Mr. Qual acudiram à exclamação, e sabendo do *qui pro quo*, enquanto o primeiro repreendia o caixeiro e jurava ir despedi-lo; o segundo, abusando da perturbação e do desespero de Crispim, disse-lhe:

– Talvez que V. Ex^a esteja aflito, além do outro motivo, também pela falha do... da *encomenda*, por ter sido aquele corte de seda o *último*... mas acabamos de descobrir outro corte, e, se quer que o mande levar... eu sei onde é... não haverá engano... V. Ex^a quer que o mande levar?... quer?...

– Mande... mande, respondeu sem pensar no que dizia o Comendador Crispim em apuros.

Teotônio ouviu-lhe a história do fatal *qui pro quo* com a circunstância agravante da *quadra*, prova evidente da culpa.

Ficaram os dois a olhar um para o outro e *junto de um penedo outro penedo*.

– Que entrosga! murmurou Crispim finalmente.

– E o meio de sair dela?... disse Teotônio.

Ambos por mais de uma hora ali se deixaram a imaginar explicações impossíveis, até que de súbito parou à porta da loja um carro (da praça) e dele se apeiou Clotilde.

Façam idéia da cara e da compostura de Crispim. Isto se passava em fins de junho, e o pobre homem suava a causar pena.

Clotilde vinha pálida, levemente trêmula, mas *senhora*.

Ela deu a mão ao marido e ao cunhado e disse com brandura àquele:

– Crispim, fizeste hoje um despesão comigo! o caixeiro me informou do preço da seda; agradeço-te muito o belo presente e a graça dos versos.

O marido respondeu estupidamente, fingindo rir e falando ao ouvido da esposa:

– Ah! causei-te ciúmes? era o que eu queria para vingar-me.

Clotilde tornou dizendo-lhe docemente:

– Bem sei, e podias tê-lo dito em voz alta; bem sei que a minha vontade e até os meus caprichos são a tua lei, e vou prová-lo.

Avançando então para dentro da loja, ela disse a *Mr. Qual* que se apresentara:

– Quero um outro corte daquela seda.

– Pois o que foi, é pequeno?...

– Não, Crispim, a seda porém é lindíssima, e eu desejo outro corte para aumentar a cauda do vestido, e para fazer algumas gravatas que destino ao nosso Quincas.

O marido sovina sentiu o golpe, e chegando-se para Teotônio disse-lhe baixinho:

– Ainda bem que o derradeiro depois do último...

Mas não acabou, porque *Mr. Qual* acudiu, dizendo:

– Pensávamos ter esgotado os cortes da delirante *je ne veux pas qu'on m'aime*, mas de mistura com outras sedas novíssimas um caixeiro achou mais um... ei-lo, é de V. Ex^a!

– Mandê-o pôr no carro.

E voltando-se para o marido Clotilde acrescentou:

– Mais duzentos mil réis para aumento da cauda do meu vestido e para gravatas do nosso Quincas, por certo que te não causam pena...

– Oh!... não... não!... balbuciu Crispim, que suava cada vez mais.

– Aquele corte de seda é o *último*, disse Teotônio em tom muito baixo a Crispim.

– Que está dizendo a meu marido?... perguntou Clotilde sorrindo:

– Dizia-lhe que a delirante seda é feia como o inferno...

– Isso é inveja, mano, e o que eu sinto é que não haja ainda um corte, porque em lembrança da ótima companhia que o senhor faz a Crispim eu levaria de presente à Luizinha...

– Oh, minha senhora!... parece milagre de V. Ex^a!... exclamou *Mr. Qual*; encontraram-se mais dois cortes da *je ne veux pas qu'on m'aime* no último caixão que acaba de se abrir neste momento.

– Dois! meu Crispim, sê condescendente... tu és tão bom para mim!... eu quero os dois... um para Luizinha e outro que mandarei à prima Antonica que faz anos amanhã.

– Mas repara... balbuciu todo banhado em suor e concentrando a fúria o marido sovina.

– Os dois cortes de seda no carro! disse Clotilde a *Mr. Qual*, que logo obedeceu à ordem.

E quase terna ela continuou falando ao marido:

– Quero-os, e tu escreverás uns versinhos, *como aqueles*, para que eu os mande pregados na seda à prima Antonica.

Teotônio mal continha o ímpeto de desatar a rir da vingança da ciumenta cunhada.

Crispim alagado em suor e obrigado a submeter-se, embora furioso pela despesa de quatro cortes de seda além do reservado para a *Bibi*, ternendo que aparecessem inesperados ainda outros que a vingativa esposa abrasava em ciúme quisesse tomar, disse a esta:

– Agora vamos para casa, dar-me-ás um lugar no carro.

– Não posso, só há lugar para dois, e o nosso Quincas me espera na Praça de S. Francisco de Paula.

E Clotilde, aceitando graciosa e risonha a mão que o marido lhe ofereceu, entrou no carro, que imediatamente partiu.

– Melhor do que eu esperava e temia! disse Teotônio ao concunhado.

E o sovina Crispim respondeu:

– Mas quatro cortes... agora o outro!... um conto de réis!... um conto de réis!...

– E a tua *quadra* à *Bibi*?

– O diabo leve a poesia!...

E o miserável vicioso deu dois passos para o interior da loja, e disse a *Mr. Qual*:

– Não esqueça a... encomenda!

E saiu com o concunhado, que era tão bom marido como ele.

Clotilde nem recebeu o Quincas na Praça de S. Francisco de Paula, nem fez vestido, nem gravatas, nem presentes da seda maldita.

Melancólica, mas plácida, recebeu em casa o marido sem atormentar-se, nem atormentá-lo com increpações e cenas tristes de ciúmes.

Mas vingou-se de veras!...

Dos quatro cortes de seda – *je ne veux pas qu'on m'aime* – fez uma dúzia de *robes de chambre* para o seu Crispim, e daí em diante não poupou mais despesas com as suas *toilettes*.

O melhor desta história é que hoje, sendo lido o folhetim, um dos meus leitores da *Rua do Ouvidor* dirá aos seus fregueses de confeitaria:

O caso foi falsificado; o *qui pro quo* verdadeiro aconteceu com uma rica bandeja de doces...

Outro dirá na sua loja de ourivesaria:

– Que petta! não houve história de corte de vestidos; o que houve foi... quase o mesmo... o engano na entrega de rico relógiozinho de ouro...

Três edições agora as que ignoro de história que é a mesma no fundo.

Eu por mim não rejeito, e, ao contrário, aceito as diversas edições ou corrigendas da minha – *historieta* –, mas dou *vista* da causa aos maridos moços e principalmente aos velhos para que cada um diga o que for de seu direito à sua respectiva esposa.

FIM



COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS

Títulos publicados

- 53 *O Meio Circulante Nacional*
Amaro Cavalcanti
- 54 *A Revolução de 30 – Seminário
Internacional*
CPDOC/FGV (org.)
- 55 *Bibliografia Brasileira sobre Doenças
de Chagas*
Aluizio Prata e Eurydice de Sant'Ana
- 56 *Os Bancos do Brasil*
Bernardo de Souza Franco
- 57 *Da Monarquia para a República*
Evaristo de Moraes
- 58 *A Campanha Abolicionista*
Evaristo de Moraes
- 59 *A Década Republicana*
Visconde de Ouro Preto et alli
- 60 *O Império Brasileiro*
Oliveira Lima
- 61 *Castello Branco: Testemunhos de uma
Época*
Luiz Viana Filho
- 62 *A Escravidão Africana no Brasil*
Evaristo de Moraes

A cidade é o personagem central. É o tempo dos bondes e dos folhetins. Tempo da influência francesa entre nós. Contando histórias, Joaquim Manuel de Macedo tece *Memórias da Rua do Ouvidor*, raro documento histórico, hoje reeditado pela Editora UnB.

O leitor aqui se coloca diante de um quadro com várias perspectivas onde se reflete sobre tradições e mudanças, costumes e hábitos de uma época.